



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

TESE DE DOUTORADO

**CICLOS POLÍTICOS PARTIDÁRIOS E DESIGUALDADE NA
AMÉRICA LATINA: Evidências empíricas para os governos de esquerda
(1994-2013)?**

SAULO FELIPE COSTA

Recife – 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**CICLOS POLÍTICOS PARTIDÁRIOS E DESIGUALDADE NA
AMÉRICA LATINA: Evidências empíricas para os governos de
esquerda (1994-2013)?**

SAULO FELIPE COSTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do
Departamento de Ciência Política da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor.

Orientador:
Prof. **ENIVALDO CARVALHO DA ROCHA**

Recife – 2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C837c Costa, Saulo Felipe.
Ciclos políticos partidários e desigualdade na América Latina :
evidências empíricas para os governos de esquerda (1994-2013)? / Saulo
Felipe Costa. – 2016.
122 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2016.
Inclui Referências apêndices e anexos.

1. Ciência política. 2. Governo comparado – América Latina. 3. Renda
– Distribuição. 4. Ideologia política. 5. Ciclos políticos orçamentários. 6.
Desigualdade de renda. 7. Política pública. 8. América Latina. I. Rocha,
Enivaldo Carvalho da (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2016-77)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**CICLOS POLÍTICOS PARTIDÁRIOS E DESIGUALDADE NA
AMÉRICA LATINA: Evidências empíricas para os governos de
esquerda (1994-2013)?**

SAULO FELIPE COSTA

BANCA EXAMINADORA:

Titulares:

Prof. Dr. Enivaldo Carvalho Rocha
(UFPE/DCP) – Orientador

Prof. Dr. Ítalo Fittipaldi
(UFPB/DCS) – Examinador Externo

Prof. Dr. Gustavo Tavares da Silva
(UFPB/DH) – Examinador externo

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho
(UFPE/DCP) – Examinador interno

Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto
(UFPE/DCP) – Examinador interno

Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Mariana Batista da Silva
(UFPE/DCP)

Prof. Dr. Francisco de Sousa Ramos
(UFPE/DECON)

Recife – 2016

“Penso que só há um caminho para a ciência ou para a filosofia: encontrar um problema, ver a sua beleza e apaixonar-se por ele; casar e viver feliz com ele até que a morte vos separe – a não ser que encontrem um outro problema ainda mais fascinante, ou, evidentemente, a não ser que obtenham uma solução. Mas, mesmo que obtenham uma solução, poderão então descobrir, para vosso deleite, a existência de toda uma família de problemas-filhos, encantadores ainda que talvez difíceis, para cujo bem-estar poderão trabalhar, com um sentido, até ao fim dos vossos dias.”

Karl Popper

*“Eu não estou interessado em nenhuma teoria,
Em nenhuma fantasia, nem no algo mais...
A minha alucinação é suportar o dia-a-dia,
E meu delírio é a experiência com coisas reais.”*

Belchior

*À minha pequena grande família que
sempre me apoiou incondicionalmente e à
minha amada mais amada pelo amor
predestinada, pelos sentimentos
compartilhados.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus, a quem tenho aprendido a ouvir, e tenho que aprender ainda mais.

Aos meus pais, Paulo e Vilma, por cada segundo dedicado a mim e minha irmã, e por serem os principais responsáveis pelo sucesso que é nossa serena e feliz família. A Paula, por cada momento, triste ou feliz, em cada dia que foi apenas minha irmã. A Cletiane, minha senhorinha dos olhinhos de avelã, por toda doçura que me trouxe, por cada sorriso, palavra, gesto e sonho compartilhado. Agradeço especialmente ao Ítalo por ter apresentado o mundo da Ciência Política e dado toda força e suporte, sempre presente nesta longa e solitária caminhada acadêmica.

Agradeço aos Professores Enivaldo Rocha, meu orientador, e Dalson Britto pelas preciosas observações feitas, que enriqueceram em muito minha pesquisa. Aos Professores, Ricardo Borges e Gustavo Tavares, pelo incentivo e disponibilidade para avaliação do meu trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE, que de forma direta ou indireta contribuíram para minha formação acadêmica. Assim como aos colegas do PPGCP, dos quais guardarei sempre boas lembranças. Agradeço especialmente a Sra. Zezinha, pelo carinho e dedicação aos alunos do PPGCP.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco, por ter me fornecido os instrumentos para a construção da minha trajetória acadêmica através do Doutorado em Ciência Política. E por fim a CAPES pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

RESUMO

Ideologia importa? A presente tese analisa a influência da ideologia partidária sobre quatro variáveis, a saber: crescimento econômico, inflação, desemprego e desigualdade de renda. Tal opção possibilita testar a teoria a partir das variáveis dependentes tradicionais dos modelos dos ciclos políticos partidários. Ademais, busca-se além da testabilidade da teoria, acrescentar ao debate uma variável dependente não contemplada pela literatura selecionada, a saber: desigualdade de renda. Desta forma, buscou-se responder a questão: *O modelo dos ciclos políticos partidários encontra lastro empírico na América Latina?* Por seu turno, as hipóteses foram construídas com o intuito de testar a capacidade explicativa da teoria mobilizada para o comportamento das variáveis tradicionais nos modelos partidários. Por outro lado, uma segunda questão da pesquisa em tela busca responder se: *O aporte teórico-metodológico do modelo dos ciclos políticos partidários fornece explicação para a trajetória temporal da desigualdade de renda?* Esta última abordagem fez com que a visão corrente de que a desigualdade afeta a variável política fosse invertida, e buscou-se fornecer, através da variável política, uma explicação para o comportamento da *desigualdade de renda*. Metodologicamente, o desenho de pesquisa adota uma perspectiva comparativa de treze países da América Latina no período de 1994 a 2013 com o objetivo de verificar a validade das teorias mobilizadas, podendo ser classificada como uma *theory testing*. Quanto ao corte temporal, a pesquisa visa preencher a lacuna de trabalhos que contemplam a inter-relação entre ideologia política e macroeconomia, bem como ideologia política e desigualdade de renda na América Latina em período recente. Os resultados obtidos permitiram inferir para as variáveis tradicionais, a capacidade explicativa do modelo de ciclos políticos partidários, apenas para o comportamento do *crescimento econômico*. Quanto à capacidade explicativa do modelo partidário sobre o comportamento da *desigualdade de renda*, a hipótese construída foi corroborada através das estimações realizadas, indicando que partidos de esquerda reduzem a *desigualdade de renda*.

Palavras-chave: Ideologia Política; Ciclos Políticos Orçamentários; Desigualdade de renda; Políticas Públicas; América Latina.

ABSTRACT

Ideology matter? This thesis analyzes the influence of political ideology on four variables, namely: economic growth, inflation, unemployment and income inequality. This option enables the theory test from the traditional dependent variables in the models of political party cycles. In addition, it seeks beyond the testability of the theory, add to the discussion a dependent variable not covered by the selected literature, namely: income inequality. Thus, we sought to answer the question: *What model of political party cycles is empirical ballast in Latin America?* In turn, the hypotheses were built in order to test the explanatory power of the theory mobilized to the behavior of the traditional variables in party models. On the other hand, a second research question in search screen answer is: *The theoretical and methodological support of the partisan political cycle model provides explanation for the time path of income inequality?* The latter approach has made the current view that inequality affects the variable policy were reversed, and we tried to provide, through political variable, an explanation for *income inequality*. The latter approach has made the current view that inequality affects the variable policy were reversed, and we tried to provide, through political variable, an explanation for *income inequality*. Methodologically, the research design adopts a comparative perspective of thirteen Latin American countries in the period 1994-2013 in order to check the validity of theories mobilized and can be classified as a *theory testing*. For the time cut, the research aims to fill the gap jobs that include political ideology interrelationship between and macroeconomics, as well as political ideology and income inequality in Latin America in recent years. The results allowed to infer for the traditional variables, the explanatory power of the political party cycles model, only for the *economic growth* behavior. As for the explanatory power of the party model of the behavior of *income inequality*, built hypothesis was corroborated by the estimates made, indicating that leftist parties reduce *income inequality*.

Keywords: Political Ideology; Political Budget Cycles; Income inequality; Public policy; Latin America.

Lista de Siglas

ADF	Augmented Dickey-Fuller
AL	América Latina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GLS	Mínimos Quadrados Generalizados
KPSS	Kwiatkowski, Phillips, Schmidt e Shin
LM	Multiplicador Lagrange
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLS	Mínimos Quadrados Ordinários
PCSE	Panel Corrected Standard Error
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPC	Paridade do Poder de Compra
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSI	Processo de Substituição de Importações
PT	Partido dos Trabalhadores
QOG	Quality of Government Institute
SPD	Partido Social-Democrata Alemão

Lista de Figuras, Quadros, Gráficos e Tabelas

Figuras:

Figura 1	Modelo de ciclo político partidário de primeira geração.	17
Figura 2	Modelo de ciclo político partidário de segunda geração.	20
Figura 3	A explicação política da desigualdade.	40
Figura 4	Arcabouço Teórico e o “lugar” da desigualdade.	42
Figura 5	Relações causais da desigualdade.	47
Figura 6	Relações de causalidade esperadas.	76
Figura 7	Relações de causalidade encontradas para Variável Dependente Desigualdade de Renda.	101

Quadros:

Quadro 1	Modelos Partidários de Ciclos Políticos Orçamentários	21
Quadro 2	Pesquisas Recentes com Objetivo Semelhante	46
Quadro 3	Hipóteses de Trabalho	76
Quadro 4	Variáveis Dependentes e Independentes selecionadas	81
Quadro 5	Testes de Hausman para Definição entre Efeito Fixo e Efeito Aleatório nos Modelos de Estimação.	91

Gráficos:

Gráfico 1	Mediana do índice de Gini para as regiões do mundo (1984-2012)	51
Gráfico 2	Mediana do índice de Gini por década para as regiões do mundo (1980-2010)	51
Gráfico 3	Razão da renda média dos 10% mais ricos pela renda média dos 20% mais pobres (1984-2012)	52
Gráfico 4	Curva de Lorenz média por década para as regiões do mundo (1980-2010)	54

Gráfico 5	Curva de Lorenz média por década América Latina (1980 e 2010)	59
Gráfico 6	Curva de Lorenz média por período para os países selecionados (1994-2013)	60
Gráfico 7	Coeficiente Gini para os países selecionados (1994-2013)	62
Gráfico 8	Renda percentil para os países selecionados (1994-2013)	65
Gráfico 9	Razão da renda dos 10% mais ricos pela renda dos 20% mais pobres para os países selecionados (1994-2013)	67
Gráfico 10	Densidade Kernel do índice de Gini (1994 e 2013)	69
Gráfico 11	Variáveis dependentes em nível	83
Gráfico 12	Função de Autocorrelação das variáveis dependentes	83
Gráfico 13	Função de Autocorrelação Parcial das variáveis dependentes	84
Gráfico 14	Função de Autocorrelação das variáveis dependentes em diferença	88
Gráfico 15	Função de Autocorrelação Parcial das variáveis dependentes em diferença	88
Gráfico 16	Variáveis dependentes em diferença	89

Tabelas:

Tabela 1	Gerações das teorias dos ciclos políticos orçamentários	15
Tabela 2	Comportamento da Desigualdade	64
Tabela 3	Variáveis selecionadas	71
Tabela 4	Relações Causais Esperadas	82
Tabela 5	Testes para definição do número de defasagens das variáveis dependentes	86
Tabela 6	Teste Augmented Dickey-Fuller (ADF) de Raiz Unitária	87
Tabela 7	Teste Kwiatkowski, Phillips, Schmidt e Shin (KPSS) de Raiz Unitária.	87
Tabela 8	Estatística Descritiva das Variáveis Selecionadas.	90
Tabela 9	Modelos de Estimação	94

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1	6
IDEOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: os ciclos políticos partidários	6
1.1. Partido Político Importa?	7
1.2. As Diferentes Veredas dos Ciclos Políticos Orçamentários	12
1.2.1. <i>Ideologia Partidária e Definição de Políticas Públicas</i>	15
1.3. O Papel da Ideologia: estudos empíricos selecionados	22
Capítulo 2	28
O LUGAR DA DESIGUALDADE NA CIÊNCIA POLÍTICA	28
2.1. Desigualdade em Análise	29
2.1.1. <i>Desigualdade: uma trajetória “natural”?</i>	33
2.2. Política e Desigualdade: conexão possível?	35
2.3. A Desigualdade Fora do Lugar: a explicação a partir da política	39
Capítulo 3	48
UM PANORAMA DA DESIGUALDADE DE RENDA.....	48
3.1. A Desigualdade no Mundo.....	49
3.2. América Latina: o endereço da desigualdade.....	54
Capítulo 4	74
IDEOLOGIA, MACROECONOMIA E DESIGUALDADE: método, testes e achados empíricos	74
4.1. Construção das Hipóteses de Trabalho	75
4.2. Definindo o Espaço-Tempo e a Unidade de Análise	77
4.3. Estabelecendo as Variáveis	78
4.3.1. <i>Variáveis Dependentes</i>	78
4.3.2. <i>Variáveis Independentes</i>	78
4.4. Testando a Estacionaridade das Variáveis Dependentes.....	82

4.5. Especificação do Modelo Empírico	90
4.6. Mensurando Causalidade	93
4.6.1. <i>Crescimento Econômico</i>	95
4.6.2. <i>Inflação</i>	96
4.6.3. <i>Desemprego</i>	97
4.6.4. <i>A explicação política da desigualdade de renda</i>	98
Considerações Finais	103
Referências	106

Introdução

A influência da ideologia partidária sobre o Estado em ação está longe de um consenso, possibilitando questionamentos quanto sua influência sobre variáveis macroeconômicas e sociais (*cf.*: HIBBS, 1977; AMES, 1977; HICKS e SWANK, 1984; ESPING-ANDERSEN, 1990; ALESINA e ROSENTHAL, 1995; KNEEBONE e MCKENZIE, 2001; FRANZESE Jr. 2000 e CHOI et. al. 2010). Neste sentido, um importante trabalho no âmbito da América Latina foi desenvolvido por Borsani (2003), contudo o mesmo não contempla as alterações recentes de grupos ideologicamente distintos a frente dos governos nacionais, além de sua série histórica abranger um período de intensa instabilidade macroeconômica na região. Visando contribuir para o debate da teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários¹, a presente tese analisa a influência da ideologia partidária sobre quatro variáveis, a saber: crescimento econômico, inflação, desemprego e desigualdade de renda. Tal opção possibilita testar a teoria a partir das variáveis dependentes tradicionais dos modelos dos ciclos políticos partidários (*cf.*: HIBBS, 1977; ALESINA, 1987). Ademais, busca-se além da testabilidade da teoria, acrescentar ao debate uma variável dependente não contemplada pela literatura selecionada, a saber: *desigualdade de renda*. Desta

¹ O conceito de Ciclos Políticos Orçamentários foi adotado como alternativa à nomenclatura de ciclos políticos econômicos, devido a compreensão que, excetuando-se Nordhaus (1975) que centrou sua análise na política monetária, os demais trabalhos contemplaram as políticas monetária e fiscal.

forma, buscou-se responder a questão: *O modelo dos ciclos políticos partidários encontra lastro empírico na América Latina?* Por seu turno, as hipóteses foram construídas com o intuito de testar a capacidade explicativa da teoria mobilizada para o comportamento das variáveis tradicionais nos modelos partidários. Por outro lado, uma segunda questão da pesquisa em tela busca responder se: *O aporte teórico-metodológico do modelo dos ciclos políticos partidários fornece explicação para a trajetória temporal da desigualdade de renda?* Esta última abordagem fez com que a visão corrente de que a *desigualdade* afeta a variável política fosse descolada, passando a ser uma variável dependente, e buscou-se fornecer, através da variável política, uma explicação para o comportamento da *desigualdade de renda*.

A relação entre desigualdade e Ciência Política possui uma tradição que bebe na fonte da filosofia política, com Platão e Aristóteles, alcançando até os estudos mais recentes que visam analisar como os homens são ou tornaram-se desiguais, e que influências este fenômeno (*desigualdade*) pode trazer para a vida social e política. A distribuição de recursos públicos compõe a agenda de pesquisa da Ciência Política em razão da influência destes sobre o funcionamento das instituições. Lijphart (2003) argumenta que regimes democráticos visam proporcionar igualdade política, contudo, este caminho está intimamente associado à distribuição de recursos econômicos, uma vez que os mesmos podem ser convertidos em recursos de poder como afirmou Dahl (1996). Desta forma, para entender como a manifestação das preferências individuais e coletivas impacta a distribuição de recursos públicos, surgiu um campo de pesquisa em que a conexão entre processos decisórios, instituições e dinâmica socioeconômica ganhou relevo explicativo, na esteira de modelos analíticos que incorporaram a lógica eleitoral ao

perfil da distribuição de recursos de poder, como exposto em Downs [1957(1996)]. O surgimento do trabalho de Downs (1996) assim como a corrente teórica/empírica desenvolvida a partir deste (e.g. NORDHAUS, 1975; ALESINA, 1987), impactaram significativamente no estudo do padrão de (re)distribuição de recursos públicos, inaugurando uma agenda de pesquisa que ficou conhecida como Ciclos Políticos Orçamentários.

Porém, é a partir de Hibbs (1977) que a literatura sobre os Ciclos Políticos Orçamentários incorpora a ideologia como variável explicativa, originando uma série de abordagens analíticas denominadas “modelos partidários”². Pesquisas recentes visaram testar a validade empírica desta teoria a partir das variáveis “tradicionais” – *i.e. crescimento econômico, taxa de inflação e desemprego* – (BORSANI, 2003; CHOI *et. al.*, 2010), bem como identificar os determinantes políticos da assimetria de recursos, seja em democracias consolidadas (BRADLEY *et. al.*, 2003), seja em ambientes democráticos mais instáveis e marcados por profundas desigualdades sociais a partir do aporte teórico-metodológico do modelo partidário (MORLEY, 2001, HUBER *et al*, 2006 e HUBER e STEPHENS, 2012).

Assim, um dos objetivos desta pesquisa será testar a capacidade explicativa do modelo partidário a partir de suas variáveis dependentes “tradicionais”, bem como verificar a capacidade da teoria em fornecer uma explicação para a evolução da desigualdade de renda, trazendo para a variável dependente um fenômeno por vezes negligenciado na Ciência Política. Foi adotado um novo corte temporal, uma vez que os trabalhos que analisaram a América Latina contemplaram como ponto temporal mais recente em suas análises o ano de

²Cf.: Esping-Andersen (1990) e Alesina (1987).

2000, desconsiderando as mudanças políticas e econômicas ocorridas no continente nas últimas décadas. Na esfera econômica a região vivenciou relativa estabilidade macroeconômica em período recente, ao passo que na esfera política ascenderam ao poder de diversos países da região, através de mecanismos democráticos, partidos políticos localizados à esquerda no espectro ideológico. Esta guinada à esquerda (variável de interesse) produziu alguma influência nas variáveis macroeconômicas? Ademais, promoveu redução da desigualdade de renda como previsto pelos trabalhos de Huber *et. al.* (2006), Huber e Stephens (2012), Morley (2001) e Bradley *et. al.* (2003)? A busca por respostas a estas perguntas guiaram esta pesquisa doutoral.

Metodologicamente, o desenho de pesquisa adota uma perspectiva *cross-national* que abarca treze países da América Latina com o objetivo de verificar a validade das teorias mobilizadas, podendo ser classificada como uma *theory testing* (EVERA, 1997). Quanto ao corte temporal, a pesquisa visa preencher a lacuna de trabalhos que contemplam a inter-relação entre ideologia política e macroeconomia, bem como ideologia política e desigualdade de renda na América Latina em período recente. Tal estratégia visa possibilitar futuras replicações da presente pesquisa como sugerido por King (1995, 2003).

Para além desta introdução, a tese está dividida em mais cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a revisão da literatura a respeito dos Ciclos Políticos Orçamentários. Neste capítulo é destacada a corrente partidária dos ciclos e suas duas gerações, são listados também estudos empíricos que concederam atenção especial para o caráter ideológico por trás da definição das *policies*. O segundo capítulo apresenta um *review* da literatura sobre o tema da *desigualdade* na Ciência Política, partindo de autores clássicos e passando por recentes pesquisas que

mostram que este tema possui um lugar de destaque na agenda da área. Também é apresentada neste capítulo a necessidade de considerar a *desigualdade de renda* não como mais uma variável econômica que influencia o processo político, mas identificar esta *desigualdade* como fenômeno resultante de decisões políticas.

Por sua vez, o terceiro capítulo apresenta um panorama da desigualdade de renda no mundo, destacando a singularidade desse fenômeno no continente latino-americano. No quarto capítulo são elaboradas as hipóteses de trabalho, bem como são definidos as unidades de análise e o corte temporal da pesquisa. São apresentadas as variáveis dependentes e as variáveis independentes selecionadas, demonstrando a estratégia empírica empreendida na pesquisa, bem como as relações causais esperadas. O capítulo dedica-se ainda aos testes econométricos das hipóteses de trabalho. Inicialmente foram realizados diversos testes nas variáveis dependentes objetivando sua estacionaridade, vencida esta etapa, procedeu-se à especificação dos modelos empíricos. Finalmente, os resultados das estimações são apresentados, e confrontados às hipóteses propostas. A partir da identificação das relações de causalidade, são levantadas algumas possibilidades explicativas para a trajetória temporal do i) *crescimento econômico*, ii) *inflação*, iii) *desemprego* e da iv) *desigualdade de renda*, verificados no continente. Finalmente, a última seção apresenta as considerações finais da tese, oferecendo possibilidades analíticas futuras.

Capítulo 1

IDEOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: os ciclos políticos partidários

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as teorias dos Ciclos Políticos Orçamentários, destacando o papel da ideologia sobre as políticas públicas. A primeira seção apresenta a “lei” de ferro das oligarquias de Michels (s/d) e, sob a perspectiva desta “lei”, como funcionaria esta dimensão ideológico-partidária. A segunda seção apresenta uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento das teorias dos Ciclos Políticos Orçamentários, detalhando como o caráter partidário e ideológico foi incorporado à literatura, e como este recurso possibilitou significativo avanço da capacidade explicativa. A terceira seção aborda uma série de trabalhos empíricos que analisaram a relação entre ideologia política e o Estado em ação, demonstrando a multiplicidade de resultados obtidos e apontando para a necessidade de continuidade no esforço de testar o modelo partidário dos Ciclos Políticos Orçamentários, ampliando as unidades de análise e diversificar a análise sobre os instrumentos de atuação dos governos. Este capítulo visa ainda fornecer suporte teórico para a presente pesquisa doutoral.

1.1. Partido Político Importa?

Com a publicação de “Para uma sociologia dos partidos políticos” por Robert Michels em 1911³, lançou-se a hipótese da “Lei de ferro das oligarquias”, onde qualquer organização social de maior dimensão, não apenas partidos políticos, tende a se converter em uma oligarquia, passando a ser governada por um pequeno grupo de dirigentes. Este processo distancia a organização dos interesses dos representados, piorando cada vez mais a representação, ao ponto de haver crise de representação e colapso do sistema partidário. Neste sentido, o aspecto ideológico em nada influenciaria as decisões do partido, a organização passa a ser o fim em si mesmo. O autor afirma que, da necessidade de especialização técnica para a gestão das organizações em geral, decorrerá a tendência à oligarquização como dinâmica inevitável. O processo de especialização das lideranças gera um mecanismo de transferência do poder de decisão das bases para a cúpula das organizações, fazendo com que os representados percam o controle sobre os representantes. Especificamente aos partidos políticos, este processo se dá entre os militantes e os líderes, e entre os eleitores e os representantes.

A pesquisa de Michels (s/d) analisou o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e sindicatos operários⁴. A partir destes casos, o autor constrói a generalização de que qualquer organização de massa tende invariavelmente à oligarquização das lideranças e à centralização burocrática. A chamada “Lei de ferro das oligarquias” pode ser resumida como: “a organização é a fonte de onde nasce o domínio dos

³ Em 1925 é publicada uma segunda edição do livro, revisada e ampliada com intuito de responder às críticas que o trabalho recebeu na primeira edição.

⁴ Contudo, a análise sobre sindicatos foge ao objeto desta pesquisa.

eleitos sobre seus eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, s/d: p. 247). Conforme os partidos crescem e se tornam mais complexos, há uma tendência à redução da democracia interna e ao crescimento do poder decisório dos líderes. Desta forma, os processos de escolha dos líderes partidários irá se tornar cada vez mais indireto, ainda que os líderes defendam abertamente um sistema de eleição direta e democrática.

O autor argumenta que a Lei de ferro das oligarquias explica o funcionamento de qualquer organização de massa. Mesmo na democracia de massa, o enquadramento das camadas populares e a preparação das eleições tornam as organizações imprescindíveis, e estas trazem em si os germes da oligarquização. A constatação de Michels de que os mecanismos contra o fenômeno da oligarquização – consultas à base sob a forma de referendos, por exemplo, constituem campo fértil à manipulação pelos chefes e pela burocracia (MICHELS, s/d: p. 200-203) – são completamente ineficientes, conduz à interpretação da impossibilidade da democracia representativa enquanto governo da maioria.

Embora haja vários trabalhos que debatem a tese michelsiana⁵, são poucos os esforços de elaborar modelos analíticos com o objetivo de testar empiricamente os enunciados da Lei de ferro das oligarquias como hipótese⁶. Para tanto, seria necessário analisar dois eixos que definiriam a oligarquia: divergência entre as

⁵ A exemplo de: Burnham (1943), Cassinelli (1953), Lipset, Trow e Coleman (1956), Dahl (1958), Sartori (1994), Roth (1963), May (1965), Cook (1971), Sarti (1996), Linz (1998) e Leach (2005).

⁶ O principal trabalho que buscou testar a Lei de ferro foi realizado por Lipset, Trow e Coleman (1956), contudo os autores abordam apenas o funcionamento de uma estrutura sindical, negligenciando a dimensão partidária..

preferências dos representantes e representados; e a estabilidade/rotatividade dos líderes/representantes em seus cargos.

Couto (2012) visou fornecer maior clareza terminológica para o termo “oligarquia” possibilitando seu uso para a pesquisa empírica⁷. A partir do conceito de Michels o autor elabora um modelo institucional de análise que permite identificar e explicar processos de oligarquização, seja em organizações sociais, seja em políticas específicas. No Brasil, alguns trabalhos se destacam pelos testes sistemáticos da “Lei”, a exemplo de Sarti (1981), que refutou a hipótese de Michels. Contrariamente, a análise de Ribeiro (2010) sobre o diretório nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 1980 corroborou a tese de Michels. Schonfeld (1980) testa a Lei de ferro criando índices e aplicando-os em relação aos Secretariados Nacionais do Partido Socialista e do Partido Comunista da França⁸.

A análise sobre a dissociação entre as ações dos representantes e os interesses dos representados é apenas um dos elementos que faz com que a obra de Michels ainda estimule debates. Neste sentido, conclui-se pela impossibilidade da representação dos interesses dos indivíduos e/ou grupos pelos partidos políticos, uma vez que a relação entre dirigentes e dirigidos é sempre uma relação entre dominantes e dominados. Desta forma, seja em partidos políticos, seja em democracias, esta relação destrói a representação, onde a democracia não passa de uma ilusão de falsa representação (MICHELS, 2001, p. 423).

⁷ Outra contribuição teórica foi dada por Sarti (1996) e Braga (2012).

⁸ Por sua vez, Lucas (2003) examinou os diretórios e executivas estaduais do PT e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Rio Grande do Sul, testando a estabilidade dos dirigentes. Suas conclusões apontaram para a oligarquização dos órgãos regionais das duas agremiações, com elevados níveis de estabilidade dos dirigentes. A estabilidade foi maior na direção da executiva do PMDB do que no diretório do PT, corroborando a ideia de que a oligarquização tende a se manifestar de modo mais acentuado nos órgãos executivos do que nas instâncias deliberativas.

O argumento de Michels parte da oligarquização interna do partido, assumindo que este processo provocará necessariamente crise de representatividade do partido para com seus eleitores. Com base neste argumento os partidos políticos naturalmente teriam uma constante crise de representação. Compreende-se aqui que um dos elementos definidores da representação é o *resultado* do processo político, e este pode não ser definido a partir da dinâmica interna do partido, abrindo a perspectiva de que o partido possa assim ser representativo.

Roth (1963) critica o trabalho de Michels por não ter sido dada a devida importância à forma de construção do SPD e às condições político-sociais que influenciaram o destino do partido. Outro aspecto passível de crítica diz respeito à subestimação dos partidários de escalão inferior e de seu papel na ligação entre os líderes e as bases, assim como uma subestimação das massas. Por sua vez, Lowi (1971) discorda da noção de abandono/substituição dos fins democráticos pelo desejo dos líderes em conservar o poder: os fins seriam apenas reordenados, para se adaptarem melhor às necessidades da organização em sua fase de consolidação. O nível de representação dos partidos políticos pode variar no tempo, contudo, está no eleitor a capacidade decisória do voto. A partir do padrão de políticas públicas implementadas os eleitores podem premiar ou punir os partidos políticos (*accountability vertical*). A necessidade do partido em obter votos, faz com que este busque atender as expectativas dos eleitores, mantendo certo nível de representatividade.

A concepção elitista de Michels compreende o poder enquanto exercício centralizado, uma “elite dirigente” que permanentemente controla o jogo político, definindo o que deve ou não fazer parte da agenda política. Esta lógica tornaria os partidos políticos pouco porosos às demandas dos eleitores, comportando-se de

forma nada responsiva e gerando crise de representatividade. Alternativamente, no pluralismo o poder é descentralizado, uma vez que está relacionado à esfera da tomada de decisão (BACHRACH; BARATZ, 2011). Se para o pluralismo quem toma decisões exerce poder, os indivíduos interessados em uma política específica podem reunir-se em grupos ou escolher representantes políticos, e através destes, elevar suas preferências à arena política. Neste limite, a *policy* a ser implementada dependerá da configuração variável dos diversos grupos com interesse naquela política, dado que o Estado funcionaria como uma arena neutra ocupada por minorias organizadas que teriam o objetivo de implementar suas preferências. Dahl (1958) destaca ainda que, o fato de alguns grupos terem mais influência que outros (fazendo prevalecer suas preferências) não quer dizer que sejam uma elite dirigente.

Uma das contribuições de Michels é fornecer uma compreensão de como a vida coletiva organizada passa frequentemente a operar de um modo destoante dos princípios de legitimação válidos para determinadas coletividades capturadas por oligarquias. Alguns autores como Santos (1985) e Marengo e Noll (2012) destacam que a previsão de inevitável fracasso da democracia, com crises de representatividade e as organizações partidárias transformando-se em oligarquias, possuiria um prazo de validade para o efeito da Lei de ferro das oligarquias, ligado a um contexto onde os partidos detiveram o monopólio da representação. Contudo, a hipótese de crise de representação dos partidos políticos não foi corroborada por alguns trabalhos listados aqui, o que questiona o status de “Lei” dado aos seus achados empíricos. Adicionalmente, os trabalhos da corrente dos ciclos políticos partidários, a serem discutidos na próxima seção, fornecem subsídios empíricos que refutam a crise de representatividade dos partidos políticos, sustentando que o caráter partidário/ideológico influencia a oferta de políticas públicas.

A “Lei” de ferro de Michels apresenta pontos de oxidação. A validade incontestada de uma “lei” não se aplica neste caso. O processo de oligarquização geraria em última análise uma dissociação entre os interesses de representados e representantes. Contudo, tal generalização para diferentes períodos e contextos apresenta problemas. Embora seja possível observar crises de representação nos sistemas partidários, estes ainda possibilitam algum grau de representatividade política. Mecanismos de *accountability* podem tornar os partidos, enquanto governos, mais responsivos aos eleitores. A lógica da perpetuação no poder não diz respeito apenas à manutenção dos dirigentes partidários, mas também na manutenção do partido no poder, e para tanto, se faz necessário algum grau de coerência entre as preferências dos eleitores e eleitos. Neste sentido, acredita-se que os diferentes níveis de congruência representacional⁹ apontam para limitações na tese de Michels e robustecem a relevância da ideologia política para a definição de políticas públicas.

A seção seguinte apresenta uma concepção oposta à de Michels, nela os partidos políticos são sensíveis às preferências dos eleitores. Da relação utilitarista entre partidos e eleitores (partidos buscando votos e eleitores buscando uma cesta de *policies* que lhes agradem), o sistema partidário ganha representatividade.

1.2. As Diferentes Veredas dos Ciclos Políticos Orçamentários

⁹ Para maiores detalhes ver: Powell (2013, 2004a, 2004b).

A literatura acerca dos Ciclos Políticos Orçamentários visa explicar, através de determinantes políticos, o padrão de oferta de políticas públicas. Tal abordagem parte de duas fontes principais de modelos teóricos: o modelo proposto por Downs [1957 (1999)], e comprovado empiricamente por Nordhaus (1975); e a abordagem teórico/empírica de Hibbs (1977). O primeiro, denominado de “oportunista”, argumenta que os partidos políticos e os eleitores são racionais em suas escolhas¹⁰, e buscam maximizar sua função utilidade¹¹. A famosa frase de Downs (1999: p.50) de que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas”, demonstra que o governo intervém na economia a fim de maximizar os votos, e os cidadãos votam no partido que lhes beneficiou, ou ao menos, o que lhe for menos “danoso”. Por sua vez, o modelo proposto por Hibbs (1977), no qual o governo seria eleito a fim de realizar políticas públicas em prol de uma clientela específica (os eleitores, a quem o partido representa), recebeu a nomenclatura de “*partidário*”, por ter as *policies* direcionadas para determinada fração da população. Estas teorias ficaram conhecidas como de primeira geração dos estudos sobre Ciclos Políticos Orçamentários.

A teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários adota a premissa de um eleitor utilitarista e maximizador de suas preferências. Ademais, algumas críticas subsidiaram o aprimoramento analítico de ambos os modelos, gerando assim as teorias de segunda geração. O modelo oportunista recebeu contribuição de Rogoff e Siebert (1988) e Persson e Tabellini (1990), a partir da releitura executada por estes autores, onde o eleitor passou a aprender com os Ciclos Políticos Orçamentários desencadeados pelos governos ao longo do tempo, não caindo na armadilha eleitoral

¹⁰ Contudo, as expectativas do eleitor são adaptativas.

¹¹ Para maior detalhamento, ver: Varian (1994).

armada por estes. Por sua vez, a corrente *oportunistista* contribui com a ideia de que quanto mais sólidas forem as instituições de controle, menos ciclos oportunistas serão verificados. Os trabalhos de Hagen e Harden (1995), Persson e Tabellini (1990), Tufte (1978), Heterberg e Marier (2004), Hiroi (2008), Candel-Sánchez (2007), Melo (2009), Melo e Pereira (2011), Melo *et. al.* (2005), Souza (2008), Alesina *et. al.* (1999), Jones *et. al.* (1999), Avelino e Barberia (2010), Amorim Neto e Borsani (2004), Carey e Lebo (2006), Arvate *et. al.* (2008a, 2008b), Martins (2002) e Poterba (1996) seguem nesta direção.

Por sua vez, o modelo partidário recebeu significativa contribuição de Alesina (1987). Segundo este, não apenas o caráter *partidário* influenciaria os Ciclos Políticos Orçamentários, mas também o caráter *ideológico*. O posicionamento do partido governante no espectro ideológico foi considerado como variável capaz de influenciar os ciclos políticos orçamentários e a forma deste governo gerir (ofertar) políticas públicas específicas em benefício de determinada clientela, incorporando também o fato de que o eleitor aprende com os ciclos políticos orçamentários, e este aprendizado influenciará seu cálculo racional. A Tabela 1, extraída de Fittipaldi (2013) apresenta as teorias de primeira e segunda geração dos modelos oportunista e partidário, destacando as diferenças e semelhanças entre elas¹².

¹²Por seu turno, Gama Neto (2008) elaborou uma revisão da literatura dos ciclos políticos.

Tabela 1
Gerações das teorias dos Ciclos Políticos Orçamentários

Pressupostos	Teorias de Primeira Geração		Teorias de Segunda Geração	
	Oportunista	Partidário	Oportunista	Partidário
Eleitor	• Retrospectivos • Míopes • Preferências idênticas • Preferência por políticas expansionistas.	• Retrospectivos • Míopes • Preferências distintas • Preferência por políticas expansionistas.	• Prospectivos • Expectativas idênticas • Busca da maximização da função utilidade.	• Prospectivos • Expectativas diferentes • Busca da maximização da função utilidade.
Expectativas do eleitor	Adaptativas	Adaptativas	Racionais	Racionais
Sistema representativo	• Dois partidos (situação e oposição) • Não há distinção ideológica	• Dois partidos (situação e oposição) • Há nítida distinção ideológica	• Dois partidos (situação e oposição) • Não há distinção ideológica	• Dois partidos (situação e oposição) • Há nítida distinção ideológica
Função utilidade dos partidos (governante)	• Maximizada pela votação	• Partidos de direita optam por estabilidade de preços • Partidos de esquerda optam por crescimento econômico	• Maximizada pela votação	• Partidos de direita optam por estabilidade de preços • Partidos de esquerda optam por crescimento econômico
Eleições	Fixada exogenamente	Fixada exogenamente	Fixada exogenamente	Fixada exogenamente
Dinâmica macroeconômica	O sistema econômico caracteriza-se por uma curva de Philips aumentada de expectativa.	O sistema econômico caracteriza-se por uma curva de Philips aumentada de expectativa.	O sistema econômico é caracterizado pela restrição:	O sistema econômico caracteriza-se por uma curva de Philips aumentada de expectativa.
Princípio norteador	Assimetria de informação	Assimetria de informação	Assimetria temporária de informação (modelo de <i>seleção adversa</i>)	Assimetria temporária de informação (modelo de <i>seleção adversa</i>)
Autores	Wright (1974); Nordhaus (1975); Tufte (1975); Lindbeck (1976); MacRae (1977).	Hibbs (1977, 1982, 1987, 1992).	Cukierman e Meltzer (1986); Rogoff e Sieber (1988); Alesina e Cukierman (1990); Persson e Tabellini (1990); Rogoff (1990); Harrington (1993).	Alesina (1987, 1988, 1989); Chappel e Keech (1986); Alesina e Sacks (1988).

Fonte: Fittipaldi (2013, p.68).

1.2.1. Ideologia Partidária e Definição de Políticas Públicas

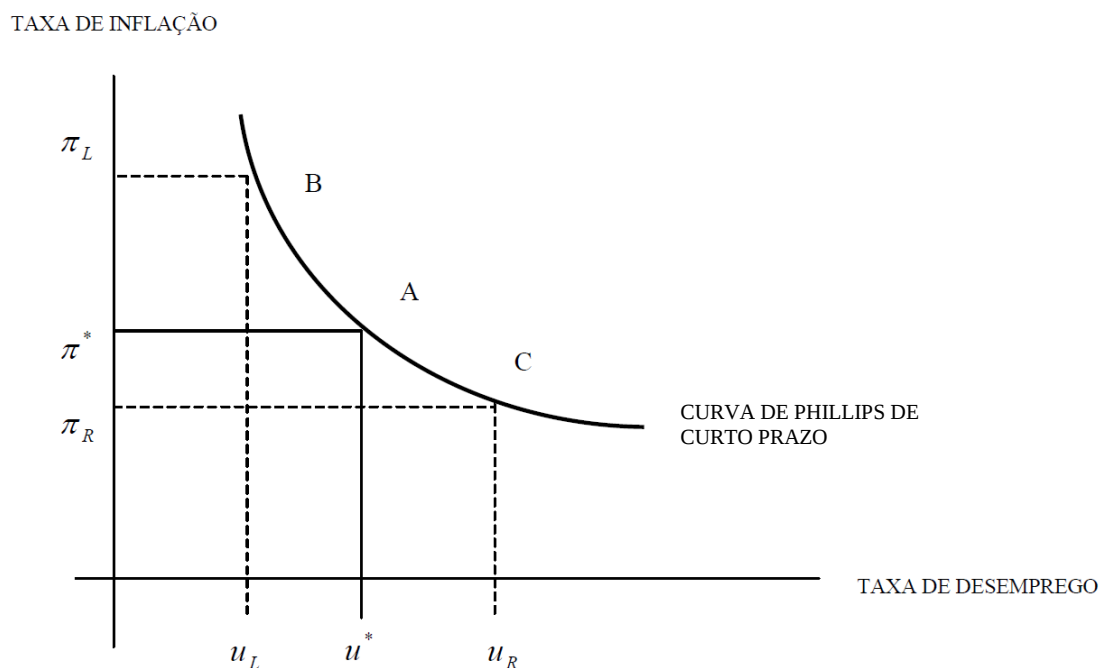
O modelo dos ciclos político-partidários, proposto por Hibbs (1977), leva em consideração que os partidos políticos procuram não apenas maximizar o voto, mas também têm como objetivo implementar determinadas políticas públicas que atenderiam àquele grupo social, o qual o partido representa. A ideologia do partido

no poder, segundo o modelo político-partidário de Hibbs (1977), influenciará as políticas a serem priorizadas: partidos de direita tendem a preferir políticas de controle fiscal e “arrocho” das contas públicas, a fim de manter uma estabilidade financeira favorável ao seu eleitorado, mesmo que isto implique em gerar índices mais elevados de inflação, uma vez que seu eleitorado está menos vulnerável ao aumento do desemprego em um primeiro momento. Em seu turno, partidos de esquerda tendem a preferir políticas distributivas, reduzindo o desemprego e fazendo com que os grupos menos favorecidos ao qual representam sejam beneficiados, elevando desta forma os gastos do governo, mesmo que isto implique em um aumento da inflação, haja vista que tal parcela é mais vulnerável aos altos índices de desemprego do que uma elevação na inflação, em um primeiro momento.

Utilizando uma curva de Phillips¹³ (figura 1) para explicar graficamente o funcionamento do ciclo político partidário, Hibbs entende que partindo do ponto A, quando um partido de esquerda buscará reduzir o desemprego (u_L) ainda que isto gere maior inflação (π_L), conduzindo a economia para o ponto B. Inversamente, quando um partido de direita vence uma eleição, este buscará reduzir a inflação (π_R), ainda que isto eleve a taxa de desemprego (u_R), conduzindo a economia para o ponto C.

¹³ Curva que mostra o *tradeoff* entre inflação e desemprego, no curto prazo. Para maior detalhamento, ver: Mankiw (2009).

Figura 1 – Modelo de ciclo político partidário de primeira geração.



Fonte: Preussler & Portugal (2003).

Entretanto, é importante ressaltar que se trata de um tipo ideal, visto que seria impossível retratar objetivamente um governo que não se importe com as taxas de desemprego ou com os altos índices de inflação. Estes modelos levam em consideração a diferença nos objetivos dos partidos na ausência de limitações externas¹⁴. Em meio a uma crise econômica, por exemplo, o governo irá tender a sanar o problema independente de ideologia. Por outro lado, na ausência de uma crise, o governo deverá agir de acordo com sua ideologia partidária a fim de atender às expectativas de seus eleitores. Em contraponto, vale ressaltar que em alguns casos o governo age de acordo com sua preferência ideológica independentemente de crises, como foi o caso recentemente da falência de alguns bancos norte-americanos em 2008, no final do

¹⁴ Entenda-se por limitações externas todas as possíveis situações que venham a reduzir o poder de manobra dos governos para a tomada de decisão.

governo Bush, onde a ideologia da “*não intervenção estatal na economia*” se sobrepôs ao “*papel anticíclico da ação estatal*” (SILBER, 2010).

No modelo de Hibbs (1977) em um quadro de ausência de limitações externas, um governo de direita caminhará rumo ao crescimento econômico e estabilidade financeira através de mecanismos de mercado, gerando menos impostos e mais investimentos. Por sua vez, um governo de esquerda irá adotar políticas mais intervencionistas na economia, buscando corrigir as falhas de mercado e priorizando um conjunto de políticas (re)distributivas, aumentando os gastos públicos a fim de gerar emprego e renda. Neste sentido, o viés partidário tem papel fundamental nas políticas públicas. Seguramente este é o ponto de maior divergência entre o modelo de Hibbs e os modelos oportunistas de linhagem downsiana, que ignoram completamente a influência de características partidária sobre as decisões dos governos.

Do ponto de vista do eleitor, embora este seja incerto sobre como se processam as políticas, o mesmo se orienta tanto nas suas crenças *ex ante* e a observação dos resultados da política, quanto na formulação de suas expectativas *ex post* sobre a efetividade das políticas. Por outro lado, as estratégias dos políticos serão baseadas na incerteza do eleitor, onde as motivações dos políticos/partidos poderá conduzi-los a adotarem uma estratégia oportunista – *office-seeking parties* – ou programática – *policy-seeking party*. A ideologia partidária pode funcionar como atalho informacional, reduzindo a incerteza do eleitor quanto as políticas a serem implementadas, e fornecendo aos políticos uma “marca registrada” do partido (STROM, 1990: p.593).

O fator ideológico sofisticava o modelo partidário, ao levar em consideração que indivíduos podem comungar das mesmas preferências políticas (ou que grupos distintos de indivíduos podem partilhar opiniões distintas, aglomerando-se em nichos). E em

função disso, reunindo-se em torno de uma estrutura partidária para disputar eleições, chegar ao poder e implementar políticas públicas que atendam às expectativas dos membros deste partido. Ao ignorar o “fator ideológico” como parte do cálculo racional dos políticos e eleitores, os modelos oportunistas tradicionais deixaram lacunas tais como: por que então surgem as agremiações político-partidárias de diferentes orientações? Que diferença faria um governo do partido A ou B, se ambos têm o mesmo objetivo e utilizarão dos mesmos mecanismos para tanto? Ao propor um nivelamento meramente oportunista para os partidos e eleitores, os modelos de linhagem downsiana esvaziam a noção ideológico-partidária que envolve a disputa eleitoral e os partidos políticos. Sobre isso Preussler & Portugal afirmam que:

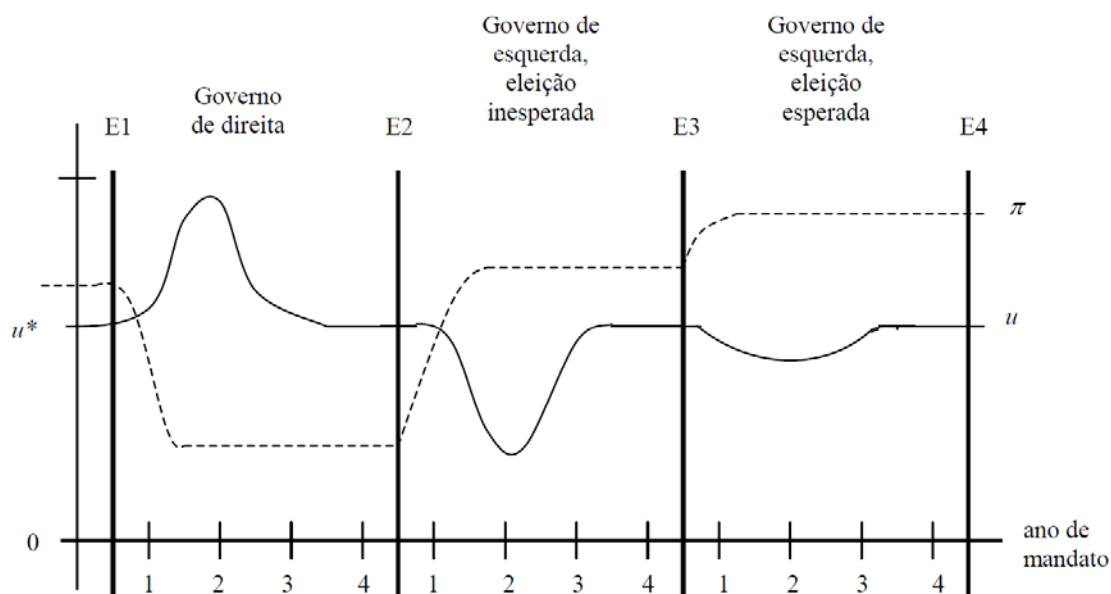
Ao pressuporem que os políticos são idênticos, tendo como única motivação a permanência no poder, e que isto guiaria a condução da política econômica, os modelos oportunistas tradicionais ignoram a influência da ideologia partidária sobre essas decisões. (PREUSSLER & PORTUGAL, 2003: p.3).

A releitura realizada por Alesina (1987) traz como contribuição teórico-metodológica ao modelo partidário proposto por Hibbs (1977) o aprendizado do eleitor ao longo do tempo, as relações entre governo e eleitor seriam um jogo repetido¹⁵, o caráter ideológico recebe nomenclatura e coloração ideológica específica, com comportamentos esperados de cada matiz ideológico. Partidos de esquerda e de direita teriam posturas claramente diferenciadas quanto à preferência deste ou daquele conjunto de políticas a serem implementadas. O eleitor votaria no partido “A” ou “B” de acordo com sua identificação partidária e com as políticas públicas esperadas (fator intertemporal) pelo comportamento de cada um desses partidos no comando do governo.

¹⁵ Cf.: Fiani (2006).

Alesina considera que o partido governante possui capacidade para escolher e perseguir o nível de inflação de acordo com a sua ideologia. A incerteza provocada pela eleição possui papel central na abordagem: caso seja previsto que o partido de direita ganhará a eleição (E2), é de se esperar uma menor taxa de inflação (π) no ano seguinte. Contudo, caso o resultado seja a vitória do partido de esquerda (contrariando as previsões), o novo governo reduzirá a taxa de desemprego (u) abaixo da sua taxa natural sem elevar tanto a inflação no primeiro ano de mandato, uma vez que as expectativas já haviam sido formadas. Com o passar do tempo, as expectativas de inflação serão reformuladas, elevando a inflação e trazendo o desemprego para seu nível natural. Em uma eleição previsível (E3) as expectativas sobre a inflação já estão definidas, mitigando a capacidade de redução do desemprego por parte do governo de esquerda (Cf.: Figura 2).

Figura 2 – Modelo de ciclo político partidário de segunda geração.



Fonte: Preussler & Portugal (2003).

Desta forma, a racionalidade e a ideologia do eleitor passam a ter papel chave na disputa eleitoral, uma vez que este aprende com a ocorrência dos ciclos políticos orçamentários e com o comportamento do partido governante, fornecendo ao modelo partidário uma via de mão dupla, já que agora não apenas o governo tem conhecimento acerca dos ciclos políticos orçamentários, mas também os eleitores. A ideologia por sua vez, define a cesta de *policies* preferida pelo eleitor. Assim, estes buscarão maximizar seus ganhos ponderando entre ideologia, benefícios esperados, conhecimento adquirido com as eleições passadas e o comportamento pregresso do governo. Abaixo segue um quadro síntese acerca dos modelos “partidários”.

Quadro 1

Modelos Partidários de Ciclos Políticos Orçamentários

Padrão Comportamental	Modelos Partidários	Variáveis Utilizadas
O eleitor não se dá conta das manobras executadas pelo governo durante os ciclos político-econômicos; as preferências partidárias influenciam seu cálculo racional.	Hibbs (1977)	Política Monetária e Fiscal
O eleitor aprende com a utilização dos ciclos políticos partidários pelos governos, alterando assim seu cálculo racional em relação à incidência destes ciclos; as preferências ideológicas influenciam seu cálculo racional.	Alesina (1987)	Política Monetária e Fiscal

Fonte: Elaboração do autor a partir de Hibbs (1977) e Alesina (1987).

É necessário se fazer um parêntese aqui para destacar o caráter ideológico de um determinado governo a partir das preferências de seu partido e de seu eleitorado, elaborando uma ligação com as formas de ação estatal. A contribuição de Tufte (1978) para os modelos dos Ciclos Políticos Orçamentários foi a incorporação de *estratégias*

variáveis por parte do governo, abordando a possibilidade deste agir diretamente sobre a oferta de algumas políticas públicas, mais especificamente na “entrega” da política à clientela. O autor argumenta que um governo pode elevar a renda de uma parcela da população, e assim conseguir o apoio dela em sua eleição com incentivos fiscais ou transferência de renda, incorporando um pouco a lógica do modelo keynesiano de intervenção da economia, influenciando diretamente no consumo das famílias a fim de maximizar votos¹⁶. A possibilidade de o governo interferir diretamente na economia abre espaço para que este tome decisões que gere os ciclos políticos orçamentários, ou mesmo que burocratas capturem a ação estatal em benefício próprio.

1.3. O Papel da Ideologia: estudos empíricos selecionados

Existem duas vertentes analíticas sobre a distinção entre partidos políticos, uma que identifica a existência de diferenças ideológicas claras, e outra que argumenta que a diferenciação entre os partidos é moderada. Hicks e Swank (1984) defendem a primeira vertente, argumentando que governos de esquerda gastam mais em políticas de bem-estar social do que partidos de direita. Esping-Andersen (1990) acredita que problemas como pobreza, analfabetismo ou desigualdade de renda podem ser solucionados com políticas públicas de intervenção do estado na área social (políticas defendidas por partidos de esquerda).

¹⁶ Não adentrarei na temática acerca da teoria econômica proposta por Keynes e seus desdobramentos no que ficou conhecido como keynesianismo uma vez que tal tema não constitui o objetivo da pesquisa em tela. Para maiores informações ver: Dillard (1989).

Inicialmente a análise do impacto dos partidos sobre a oferta de políticas públicas contemplou as democracias europeias e norte-americanas. Alesina e Rosenthal (1995) analisaram o comportamento da taxa de crescimento econômico nos Estados Unidos no período de 1915 a 1988. Segundo os autores, a polarização do sistema eleitoral americano ao longo do tempo contribuiu para a clara identificação das diferenças ideológicas dos partidos Republicano e Democrata. Os autores afirmam ainda que tais diferenças se materializam em diferentes padrões de crescimento econômico.

Kneebone e McKenzie (2001) identificaram que governos provinciais do Canadá, independentemente da ideologia, não elevam impostos em anos eleitorais e passam a implementar políticas públicas de maior visibilidade. Os autores concluem que para o período de 1966 a 1997, as eleições impactaram a composição do gasto e o volume de receita, para além do caráter ideológico. Por sua vez, Franzese Jr. (2000) ao analisar 21 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no período de 1956 a 1990, identificou que a ideologia partidária apenas impacta o tamanho da dívida pública na direção esperada (déficits para os da esquerda e superávits para os da direita) quando o risco do partido governante ser substituído por outro de ideologia oposta é elevado. Caso a probabilidade de derrota seja baixa, o impacto tende ao comportamento oposto.

Ao analisar as democracias parlamentaristas europeias¹⁷, Garrett (1998) afirma que mesmo em um ambiente globalizado as diferenças entre governos de esquerda e conservadores permanecem significativas¹⁸. O autor argumenta que em ambientes com

¹⁷ Martins (2002) por sua vez, testou os modelos em um estudo para Portugal.

¹⁸ Argumento semelhante ao adotado por Boix (1997).

sistema partidário forte e predominantemente à esquerda e com forte organização sindical, a globalização gerou incentivos políticos para criação de políticas redistributivas, bem como políticas de proteção aos pobres e trabalhadores, como forma de resposta a maior abertura e competição entre mercados. O caráter redistributivo surge também na forma de financiamento de tais medidas, através da elevação da carga tributária e do gasto social. Por sua vez, Kitschelt (1994), Piven (1991) e Iversen, (1996) afirmam que a globalização reduz a autonomia nacional, limitando o poder de atuação de partidos de esquerda, uma vez que as políticas de *welfare* encontrariam obstáculos diante da abertura comercial e maior competitividade.

No que diz respeito à magnitude do gasto público, Bosch & Suarez (1995) afirmam que a capacidade de influência da ideologia partidária deve variar de acordo com o ambiente político-institucional. Tavares (2004) também analisa a magnitude do gasto público para os países da OCDE ao longo de 40 anos. Regimes com protagonismo do Executivo na definição do orçamento ou bipartidários tendem a evidenciar a influência da ideologia partidária sobre o padrão de oferta de políticas públicas, ao passo que regimes parlamentaristas ou sistemas com governos multipartidários tendem a minimizar a influência ideológica. Choi *et. al.* (2010) ao analisar a configuração do gasto público subnacional nos EUA no período de 1993 a 2002, verificou que este resulta do perfil ideológico do eleitor e da estrutura administrativa local, que desempenham papel relevante no processo alocativo.

Frey e Schneider (1978) apontam para a influência que diferentes cenários eleitorais podem desempenhar na oferta de políticas públicas ao analisar a experiência norte-americana no período de 1953 a 1975. Com ambiente eleitoral favorável e de larga vantagem, o partido governante priorizará os objetivos programáticos, contudo, quando este cenário eleitoral não lhe é favorável, o governo adotará comportamento

oportunista para garantir a vitória, abandonando a ideologia partidária. Esta abordagem aproxima-se da proposta por Tufte (1978). A outra vertente na literatura argumenta que os partidos diferem entre si apenas moderadamente, e que em função desta modesta diferença, mudanças na orientação das políticas ocorreriam de forma suave (BLAIS, BLAKE e DION, 1993).

Mainwaring e Scully (1995) afirmam que em países com sistemas partidários pouco institucionalizados, os partidos não servem de referência para os eleitores. Desta forma, a liderança partidária possui pouco ou nenhum controle sobre o comportamento dos membros do partido, abrindo margem para que o processo decisório não possua clareza programática/ideológica. A estrutura do processo político nestes países tende a ser fortemente personalista, onde pertencer a determinado partido não significa defender determinadas políticas. Os autores explicam ainda que um sistema partidário institucionalizado:

Implica a estabilidade da competição entre os partidos, a existência de organizações fortemente enraizadas na sociedade, o reconhecimento dessas organizações partidárias e das eleições como instituições legítimas na escolha dos governantes e a vigência de partidos que comportam regras e estruturas estáveis. (MAINWARING e SCULLY, 1995: p. 44).

Para esta pesquisa não se acredita que exista no Brasil um quadro tão “bem definido” quanto o existente em sistemas bipartidários. Porém, é possível se enquadrar os partidos políticos brasileiros (e latino-americanos) em uma escala no espectro ideológico no *continuum* de direita, centro-direita, centro, centro-esquerda até esquerda.

Ames (1977) foi um dos primeiros pesquisadores a testar a teoria dos ciclos políticos na América Latina¹⁹, utilizando dados de dezesseis países no período de 1948

¹⁹ Outros autores que testaram a teoria dos ciclos políticos na América Latina são: Remmer (1993), Mejía Acosta e Coppedge (2001) e Nieto-Parra e Santiso (2009).

a 1970. O autor constatou que governos de esquerda, tendem a elevar os gastos com políticas de *welfare* como forma de beneficiar a classe trabalhadora. Por sua vez, Ames (1987) ampliou o número de países (de dezesseis para dezessete) e o corte temporal (1947 a 1982), e identificou que existe uma relação positiva entre eleição e gasto público nos governos democráticos. Foi verificado também que o gasto público cresceu no ano eleitoral e no ano seguinte às eleições. O autor argumenta que tal crescimento no ano posterior à eleição decorre da necessidade do governo recém empossado de recompensar os grupos que lhe forneceram apoio eleitoral. O autor identifica também que a base eleitoral do partido governante impacta sobre o gasto público, partidos com uma base eleitoral ligada a trabalhadores sindicalizados tendem a gerar maiores gastos públicos.

Borsani (2003) buscou verificar a ocorrência dos ciclos políticos orçamentários em democracias da América Latina no período de 1979 a 1998. O autor se debruçou sobre algumas variáveis macroeconômicas como Produto Interno Bruto (PIB), desemprego e inflação, relacionando com variáveis políticas, como eleições, ideologia do partido governante e fragmentação do poder político. Os achados empíricos permitiram ao autor identificar a ocorrência de ciclos oportunistas decorrentes da proximidade do período eleitoral, assim como a influência da ideologia do partido governante sobre o comportamento de variáveis macroeconômicas como desemprego e inflação.

Amorin Neto e Borsani (2004) analisando dez democracias presidencialistas latino-americanas buscaram identificar os determinantes políticos do comportamento fiscal destes países no período de 1980 a 1998. Variáveis como ideologia partidária do governo e ciclo eleitoral tiveram o impacto previsto pelas teorias dos ciclos políticos, outras variáveis institucionais como a força legislativa (poder de agenda) do presidente,

fortalecimento das instituições orçamentárias e estabilidade ministerial, também apresentaram a causalidade esperada.

Santos (2006) corroborou a hipótese de que a política fiscal de governos de esquerda é mais expansionista em relação aos demais governos para o caso dos países da América Latina. A partir de 130 observações para 14 países da América Latina no período de 1980 a 1999, Batista (2008) concluiu que governos de esquerda, com maioria legislativa, executam mais despesas sociais que governos de direita em situação legislativa semelhante.

Os trabalhos analisados aqui forneceram uma multiplicidade de resultados no que se refere à capacidade explicativa da teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários e do modelo dos ciclos políticos partidários em particular. A diferença de resultados pode ser atribuída em boa medida a ampliação do escopo analítico da teoria, que passou a ser testada em diferentes regiões, abordando diferentes níveis de governo, e contemplando diferentes períodos de tempo. Tal multiplicidade de resultados aponta para a necessidade da continuidade na tradição de *theory testing* dos Ciclos Políticos Orçamentários em diferentes unidades de análise ao longo do tempo.

Contudo, todos os trabalhos analisados até aqui negligenciaram a desigualdade de renda enquanto variável dependente, indicando uma lacuna analítica. Neste sentido, no capítulo seguinte a desigualdade de renda será analisada sob a perspectiva da Ciência Política.

Capítulo 2

O LUGAR DA DESIGUALDADE NA CIÊNCIA POLÍTICA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar como as diferentes formas de desigualdade sempre ocuparam papel de destaque na Ciência Política. A primeira seção apresenta como a desigualdade, enquanto conceito, foi abordada por autores clássicos da filosofia política, apontando para uma preocupação sempre presente com a distribuição desigual de recursos de poder, culminando com a necessidade de implementação de um artifício que impusesse aos homens um nível mínimo de igualdade ante seus pares. A segunda seção visa demonstrar que a discussão acerca da desigualdade de renda encontra relevo na Ciência Política, sobretudo em estudos empíricos recentes, demonstrando a relevância do tema na agenda de pesquisa. Finalmente, a terceira seção propõe uma mudança na análise do fenômeno da desigualdade de renda, buscando explicar o comportamento da desigualdade de renda enquanto produto do processo eleitoral. Esta abordagem fez com que a visão corrente de que a desigualdade afeta a variável política fosse invertida, e buscou-se fornecer, através da variável política, uma explicação para a *desigualdade de renda*. A proposta traz para o outro lado da equação a desigualdade (transformando-a em variável dependente), que passa a ser explicada a partir do processo político eleitoral (variável independente).

2.1. Desigualdade em Análise

O conceito de desigualdade pode assumir inúmeras feições, de *status* entre os gêneros no trabalho ou na política, de acesso à educação, de questões étnicas e raciais relacionadas ao acesso à moradia e ao emprego, dentre outras. Mesmo sociedades “primitivas” em que não existam diferenças de acesso a determinados recursos, ainda assim haverá desigualdade de *status* entre homens e mulheres ou entre indivíduos de idades diferentes. Nesse sentido, pensar as diferenças significa se render à própria diversidade humana. Por sua vez abordar a questão da desigualdade implica em considerar a multiplicidade de espaços em que esta pode ser manifestada ou avaliada.

A desigualdade é um tema de ordem política e que compõe o campo de estudo da Ciência Política. Foi amplamente discutido pelos filósofos políticos – Platão, Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, Tocqueville e Maquiavel – os quais buscaram identificar, a partir de determinados elementos por que os homens são ou se tornam desiguais ²⁰. Nesse limite, a leitura de Platão (1965) remete às várias facetas constituintes da desigualdade natural entre os homens, a partir da identificação de traços da natureza humana, uns são superiores em relação a outros em força, ou inteligência, ou capacidade – “desigualdade justa”. Essa concepção de distinção natural que se transfere para a ordem social, também foi amplamente discutida por Aristóteles (1997), ao descrever a cidade e o cidadão, considerando uma determinada classe social preponderante as demais, dado o próprio conceito de cidadão identificado necessariamente pela participação na *polis*. Com efeito, a questão da servidão na Grécia

²⁰ A noção de desigualdade discutida pelos autores clássicos da filosofia se baseia basicamente na observação da natureza humana (antropologia), igualdade, estado social e as leis.

Antiga era compreendida como um desígnio da natureza, esta “desigualdade autorizada”, não consiste numa desigualdade social abusiva, uma vez as diferenças naturais entre os homens constituíam a base inelutável sobre a qual se organizava a administração da *polis* (ARISTÓTELES, 1997 p. 32 e 33).

A partir do século XVI, surgem novos princípios políticos e jurídicos que buscam fazer uma releitura acerca das questões de igualdade/desigualdade, fazendo com que vários debates fossem travados com o intuito de compreender a origem e os fundamentos da constituição do Estado, enquanto elo político. Nesse âmbito, os autores contratualistas – Hobbes, Locke e Rousseau – deduzem os princípios da vida social e política a partir da afirmação de um estado de natureza hipotético, o qual se fundamenta pelo direito natural (*jusnaturalismo*). Destarte, Hobbes (1983) em sua célebre obra *O Leviatã*²¹, compreende a condição natural do homem como expressão da igualdade²² e liberdade. Os homens são iguais no desejo que não cessa, no medo da morte que acarreta a desconfiança e no amor pela vida como o bem maior (STRAUSS, 2009). Daí decorre, a necessidade de se criar um artifício, um elo político, cuja *transferência mútua* dos direitos (liberdade e igualdade) possa construir um poder comum (*civitas*) situado acima das paixões humanas²³. Ou seja, é preciso sucumbir à condição de igualdade e liberdade entre os homens no estado de natureza e constituir uma sociedade civil como forma legítima de assegurar a paz e a *satisfação* através da igualdade entre os homens sob o Estado.

²¹ De acordo com Bobbio (1991) a filosofia política hobbesiana, pode ser considerada como a primeira teoria sobre o Estado moderno.

²² Contudo, Hobbes identifica que pode haver diferença de prudência e sagacidade (planejamento e previsão) entre os homens.

²³ Nesse processo de submissão, a única liberdade que se perdura é a recaída no foro íntimo: religião, educação dos filhos; desde que esta não comprometa o Estado.

Locke (1983) retrata o estado de natureza essencialmente pacífico aonde todos os homens são iguais. Nesse limite, por que, então, os homens abririam mão de parte dessa liberdade para se tornar desiguais? Para Locke, a resposta está baseada nas inconveniências geradas pela articulação entre igualdade, liberdade e o poder executivo de cada um. Ou seja, a desigualdade entre os homens se fez, portanto, a partir de uma convenção humana (LOCKE, 1983, p. 49). A latente ameaça à paz no estado de natureza, promovida por alguns homens que não respeitam as leis naturais (acumulação demasiada de recursos) geram inconveniências graves para coexistência em tais condições. Daí decorre a necessidade de um pacto de consentimento, a sociedade política se institui a partir do acordo pelo qual os indivíduos aceitam limitar sua liberdade, em troca da preservação da sua propriedade, submetendo-se igualmente às leis do Estado. Em seu turno, Rousseau (1987a), distingue inicialmente os dois tipos de desigualdades, a desigualdade natural ou física e a desigualdade moral ou política. Originalmente os homens são iguais, entretanto ao entrar na condição social perde (*deteriora*) tais características e torna-se *mau, escravizado e infeliz*. Nesse sentido, a desigualdade *natural* de capacidades e talentos, insignificante no estado de natureza, passa a ter enormes consequências para a vida social dos homens no estado civilizado.

A especificidade norte-americana, de ausência de privilégios herdados e títulos de nobreza, chamou a atenção de Tocqueville (1969) que destacou o sentimento de igualdade e liberdade entre os cidadãos, assim como a igualdade de todos perante a lei. Tal arcabouço jurídico garantia a liberdade e igualdade de todos nesta nova ordem social, burguesa, impessoal e democrática:

Julgo que, no todo, pode-se asseverar que o aumento lento e gradual dos salários é uma das leis gerais das comunidades democráticas. À medida que as condições sociais se tornam mais iguais, os salários sobem e à medida que os salários tornam-se mais elevados, as condições sociais tornam-se mais iguais (TOCQUEVILLE, 1969: p. 262).

Uma perspectiva positiva²⁴ da desigualdade é assumida por Maquiavel (2000; 2004) ao perceber a distribuição assimétrica de poder existente entre os homens. O autor identifica a capacidade de gerência do Estado/Príncipe sobre a distribuição de recursos de poder, com vistas a concentrá-lo e mantê-lo. Esta abordagem destaca a capacidade do Estado em influenciar a distribuição de recursos de uma sociedade, mitigando ou ampliando as assimetrias. Sen (2001) aborda o aspecto negativo da desigualdade social destacando o papel do Estado enquanto promotor de políticas públicas que reduzam tal fenômeno através da promoção da igualdade de oportunidade entre os indivíduos. O autor afirma que apenas através da igualdade de capacidades, os indivíduos terão liberdade efetiva (liberdade de escolha). Dado que as preferências são construídas a partir do nível de informação e da condição de desenvolvimento de habilidades e talentos que elas tenham alcançado, existe um ciclo vicioso alimentado pela incapacidade das pessoas mais desfavorecidas em identificarem os valores e os procedimentos que devem seguir. O autor destaca que a completa disponibilidade e acessibilidade universal de conhecimento e habilidades das pessoas em reconhecer e escolher alternativas não é observada em nenhuma sociedade. Neste sentido, a desigualdade advém e é reproduzida por mecanismos sociais que apenas podem ser alterados a partir da ação do Estado.

Se uma sociedade perfeitamente igualitária parece algo inimaginável, uma vez que é incontestável a existência de desigualdades naturais, físicas ou intelectuais, quais medidas poderiam ser tomadas com o intuito de reduzir as assimetrias? Contudo, tais distinções não podem disfarçar as fontes sociais das desigualdades. Ademais, uma faceta da desigualdade toma maior relevo nas nossas sociedades contemporâneas, a

²⁴ Em contraste as perspectivas normativas dos autores discutidos anteriormente.

desigualdade de renda, haja vista que a mesma sobrepõe-se às demais desigualdades, amplificando-as. Se decisões socialmente tomadas seriam responsáveis pelo padrão de desigualdade, este fenômeno seria mitigado no tempo?

2.1.1. Desigualdade: uma trajetória “natural”?

A desigualdade é uma construção social que se desenvolve e se consolida a partir de estruturas, agentes e processos que lhe dão forma histórica concreta. A ciência econômica convencional entende a desigualdade como um traço característico dos processos de modernização e crescimento, e, em algumas circunstâncias, possibilita o desenvolvimento, ao viabilizar a acumulação de poupança que se transformará em investimento.

Essa compreensão das desigualdades funcionais ao desenvolvimento econômico de um dado país foi amplamente discutida adquirindo *status* de uma “lei econômica”, denominada “curva de Kuznets”, o “U” invertido, com o intuito inicial de explicar a formação dos primeiros capitais na Europa Ocidental, baseado na ideia de desigualdade como necessária e constituinte do desenvolvimento ao longo prazo. O trabalho de Kuznets “*Shares of Upper Income Groups in Income and Savings*” publicado em 1953 inovou ao analisar a relação entre crescimento e desigualdade ancorando-se em levantamento estatístico de 35 anos (1913-1948) para os Estados Unidos. O autor identificou uma forte redução da desigualdade de renda no período. Contudo, fatores como a Grande Depressão e a II Guerra Mundial, contribuíram para estes resultados, fazendo com que o autor tivesse cautela com possíveis generalizações. A partir da repercussão de sua pesquisa, Kuznets publica em 1955 “*Economic Growth*

and Income Inequality”, onde surge a teoria da “curva de Kuznets”, como destacado por Piketty (2014).

Segundo Kuznets a desigualdade possuiria uma trajetória natural aplicável a qualquer sociedade. Em um estágio inicial da industrialização haveria um crescimento da desigualdade, dada a parcela reduzida da população beneficiada. Com o avanço do desenvolvimento, cada vez mais pessoas disfrutariam do crescimento econômico, e a desigualdade entraria em declínio. Sobre a concepção de que a desigualdade teria uma trajetória natural para além das externalidades, Piketty argumenta que:

Depois de lembrar aos leitores todas as razões para ter cautela na interpretação dos dados e de chamar a atenção para a importância inequívoca do papel dos choques exógenos na redução da desigualdade americana, Kuznets sugere, de maneira quase ingênua, que a lógica interna do desenvolvimento econômico pode levar ao mesmo resultado, independentemente de qualquer intervenção política ou choque externo (PIKETTY, 2014: p. 21).

A partir do argumento de Kuznets, foram realizadas distintas pesquisas empíricas sobre esse modelo explicativo (AHLUWALIA, 1976; ADELMAN e ROBINSON, 1988, ANAND e KANBUR, 1993), as quais acabaram por ressaltar alguns problemas de generalização desses enunciados. O próprio Kuznets (1970) alertou para o perigo de adotar a analogia de que pelo fato da distribuição desigual da renda ter possibilitado no passado a acumulação da poupança necessária para a acumulação primária de capital, seria necessário, para assegurar o mesmo resultado nos países subdesenvolvidos, manter e até acentuar a desigualdade na distribuição da renda.

Diversas pesquisas nos últimos anos se inseriram nessa agenda partindo da perspectiva oposta à que gerou a linhagem de pensamento baseada na curva de Kuznets. A desigualdade passa a ser encarada como entrave ao desenvolvimento humano, e como tal, desperta interesses, instigando novas abordagens.

2.2. Política e Desigualdade: conexão possível?

As instituições constroem e modelam o comportamento dos indivíduos. Tal coerção pode ser no sentido de restringir a ocorrência de ciclos oportunistas através do fortalecimento das instituições democráticas; redução do poder de manobra do governo em função da globalização; ou tornar previsível o posicionamento de determinado governo em função de sua ideologia partidária. A ideologia partidária é entendida enquanto importante instituição que influenciará o cálculo estratégico do governo durante o processo de *policy making*. Sobre o papel da ideologia, Santos (2006) argumenta que:

Existe um componente ideológico no voto, ou seja, a posição do partido quanto ao rumo a ser dado à sociedade e à economia nacional. Os partidos informam ao eleitor a posição do candidato frente às questões nacionais. O político, portanto, se beneficia eleitoralmente ao fazer parte de um partido por conta da imagem nacional deste junto ao eleitorado (SANTOS, 2006: p.22).

A corrente partidária é utilizada para analisar como diferentes ideologias influenciam na oferta de políticas públicas. Embora a maior parte dos trabalhos incida sobre os determinantes do gasto público, o que seria uma *proxy* para a natureza da política pública, outros direcionam sua atenção para os resultados da política implementada (FIORIO *et. al.* 2013; PINHO, 2011; MELLO e TIONGSON, 2003). Temas como mobilidade social, desigualdade e pobreza passaram a compor a área de abrangência explicativa da teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários. A análise dos trabalhos recentes afasta-se do ciclo eleitoral propriamente dito e foca sobre as políticas realizadas ao longo da alternância de partidos políticos distintos à frente do governo.

Huber *et. al.* (2004) analisa os determinantes do gasto social de 22 países latino-americanos de 1970 a 2000, a partir de variáveis demográficas, econômicas e políticas, corroborando a hipótese de que partidos de esquerda ampliam gastos em saúde e educação, ao passo que partidos de direita ampliam o gasto em seguridade social, apontando para o aspecto de que a ideologia do partido governante importa para a definição de políticas públicas. Ao analisar como se deu o processo de construção do Estado de bem-estar social na América Latina, Segura Ubierto (2007) mensura elementos históricos, econômicos e políticos, objetivando identificar os determinantes do processo de construção da rede social de proteção no continente, e identifica que maior abertura comercial impactou negativamente sobre esta rede.

Gaviria (2007) ao analisar as experiências de mobilidade social e redistribuição de renda na América Latina identifica maior preferência por políticas redistributivas, e certa desconfiança em relação a políticas de promoção à igualdade de oportunidade experimentada no continente. Tornarolli (2014) analisa a evolução da classe média em 16 países latino-americanos no período de 2001 a 2011 e identificou uma convergência do tamanho desta classe entre os países estudados.

Debs e Helmke (2010) analisaram 110 eleições de dezoito países latino-americanos visando identificar o impacto da desigualdade de renda sobre a probabilidade de vitória de um presidente de esquerda. Os autores concluíram que a probabilidade de sucesso eleitoral de um candidato de esquerda varia na forma de um “u” invertido, isto é, em sociedades muito desiguais os ricos influenciarão o resultado eleitoral com o intuito de se protegerem de possíveis políticas redistributivas, reduzindo a probabilidade de sucesso do candidato de esquerda. Por outro lado, em sociedades mais igualitárias a demanda por políticas redistributivas embora seja menor, não haverá

a preocupação por parte dos ricos, possibilitando uma probabilidade de sucesso maior para o partido de esquerda.

Alguns trabalhos apontam que regimes democráticos gastam mais com a oferta de políticas públicas do que regimes não democráticos (HUBER, MOSTRILO e STEPHENS, 2008; AVELINO, BROWN e HUNTER, 2005; KAUFMAN e SEGURA-UBIERGO, 2001). Stasavage (2005) argumenta ainda que democracias são mais eficientes em promover crescimento econômico e bem-estar social. Bueno de Mesquita *et. al.* (2003) sugere que democracias geram mais bens públicos e maior distribuição de renda quando contrapostas a regimes autoritários. Em regimes democráticos o envolvimento da população na esfera pública funciona como controle, contribuindo para um melhor funcionamento das instituições democráticas e tornando a oferta de políticas públicas mais sensível às demandas da sociedade.

O mecanismo do sufrágio universal favorece a redistribuição de renda, uma vez que havendo desigualdade de renda, o eleitor mediano²⁵ possuirá uma renda inferior à média, o que o levará a escolher aquele partido que proponha políticas de redistribuição. Isto é, a democracia permite que pessoas com renda inferior a média levem suas pressões e desejos por *policies* às urnas, pressionando coletivamente o governo por políticas redistributivas. O trabalho de Meltzer e Richard (1981) trata do problema da redistribuição nos Estados modernos, enxergando-os não como um ator individual e benevolente, mas como uma arena onde os grupos se manifestam e as preferências são transformadas em políticas, os autores afirmam ainda que os pobres são capazes de extrair transferências dos ricos por meio do processo democrático.

²⁵ Sobre eleitor mediano ver: Mueller (1996).

Acemoglu e Robinson (2012) argumentam que a adoção de regimes democráticos é mais provável de ocorrer em países com índices de desigualdade econômica mais elevada. Esses autores acrescentam que conceder poder político através da democracia, seria uma forma de arrefecer o desejo por poder econômico, e que no longo prazo as democracias tendem a diminuir a desigualdade. Por sua vez, Acemoglu *et. al.* (2013) ampliaram o olhar sobre os efeitos da democracia sobre a desigualdade e o processo de redistribuição de renda.

É de se esperar que quanto mais longevas forem as democracias, mais envolvidos estarão seus cidadãos, e melhor funcionarão suas instituições. O contínuo funcionamento dos ciclos eleitorais favorece a construção e elevação do desempenho de uma rede social de proteção. Kaufman e Segura-Ubiergo (2001) analisando 14 países da América Latina no período de 1973 a 1997 constataram que a democracia tem um efeito positivo sobre a saúde e gastos com educação. Huber, Mustillo e Stephens (2008) analisaram 22 países da América Latina no período de 1970 a 2000 e identificaram que a força dos partidos de esquerda condiciona a significância da relação entre longevidade da democracia e os gastos em saúde e educação. Stasavage (2005) analisou 44 países africanos entre 1980 e 1996 identificando que a democratização leva a uma maior despesa em educação primária, e Brown e Hunter (1999) analisando 17 países latino-americanos no período de 1980 a 1992, concluíram que governos democráticos apresentam elevação mais rápida nos gastos sociais em face de constrangimentos econômicos do que os regimes autoritários.

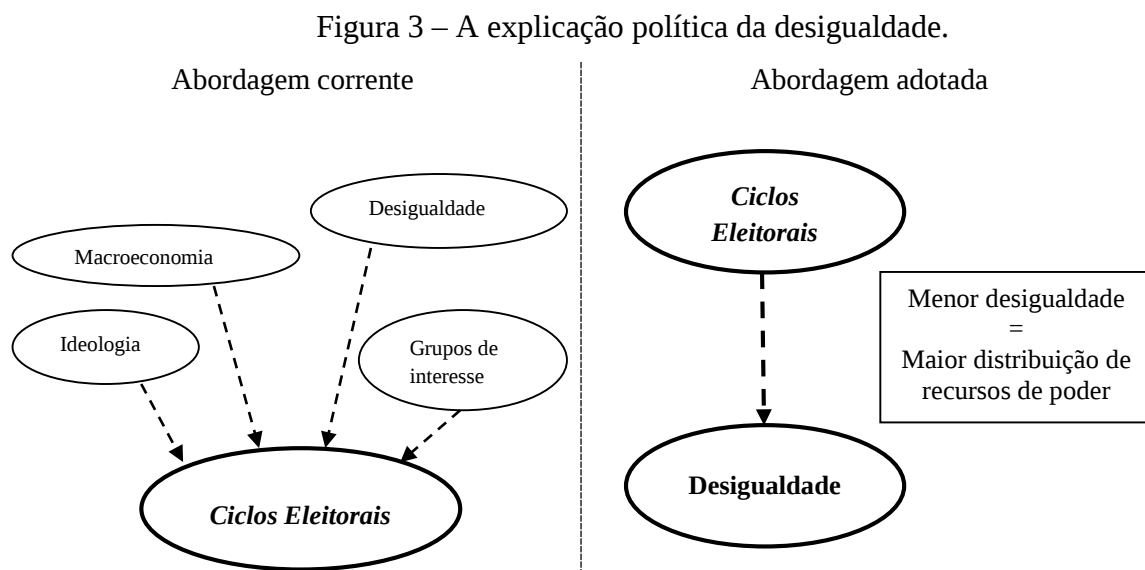
Presume-se, portanto que regimes democráticos proporcionem uma tendência de convergência entre a renda do eleitor mediano e a renda mediana destes países. A maior assimetria de renda conduzirá as preferências do eleitor mediano para políticas redistributivas. Tal “predisposição” às políticas redistributivas está ligada à melhoria da

qualidade de vida promovida pela democracia, uma vez que sob regimes democráticos existe maior equidade de oportunidades, possibilitando maior mobilidade social, o que evidencia o caráter político da desigualdade. Benhabib e Przeworski (2006) destacam que o mecanismo de redistribuição de renda é endógeno, na medida em que a desigualdade afeta o crescimento econômico e consequentemente a renda futura. Por sua vez, a renda e sua distribuição afetam os mecanismos políticos pelos quais são tomadas as decisões sobre a distribuição de recursos. Tais decisões políticas moldarão a desigualdade futura e a renda futura. Contudo, a desigualdade não se apresenta de forma semelhante nas diferentes sociedades, sugerindo que diferentes elementos políticos afetam a trajetória do processo de concentração/distribuição de renda.

2.3. A Desigualdade Fora do Lugar: a explicação a partir da política

Se a igualdade política é um objetivo basilar da democracia como afirmou Lijphart (2003), e se recursos econômicos podem ser transformados em recursos políticos como afirmou Dahl: “Many resources that flow directly or indirectly from one’s position in the economic order can be converted into political resources. Consequently, the initial distribution of political resources is highly, though not exclusively, dependent on the economic order” (1996: p. 645), então desigualdade de renda é também objeto da Ciência Política, uma vez que esta constitui importante mecanismo de poder. Lijphart adotou a desigualdade de renda como *proxy* da desigualdade política, tendo em vista a dificuldade de mensuração da mesma, “uma vez que é mais provável a igualdade política prevalecer se não existirem grandes desigualdades econômicas” (LIJPHART, 2003: p. 318). O’Donnell (1999) chama a

atenção para o papel da desigualdade socioeconômica extrema que gera deficiência democrática, ao passo que Huntington (1993: p. 22) destaca que “a pobreza é um grande, ou talvez o principal obstáculo ao desenvolvimento democrático”. Contudo estes autores explicam as relações políticas a partir da desigualdade, o que os aproxima de uma abordagem econômica. A figura 3 apresenta a diferença entre as abordagens correntes, da abordagem adotada nesta pesquisa.



Fonte: Elaboração do autor.

Kerstenetzky (2002) apresenta como a desigualdade se relaciona com pobreza, crescimento econômico, coesão social e democracia. Baseada em algumas premissas da teoria econômica clássica, a autora busca desmistificar a crença de que o crescimento eliminaria, cedo ou mais tarde, a pobreza. Ou seja, haveria supostamente um automatismo na relação entre crescimento e eliminação da pobreza, uma vez que os efeitos do crescimento econômico alcançariam todas as camadas sociais, através da geração de emprego e renda decorrentes do uso

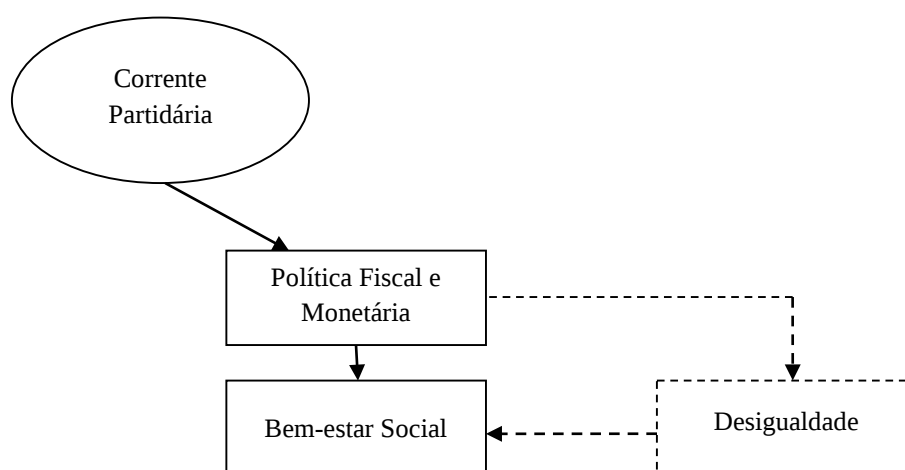
produtivo dos recursos econômicos. Na realidade, esses efeitos esperados não foram sentidos, o que causou uma onda revisionista na literatura econômica.

Para além de uma explicação econômica do uso dos recursos, é necessário destacar que a renda das pessoas deriva da utilização dos ativos (capital social e econômico) que possuem. Sen e Kliksberg (2010) apontam que níveis agudos de desigualdade associados a serviços de saúde pública precários, constituem um ciclo vicioso que funciona perpetuando a desigualdade, afetando as pessoas em vários sentidos, seja econômico, educacional, seja no que diz respeito à saúde. A promoção de políticas (re)distributivas é o caminho pelo qual a população pode adquirir estes ativos, reduzindo assim o hiato de desigualdade de oportunidades. O argumento de que desigualdade de renda estaria positivamente associada à eficiência econômica e que tais desigualdades tenderiam a desaparecer automaticamente no longo prazo não se sustentam. Desigualdade de renda extrema gera pobreza e crescimento deficiente. Nesse âmbito, a mão visível do Estado, no tocante às transferências de renda, importa.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito a como a desigualdade impacta a coesão social, gerando quadros de conformismo, desespero, violência, e em outras palavras, desperdício de recursos sociais, criando sociedades segmentadas, onde os conflitos serão minimizados através de ressignificações. No que diz respeito à democracia, a desigualdade importa para pensar em que medida a igualdade de direitos civis e políticos é afetada por desigualdades socioeconômicas. Desta forma, “democracias reais representam a realização maior ou menor de ideais de igualdade de cidadania civil e política, esta realização é tanto mais remota, *inter alia*, quanto maior for o grau de desigualdade socioeconômica tolerado pelas sociedades” (KERSTENETZKY, 2002: p. 661).

A presente pesquisa toma emprestada da corrente partidária dos Ciclos Políticos Orçamentários, a visão de que partidos políticos de direita e de esquerda possuem preferências distintas por políticas públicas. Assumindo que partidos de esquerda optam por políticas (re)distributivas, a política fiscal passa a ser o instrumento para o objetivo específico de redução da desigualdade. Desta forma, a figura 4 apresenta o arcabouço teórico que subsidiará a análise da desigualdade por meio da corrente partidária.

Figura 4 – Arcabouço Teórico e o “lugar” da desigualdade.



Fonte: Elaboração do autor.

Trabalhos listados a seguir incorporam a lógica das análises que levam em consideração a desigualdade não como mais um fator econômico que impacta a oferta de políticas públicas, mas sim como resultado de decisões políticas (ciclos eleitorais). O objetivo passa a ser a análise da desigualdade como resultado da ação política, argumentando que os determinantes da desigualdade de renda são políticos. Visando ampliar esta vertente analítica, alguns trabalhos utilizam o arcabouço teórico dos Ciclos Políticos Orçamentários buscando verificar não apenas como a

ação do governo a partir de suas preferências impacta sobre o crescimento econômico, mas como estes elementos impactam sobre a desigualdade.

Ao analisarem as democracias pós-industriais, Bradley *et. al.* (2003) destacam que embora historicamente partidos de esquerda contribuam positivamente para a redução da desigualdade por moldar os contornos distributivos de impostos e transferências, outro elemento que mostrou-se estatisticamente significativo foi o fortalecimento sindical. Entretanto os autores argumentam que isto ocorre em função da proximidade dos governos de esquerda para com os sindicatos, incorporando no governo algumas demandas sindicais.

Morley (2001) argumenta que a desigualdade no continente latino-americano está ligada à ordem colonial pela qual passou o continente, com concentração de poderes políticos e econômicos. Estes elementos contribuíram para a desigualdade no acesso à educação e infraestrutura, perpetuando a desigualdade de renda. Foram analisados 20 países, no período de 1970 a 1995, com vistas a identificar qual o impacto de determinadas reformas sobre a distribuição de renda.

Huber *et. al.* (2006) abordaram os determinantes das diferenças da desigualdade na distribuição de renda entre os países da América Latina e do Caribe a partir da análise de diversos fatores (desenvolvimento econômico; distribuição da propriedade fundiária; setor informal; inflação; demografia; educação; investimento estrangeiro direto; democracia; partidos políticos; e gasto social). A série histórica compreende de 1970 a 2000, abordando, portanto parte da recente ascensão ao poder de partidos de esquerda em alguns países do continente, os achados da pesquisa apontam, dentre outros aspectos, para a corroboração de que governos de esquerda impactam negativamente sobre a desigualdade.

Huber e Stephens (2012) adotaram estratégia empírica semelhante para analisar em profundidade as variações de políticas sociais latino-americanas ao longo de sete décadas e seus impactos sobre a distribuição de renda, pobreza e desigualdade, os países analisados foram Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e Uruguai. Os autores identificaram que as mesmas características da estrutura social que funcionaram como fatores explicativos do déficit democrático, serviram de obstáculo para a consolidação de partidos de esquerda e em última análise, em obstáculo para o desenvolvimento de políticas redistributivas.

Os autores argumentam que as políticas sociais redistributivas na América Latina devem se concentrar na transferência condicional de renda e em políticas universalistas, ambos financiados por impostos. Os autores destacam que mesmo em países capitalistas avançados, a maior parte da redistribuição ocorre através de benefícios, em vez de impostos, e isso é ainda mais verdadeiro no continente latino-americano, com sistemas fiscais ligeiramente regressivos. Embora políticas de transferência condicional de renda sejam mais efetivas para redução da desigualdade e pobreza, os autores argumentam que se faz necessário à oferta de políticas redistributivas de caráter universal, como forma de obter apoio da classe média, viabilizando politicamente uma agenda de redistribuição e redução da pobreza. Algumas críticas à teoria proposta podem ser feitas no sentido em que os autores negligenciam alguns processos políticos que tiveram papel significativo na construção de direitos sociais, e mesmo suprimiram da análise um número significativo de países, e, por conseguinte de governos recentes de esquerda.

O quadro 2 apresenta uma síntese das principais pesquisas realizadas com objetivos semelhantes. São destacadas: as variáveis dependentes adotadas, as

variáveis explicativas selecionadas, a definição do recorte temporal, o número de observações, os países analisados e o método de estimação empregado.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aponta que democracias eficazes tendem a ofertar com melhor qualidade políticas redistributivas (BID, 1998), políticas estas preferidas por partidos de esquerda, que buscam redistribuição pró-pobres. Contudo, falta ainda uma evidência dos mecanismos pelos quais as instituições políticas podem afetar a distribuição de renda. Tal lacuna permite o teste da hipótese levantada pela literatura, de que governos de esquerda favoreceriam tais políticas (re)distributivas e do papel da longevidade democrática sobre a desigualdade.

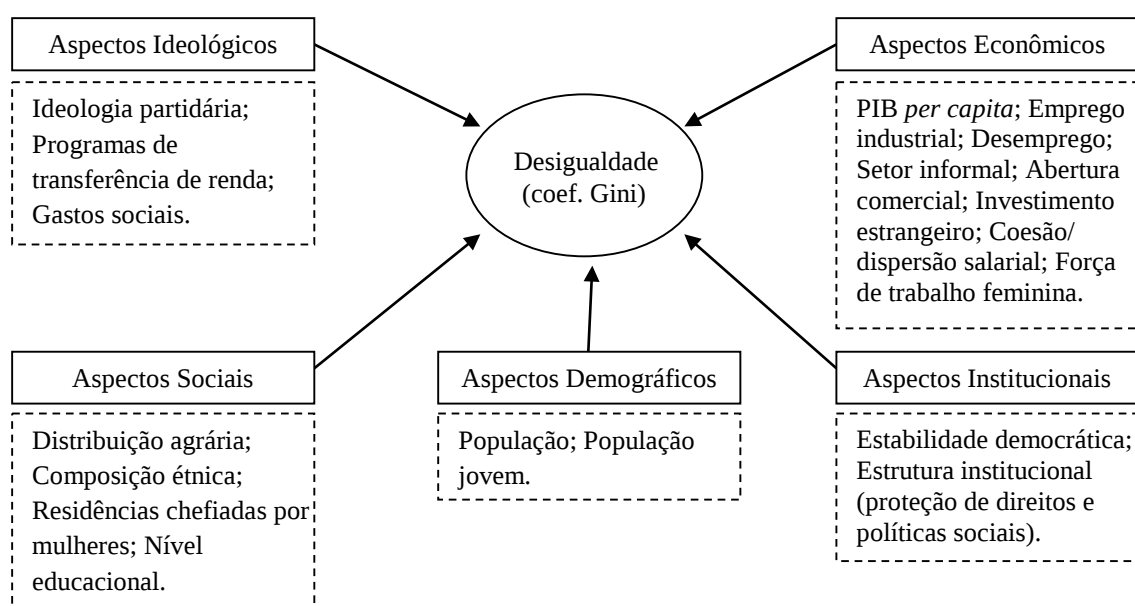
Quadro 2
Pesquisas Recentes com Objetivo Semelhante

Autor (ano)	Variáveis dependentes	Variáveis explicativas	Período	Unidade de análise	Método de estimação
Morley (2001)	Variação da desigualdade	Renda; inflação; educação universitária; educação básica; nível anterior de desigualdade; distribuição de terra; urbanização; reformas como privatização, financeira, tributária, abertura comercial, educacional.	1970 a 1995	122 observações, 20 países: Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.	<i>least square weigh; pooled least square</i>
Bradley et. al. (2003)	Variação da desigualdade; Taxa de desigualdade antes dos programas de transferência.	Ideologia do governo; programas de transferência de renda; estrutura constitucional; coordenação salarial; dispersão salarial; PIB per capita; educação; educação vocacional; desemprego; emprego industrial; abertura comercial; importações; população jovem; força de trabalho feminina; residências comandadas por mulheres;	1967 a 1997	61 observações, 14 países: Holanda, Bélgica, Estados Unidos, Canadá, Finlândia, Noruega, Austrália, Dinamarca, Reino Unido, Itália, França, Alemanha, Suíça, Suécia.	<i>OLS (Robust Cluster Standard Errors)</i>
Huber et. al. (2006)	Coeficiente GINI	Partidos políticos; gasto social; desenvolvimento econômico; inflação; demografia; composição étnica; educação; setor informal; distribuição agrária; investimento estrangeiro.	1970 a 2000	135 observações, 18 países: Argentina, Bahamas, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Trinidad e Tobago, Venezuela.	<i>OLS (Robust Cluster Standard Errors)</i>
Huber e Stephens (2012)	Distribuição de renda; pobreza; desigualdade.	Ideologia partidária; políticas sociais; aspectos institucionais, históricos e sociais.	1970 a 2000	130 observações, 18 países em análise quantitativa e cinco países em análise aprofundada: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e Uruguai.	<i>OLS (Robust Cluster Standard Errors); qualitative analysis.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Bradley et. al. (2003), Huber et. al. (2006), Huber e Stephens (2012).

A Figura 5 apresenta os principais fatores que impactam a desigualdade segundo a literatura analisada. São listados cinco conjuntos principais de variáveis que influenciam a desigualdade: aspectos ideológicos, aspectos econômicos, aspectos sociais, aspectos demográficos e aspectos institucionais.

Figura 5 – Relações causais da desigualdade.



Fonte: Elaboração do autor a partir de Morley (2001), Bradley *et. al.* (2003), Huber *et. al.* (2006), Huber e Stephens (2012)

Capítulo 3

UM PANORAMA DA DESIGUALDADE DE RENDA

O presente capítulo problematiza a questão da desigualdade de renda. Na primeira seção é apresentado um panorama da desigualdade nas sete diferentes regiões do planeta, a análise descritiva destes indicadores torna clara a singularidade do padrão verificado no continente latino-americano. Como forma de melhor detalhar tal singularidade, a segunda seção esmiúça treze países da região, apresentando descritivamente, os detalhes do comportamento da desigualdade nos últimos anos.

Ao longo do tempo os indicadores sociais foram aperfeiçoados. Estudos recentes apontam que, além da renda, outros indicadores de bem-estar como saúde, educação, bens públicos, e meio ambiente, devem compor os índices de pobreza e desigualdade. Sen e Kliksberg (2010) problematizaram a adoção da renda como principal indicador de desigualdade e propuseram medidas alternativas como forma de melhor apreender a realidade. Outros trabalhos que propuseram índices multidimensionais da desigualdade foram: Atkinson e Bourguignon (1982), Maasoumi (1989), Slottje (1991), Mosler (1996), Sen (1987), UNDP (1991-2002) e Chakravarty (2003).

Embora existam diversas formas de desigualdade e várias formas de mensuração deste fenômeno social, a dispersão da remuneração entre os diferentes

segmentos sociais é a forma mais comum, tendo em vista a maior utilização na literatura e a facilidade de obtenção desta informação, sobretudo ao analisar comparativamente diferentes países. Cowell (1998) argumenta que medir desigualdade é uma tentativa de dar significado a comparações de distribuição de renda em termos de critérios que podem ser oriundos de princípios éticos, construções matemáticas ou simples intuição.

3.1. A Desigualdade no Mundo

A opção por agregar os diversos países em sete macrorregiões tem o objetivo de facilitar a análise e a comparação da realidade latino-americana com as demais regiões do mundo, destacando a singularidade do continente. Evidencia-se que ao executar análises comparativas entre países, um dos elementos preponderantes é a disponibilidade de informações para o maior número de casos durante o maior período de tempo possível. Algumas informações facilmente disponíveis para alguns países são inexistentes ou imprecisas para outros, fazendo com que indicadores mais simples sejam adotados em função de sua disponibilidade.

Para o mapeamento da desigualdade recorreu-se a medidas estatísticas que viabilizassem captar possíveis variações ao longo do tempo, sob a lógica de indicadores de escala. Ademais, medidas de desigualdade possuem a desejável propriedade de não dependerem da média da distribuição. Optou-se, assim, pela adoção do coeficiente Gini²⁶ por ser, além de uma medida escalar, sensível a mudanças em torno da moda.

²⁶ Medida adotada também por, dentre outros, Wilkinson e Pickett (2015) ao analisar os estados dos Estados Unidos.

Isso possibilita que a distância de valores em torno dessa medida de tendência central, por representar a maior parte dos dados, possa determinar de forma eficaz o tamanho da desigualdade de renda ao longo do tempo. Além disso, trata-se de uma medida de ampla utilização na literatura que aborda medições de desigualdade. Considerando, portanto, uma distribuição de dados a partir de uma curva de Lorenz, o coeficiente Gini pode ser calculado como:

$$G_1 = 1 - \sum_{k=1}^n (X_k - X_{k-1})(Y_k + Y_{k-1}) \quad (3.1)$$

Onde G é coeficiente Gini, X consiste na proporção acumulada da variável tempo, e Y corresponde à proporção acumulada da renda. Optou-se pela adoção do índice de Gini, que apresenta escala que varia de 0 a 100, onde, quando mais próximo de zero menor é a concentração dos valores de determinada variável, ou seja, menor é a desigualdade. Por outro lado quanto mais próximo de cem, maior é a desigualdade na distribuição de dados.

O Gráfico 1 apresenta a mediana do índice de Gini para as sete regiões do mundo definidas pelo Banco Mundial. O período analisado vai de 1984 a 2012, em todos os anos deste período a América Latina figurou como a região mais desigual do planeta, a frente da África Subsaariana, região marcada por uma série de problemas socioeconômicos, no mesmo período a Europa foi a região com menor desigualdade. A década de 1990 foi caracterizada por uma elevação da desigualdade em seis das sete regiões, apenas o Oriente Médio e Norte da África registraram redução ininterrupta da desigualdade, ao passo que o Sul da Ásia viu a desigualdade se elevar a cada década (Cf.: Gráfico 2). Por seu turno, a desigualdade na América Latina permaneceu

praticamente estável entre as décadas de 1980 e 2000, apresentando redução a partir da década de 2000.

Gráfico 1

Mediana do índice de Gini para as regiões do mundo (1984-2012)

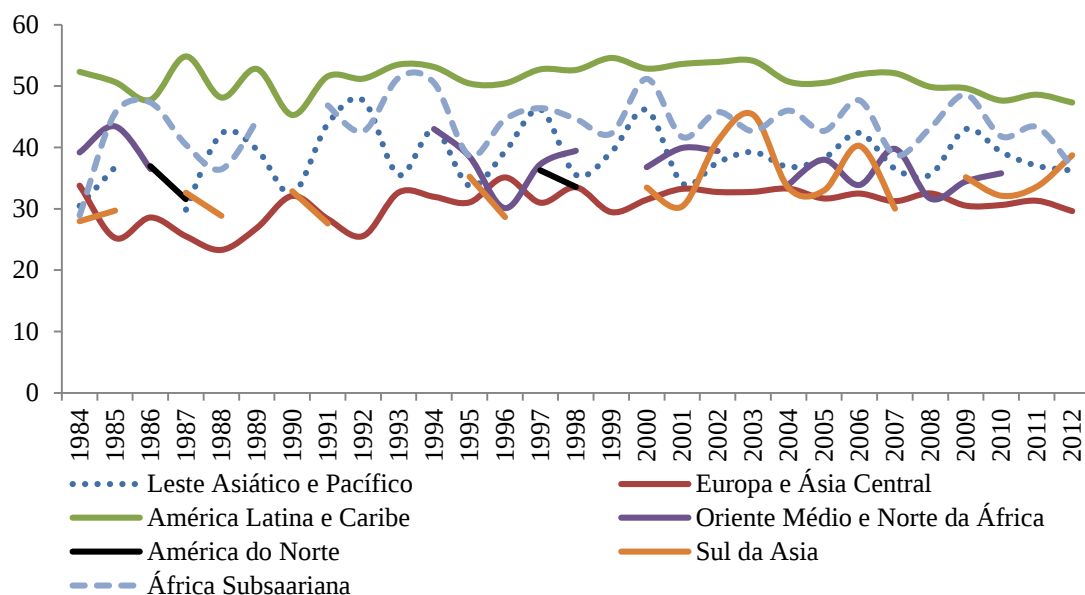


Gráfico 2

Mediana do índice de Gini por década para as regiões do mundo (1980-2010)

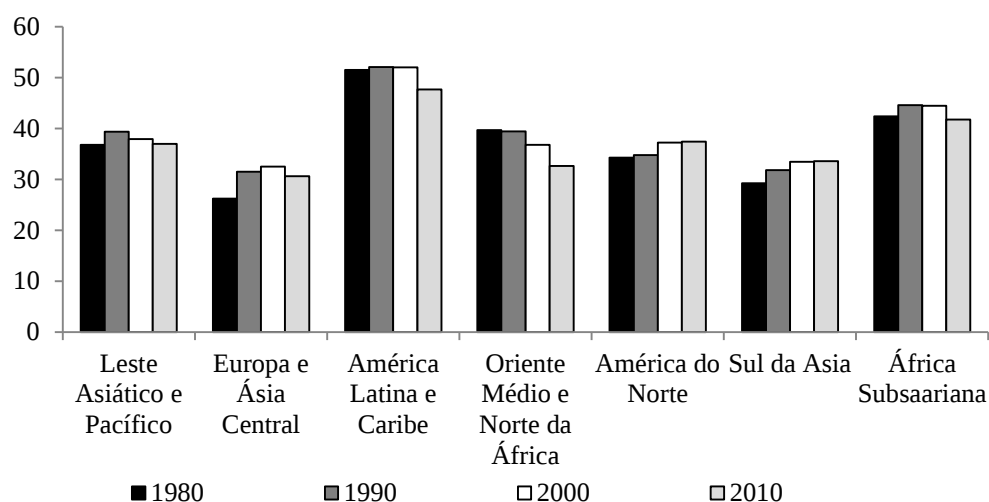
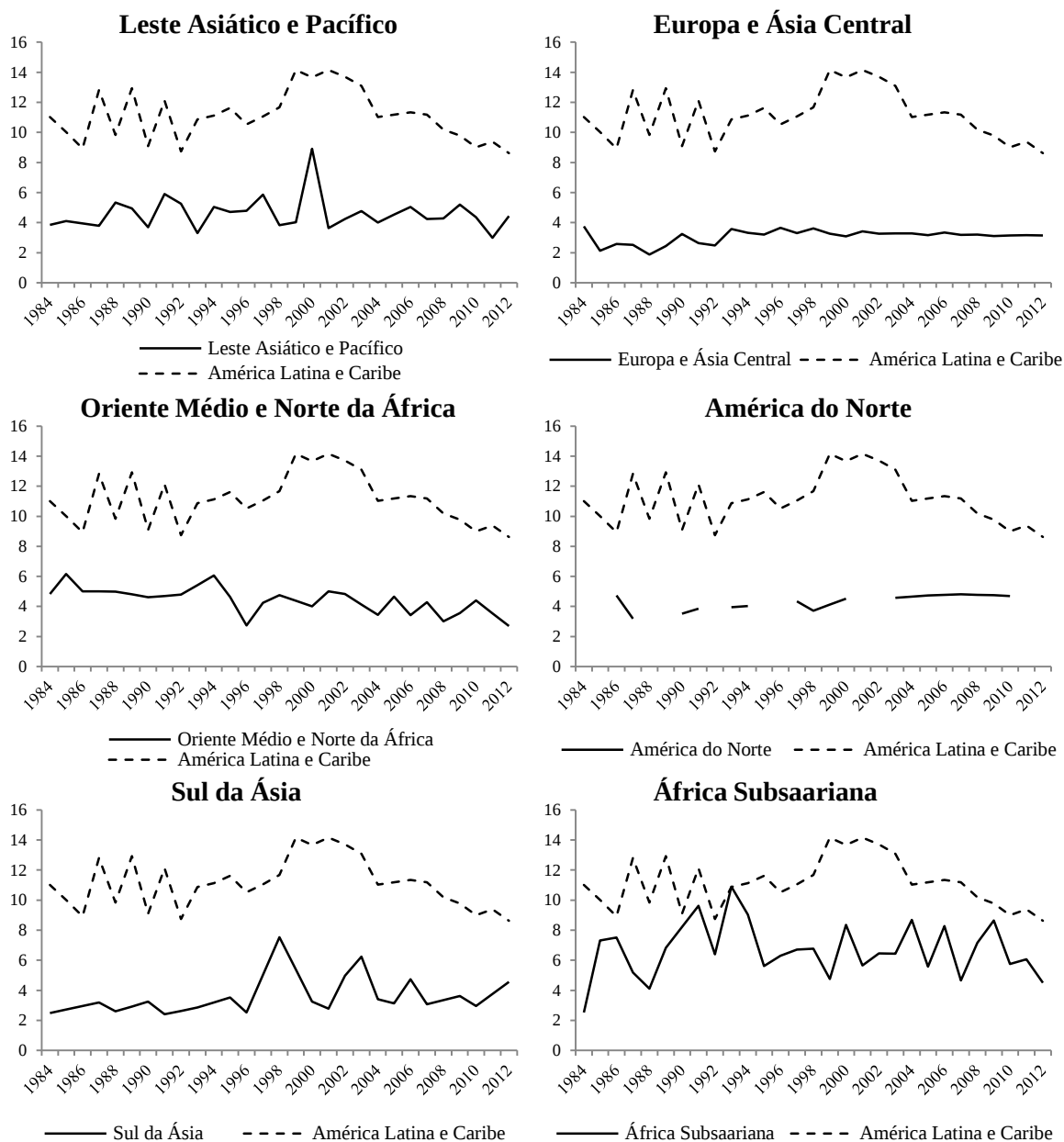


Gráfico 3

Razão da renda dos 10% mais ricos pela renda média dos 20% mais pobres (1984-2012)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial.

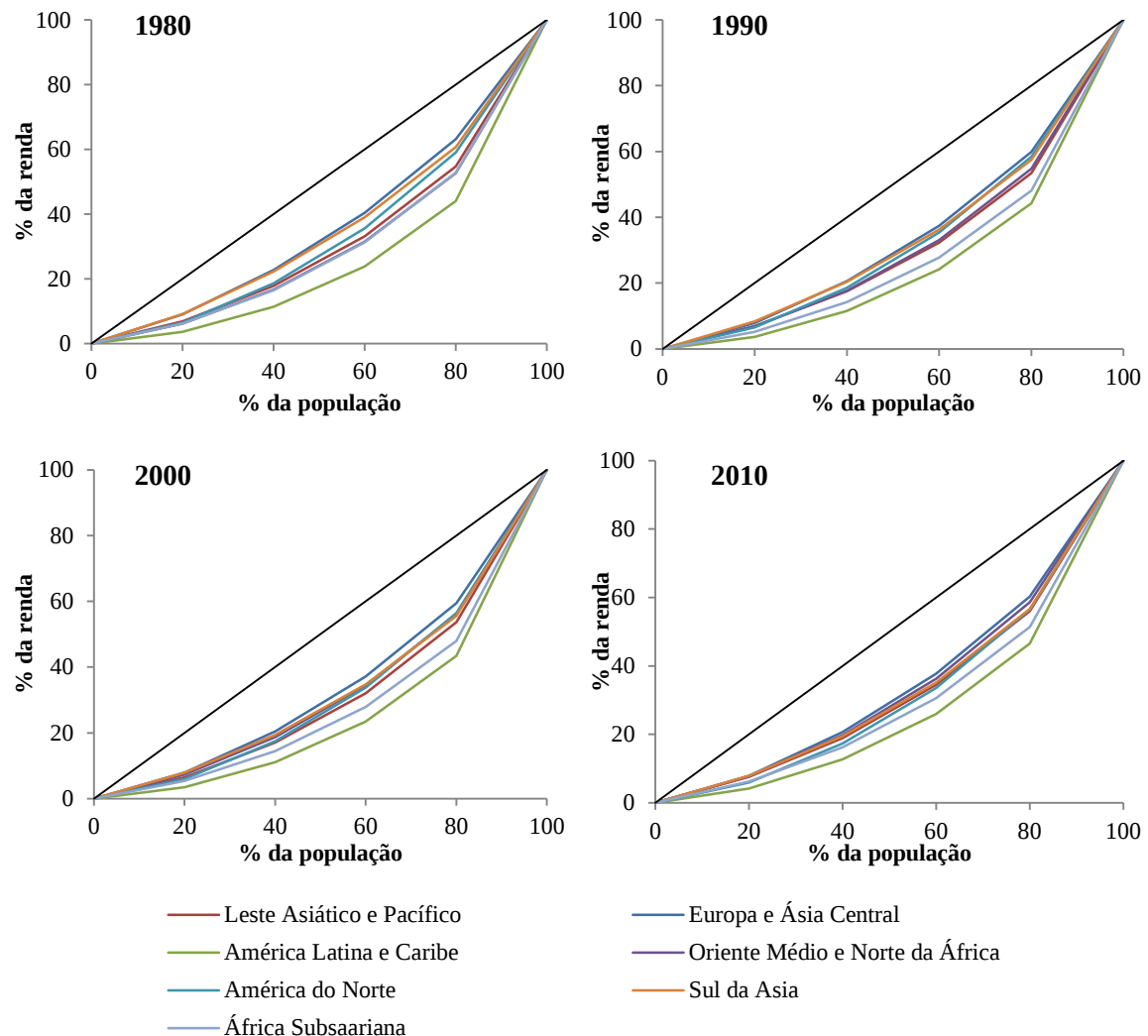
O Gráfico 3 apresenta a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres, comparando cada uma das regiões ao padrão encontrado no continente latino-americano. Quanto menor a razão entre essas rendas médias, mais equânime será a estrutura distributiva, com os mais ricos retendo uma renda média de valor relativamente próxima à dos mais pobres. Tal medida revela a

estrutura de concentração de renda, possibilitando mensurar quantas vezes a renda dos 10% mais ricos é superior à renda dos 20% mais pobres. Para a América Latina esta razão é algo em torno de dez vezes, ao passo que nas demais regiões, excetuando-se a África Subsaariana, a mesma razão é em torno de cinco vezes.

A curva de Lorenz é a apresentação gráfica da distribuição relativa de uma variável concernente a uma determinada população, quando empregada para distribuição de renda, uma sociedade com distribuição perfeita seria representada por uma linha de 45°, quanto mais distante estiver a distribuição real da linha de referência, mais desigual é aquela sociedade. O gráfico 4 possibilita acompanhar a distribuição da renda ao longo dos percentis da população, e como esta se comportou ao longo das décadas. A América Latina mostra-se a mais desigual das regiões, apesar de sua pujança econômica e relativa estabilidade institucional, a análise das curvas de Lorenz aponta que, em média, os 20% mais ricos do continente detiveram mais de 55% da renda total da população naquele período. A sobreposição da linha da América Latina e das demais regiões apresenta o fosso que separa um pequeno grupo rico, do restante da população latino-americana, evidenciando que a forma de distribuição de renda no continente é algo ímpar, passando ao largo de qualquer nível aceitável, internacionalmente, em termos de justiça distributiva.

Gráfico 4

Curva de Lorenz por década para as regiões do mundo (1980-2010)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial.

3.2. América Latina: o endereço da desigualdade

Qual o papel da oferta de políticas públicas, e mais especificamente das políticas redistributivas, sobre a desigualdade de renda? A construção das políticas de bem-estar social na América Latina se deu de forma lenta e menos ambiciosa, dado o seu contexto histórico de desenvolvimento tardio e dependente. Tais características conduziram à fragilidade democrática, precariedade nas relações trabalhistas,

continuidade do padrão de desigualdade e fragilidade dos partidos de esquerda. Com os processos de democratização, os grupos governantes se mantiveram no poder, tanto a nível Legislativo, quanto a nível Executivo, imprimindo no processo de construção do “Estado de bem-estar social” latino-americano um ritmo descompassado, diferente do observado nas democracias industriais avançadas.

Embora os primeiros programas de seguridade social da região tenham surgido antes da década de 1940, apenas Uruguai e Chile possuíam os elementos *i)* democracia e, *ii)* influência efetiva de partidos de esquerda no processo de *policy making*, algo que só passou a ser observado em outros países após a II Guerra Mundial (HICKS, 1999). Quando os partidos de esquerda tiveram a oportunidade de influenciar a configuração da oferta de políticas sociais, o que encontraram foi um conjunto de políticas estratificadas e fragmentadas. O caso uruguaio difere em função do protagonismo do partido Colorado, que foi responsável pela formação inicial da rede social de proteção, a partir de um projeto de nação que visava: democratização, educação e justiça social. O presidente José Batlle y Ordóñez (1903-1907 e 1911-1915) desempenhou papel central neste processo ao debelar a revolução de 1904 e controlar facções internas ao partido, possibilitando a consolidação e expansão das políticas sociais.

Vale destacar que enquanto a Europa, após a II Guerra Mundial, adotou uma estratégia de abertura comercial, buscando competitividade no mercado internacional, a América Latina persistiu na adoção de políticas protecionistas e na exportação de matérias-primas. A industrialização latino-americana se deu através do Processo de Substituição de Importações (PSI)²⁷, ocorrido aproximadamente no período 1930-1960. Contando com forte protecionismo estatal, que impunha altos níveis tarifários à

²⁷ Para maiores informações, ver: Tavares e Serra (1972), Fishlow (1972) e Furtado (1995).

importação de produtos manufaturados, as indústrias latino-americanas puderam financiar, através de elevados impostos sobre a folha de pessoal, a construção da rede social de proteção, uma vez que estes empregadores poderiam repassar ao consumidor este custo extra. Os governos da região buscaram formas alternativas de financiamento do Estado. Dada sua incapacidade de extrair renda das classes mais abastardas através de tributação progressiva, impostos indiretos foi a forma menos conflituosa de financiar o Estado.

A construção da rede social de proteção na América Latina teve início com políticas de pensões e serviços de saúde. Contudo, tais serviços estavam restritos aos militares e a algumas categorias de altos funcionários públicos e privados. Após a II Guerra Mundial, e com a intensificação da industrialização fomentada pelo PSI, houve uma pressão por parte dos trabalhadores urbanos e da classe média, pela expansão das políticas sociais. Tal expansão foi financiada principalmente por contribuições patronais, trabalhistas e complementada pelo Estado.

Já em 1920 o Uruguai contava com pensões de velhice para funcionários públicos e para os funcionários privados em serviços públicos, como ferroviários, funcionários de telégrafo, bondes, telefone, gás e eletricidade. Havia também serviços em que os beneficiários não precisariam ter contribuído com o sistema, a exemplo das pensões para pessoas deficientes e idosos indigentes, políticas voltadas para as gestantes e uma ampla rede de hospitais públicos (PAPADÓPULOS, 1992). Já no Chile, o Presidente Arturo Alessandri (1920-1925 e 1932-1938) precisou do apoio militar para superar a resistência inicial aos programas sociais, atendendo separadamente as várias categorias trabalhistas, gerando um sistema bastante fragmentado. Raczynski (1994) destaca que em 1970 havia cerca de 150 programas específicos às categorias.

A partir de 1930, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela começaram políticas de pensões e de cuidados com saúde, contudo ainda de forma muito restrita. Em 1940 foi a vez de Argentina e México criarem fundos de pensão e de saúde, no México tais políticas atingiam menos de cinco por cento da população em 1950 (DION, 2009). Na Argentina, o presidente Perón (1946-1955 e 1973-1974) expandiu rapidamente a cobertura para cerca de 70% da força de trabalho, incentivando fundos sindicais e a construção de hospitais públicos. No mesmo período o Uruguai também expandiu sua rede social de proteção, com o abono familiar para os empregados da indústria e comércio, e incorporação dos trabalhadores rurais ao sistema de seguridade social em 1943, assim como benefícios para os desempregados em 1958. Grandes expansões foram realizadas entre 1960 e 1973 no Chile e na Costa Rica, no último caso, houve emenda à Constituição em 1961 com objetivo de garantir a universalização da cobertura da rede social de proteção. Contudo, durante aquela década a política conseguiu cobrir cerca da metade da População Economicamente Ativa (PEA).

Esping-Andersen (1990) destaca que o modelo de seguridade social presente na América Latina se assemelha ao modelo conservador-corporativista predominante na Europa continental. Como foram construídos de forma fragmentada e estratificada, os sistemas de proteção social foram baseados sobre o emprego masculino no setor formal, fornecendo pensões e cuidados de saúde às famílias destes homens contribuintes. Tal modelo não reconhecia as políticas de proteção social enquanto parte constitutiva da cidadania, daí que políticas de combate à pobreza, proteção aos inválidos, idosos e doentes não compunham a cesta de políticas públicas ofertadas²⁸. Mesmo com as expansões da década de 1970, mulheres sem emprego formal e crianças faziam parte do

²⁸ Com exceção do Uruguai que instituiu em 1919 as pensões não contributivas

sistema na condição de dependentes de trabalhadores do sexo masculino. Quanto aos trabalhadores rurais, em meados de 1970, apenas o Uruguai (em 1919), Argentina (em 1954) e Brasil (em 1971) possuíam políticas de proteção social para estas clientelas.

A incapacidade dos Estados latino-americanos em extrair renda das classes mais abastardas limitou o ritmo e a intensidade da construção da rede social de proteção nestas sociedades. Políticas redistributivas, ainda que tímidas, foram financiadas através dos vínculos empregatícios e de impostos sobre consumo. O Uruguai, protagonista nestas políticas, é também o país com menor desigualdade de renda da região²⁹. O aspecto de grandes expansões na rede social de proteção terem acontecido sob a égide de regimes autoritários, evidencia a dificuldade na redistribuição de recursos em favor dos mais pobres em meio a regimes democráticos.

Atualmente a América Latina ainda é um continente marcado pelos mais elevados índices de desigualdade do mundo³⁰ (HUBER *et. al.*, 2006). Tal desigualdade traz consigo diversos problemas sociais e econômicos que acabam por perpetuar a concentração de renda, servindo de obstáculo à redução da pobreza e ao crescimento econômico. Apesar de Morley (2001) ter identificado aumento da desigualdade na maioria dos países da região, em trabalho recente Tornarolli (2014) aponta para melhoria de indicadores sociais da região. O gráfico 5 apresenta, através da curva de Lorenz, o padrão de distribuição de renda da América Latina em dois momentos (1980 e 2010), evidenciando a pequena redução da desigualdade no período analisado. Para compreender melhor o comportamento da desigualdade de renda no continente, foram selecionados treze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica,

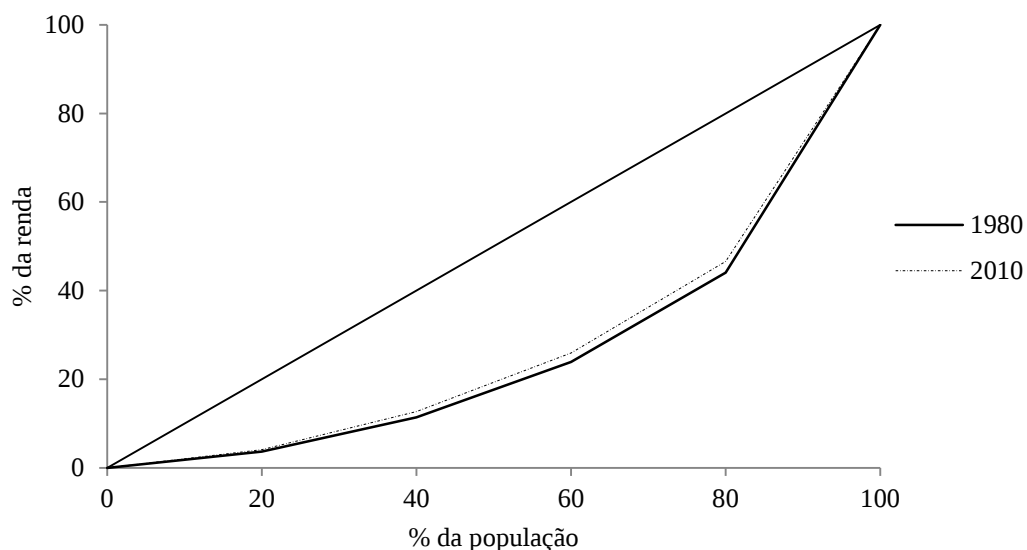
²⁹ Como será demonstrado ao longo deste capítulo.

³⁰ Índices superiores ao da África subsaariana, segundos dados do Banco Mundial.

Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A escolha destes países ocorreu em função da disponibilidade de informações para o período analisado (1994 a 2013).

Gráfico 5

Curva de Lorenz por década América Latina (1980 e 2010)

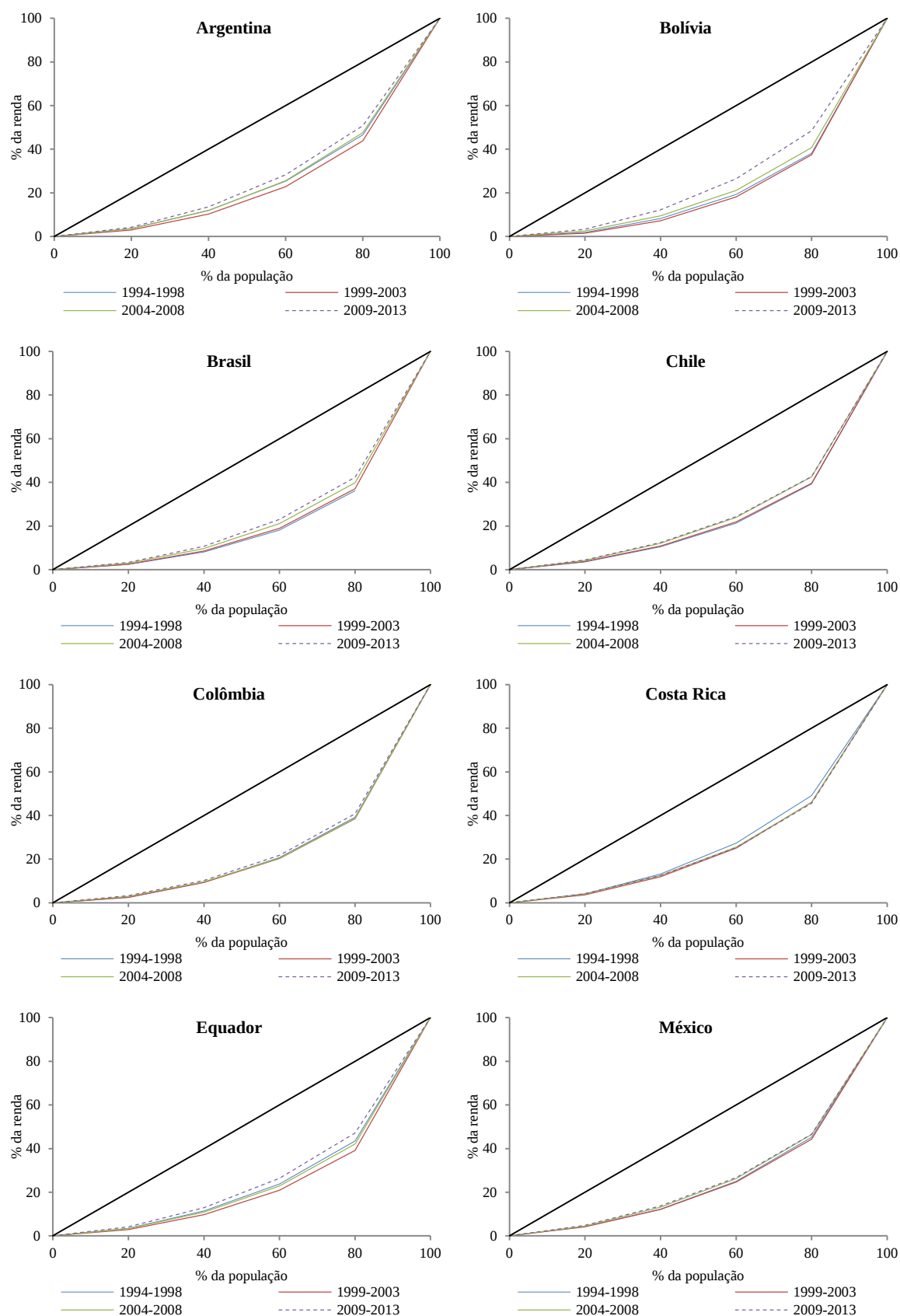


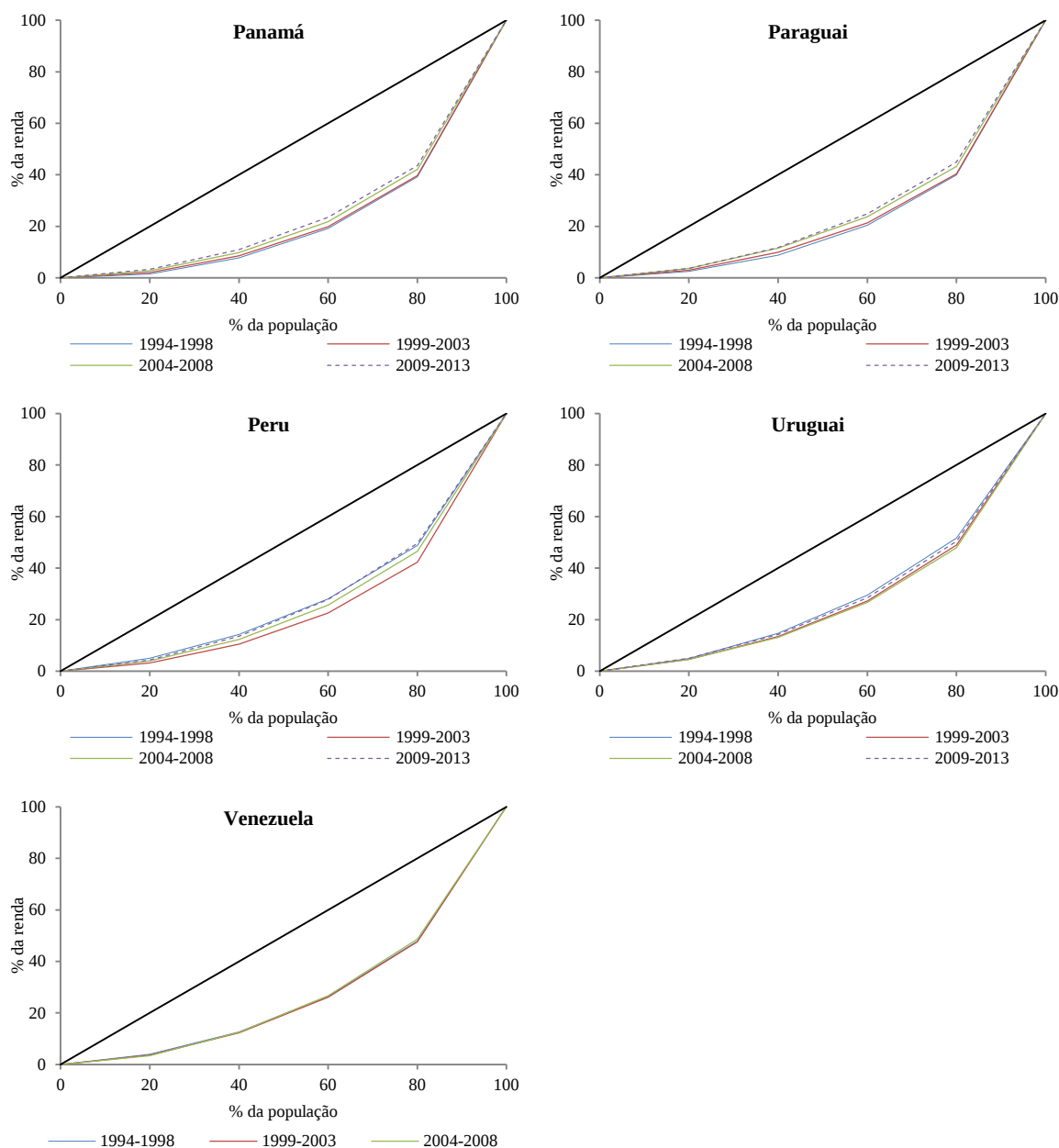
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial.

O padrão de distribuição da renda entre os percentis da população de cada um dos treze países analisados no período selecionado é exposto no gráfico 6, abaixo. A série foi dividida em quatro períodos como forma de facilitar a comparação. Através das curvas de Lorenz é possível identificar que apenas a Costa Rica registrou piora na distribuição de renda, oito países (61%) registraram melhora e quatro (31%) se mantiveram estagnados.

Gráfico 6

Curva de Lorenz por período para os países selecionados (1994-2013)





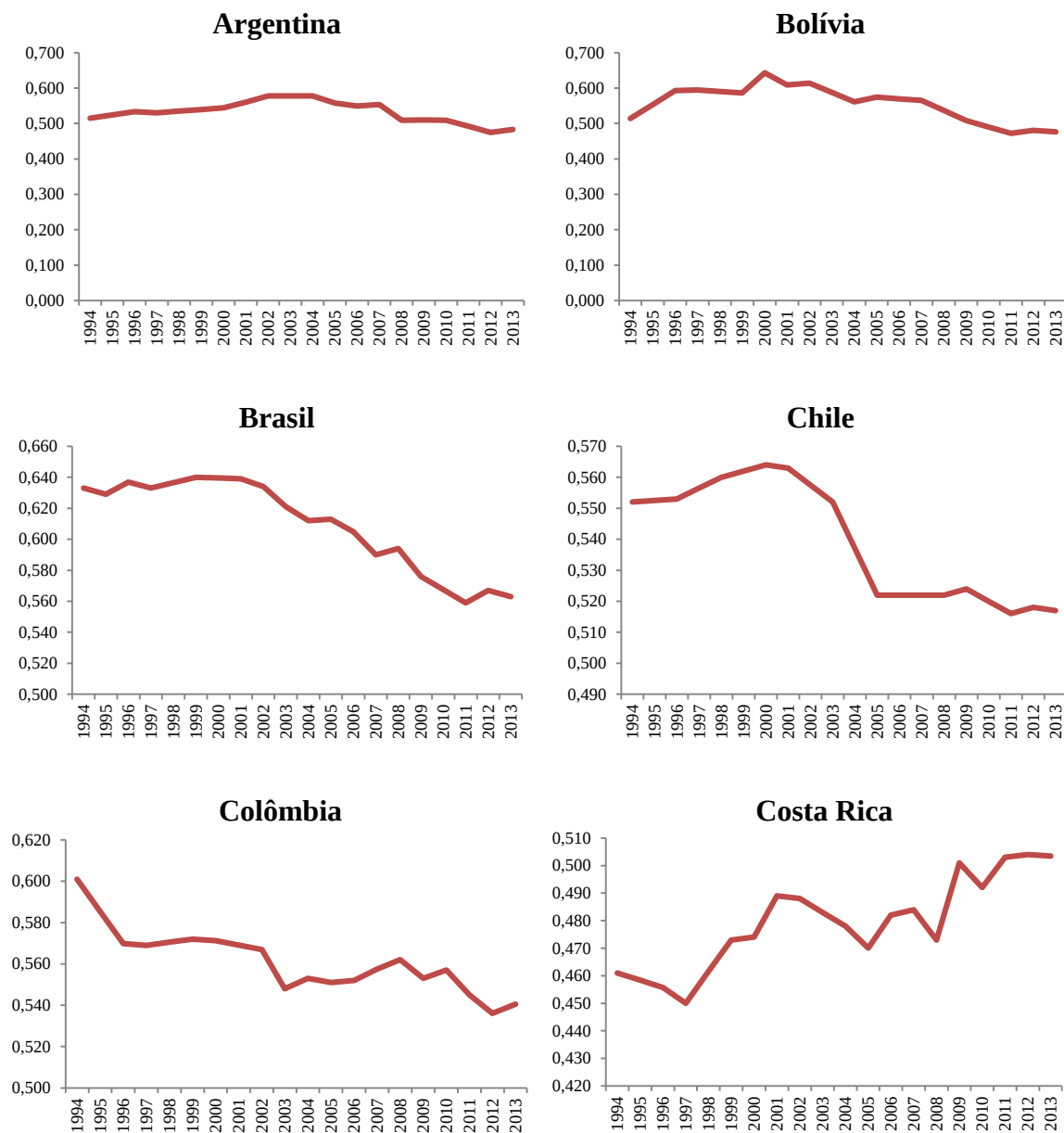
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial.

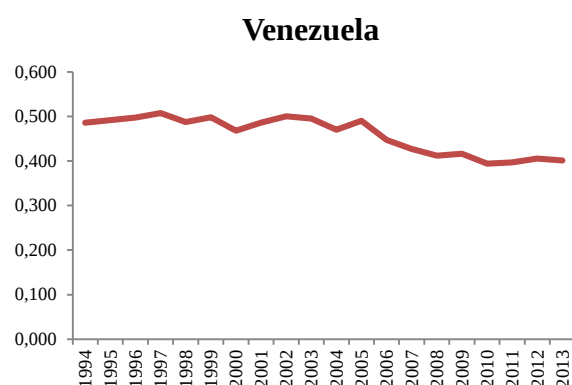
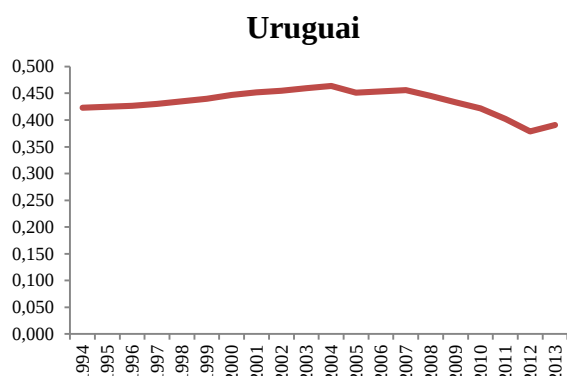
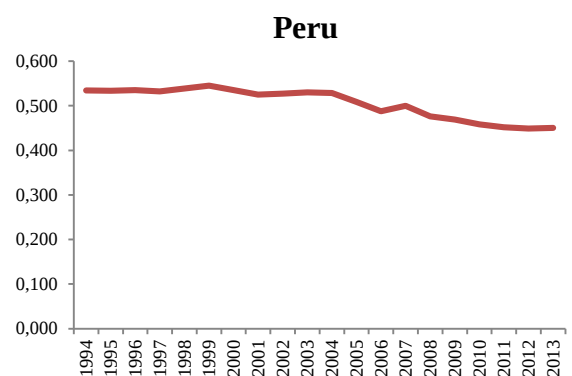
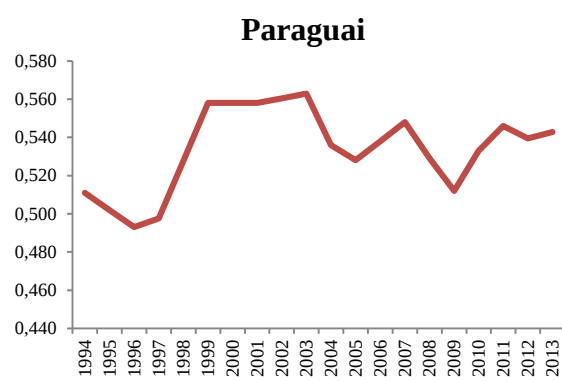
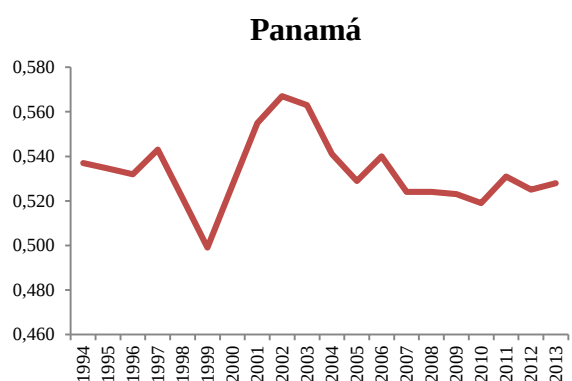
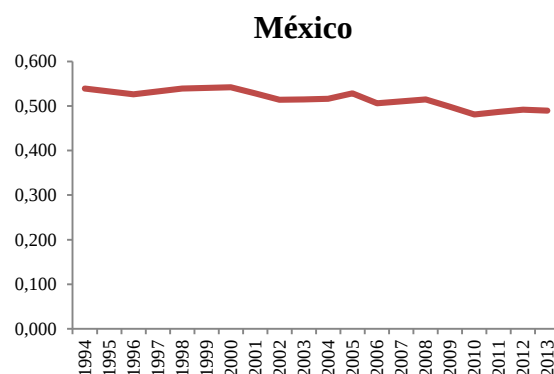
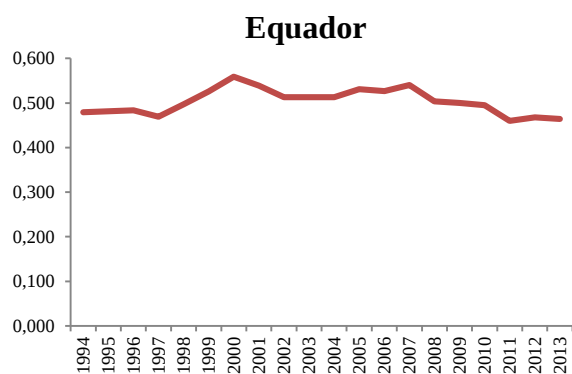
O gráfico 7 destaca o comportamento da desigualdade de renda no continente, apenas a Costa Rica e o Paraguai registraram crescimento da desigualdade, ao passo que Equador e Panamá praticamente não reduziram seus índices. O efeito-base da desigualdade destas sociedades talvez não forneça explicação, uma vez que dos cinco países com menor desigualdade no início da série (i.e. Uruguai, Costa Rica, Equador, Venezuela e Paraguai), Uruguai e Venezuela seguiram reduzindo a desigualdade ao

longo do tempo, o último tendo registrado a maior variação no período de 1994 a 2013, como pode ser observado na tabela 2.

Gráfico 7

Coefficiente Gini para os países selecionados (1994-2013)





Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da CEPAL.

Tabela 2
Comportamento da Desigualdade

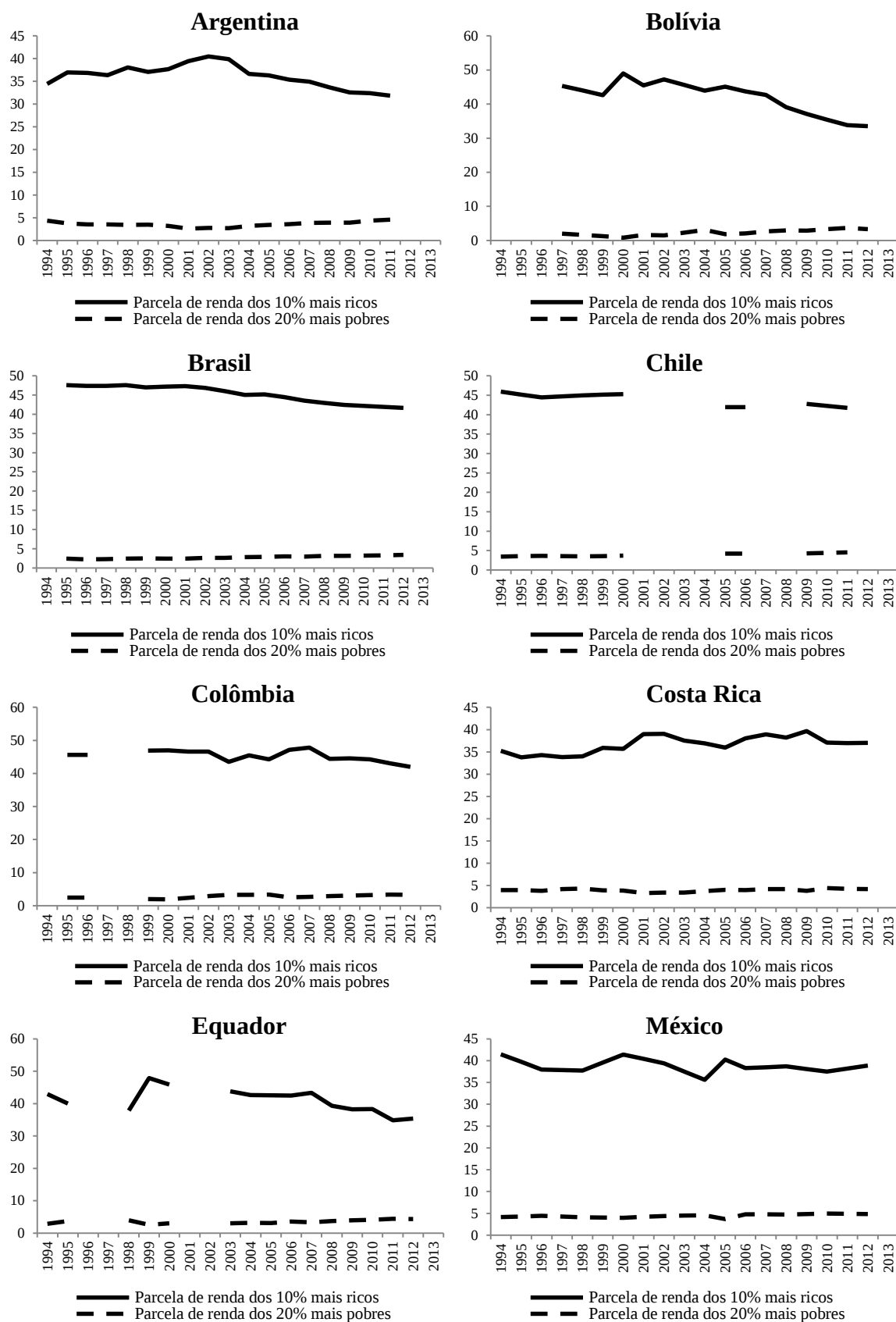
Países	Variação 1994-2013
Argentina	-3,2%
Bolívia	-3,8%
Brasil	-7,0%
Chile	-3,5%
Colômbia	-6,1%
Costa Rica	4,3%
Equador	-1,5%
México	-5,0%
Panamá	-0,9%
Paraguai	3,2%
Peru	-8,4%
Uruguai	-3,3%
Venezuela	-8,5%

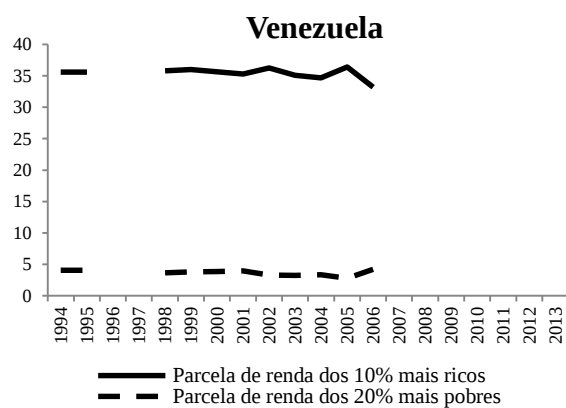
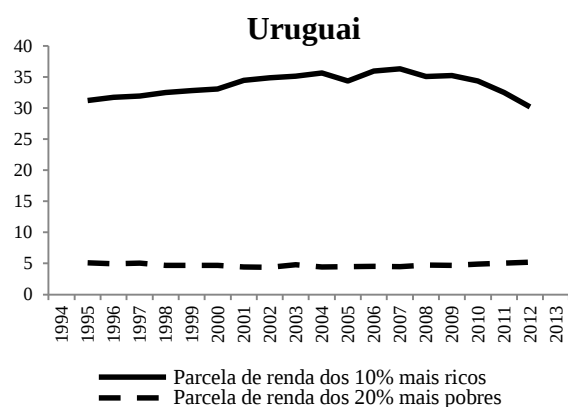
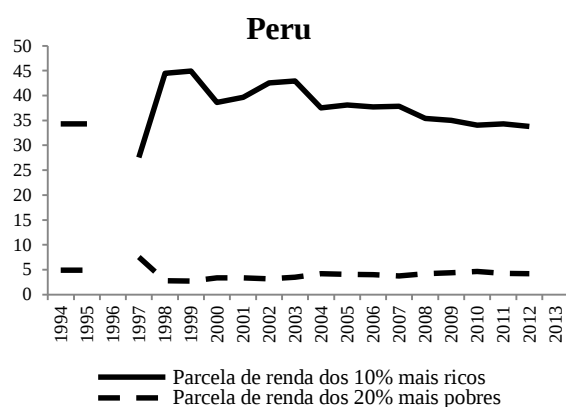
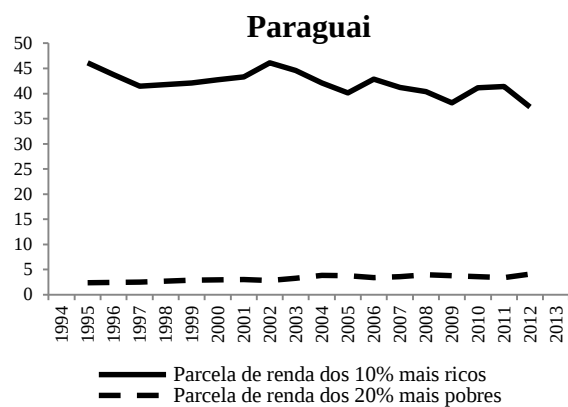
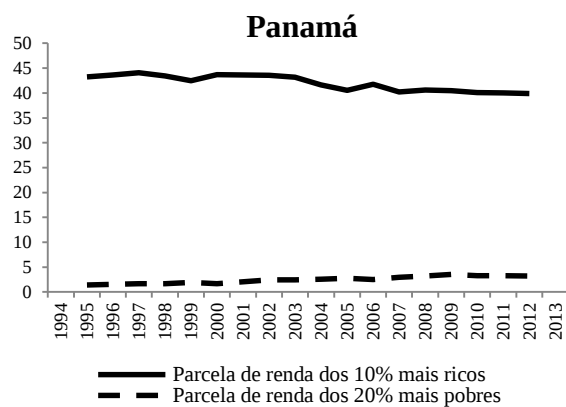
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da CEPAL.

Os gráficos 8 e 9 lançam luz aos extremos da distribuição de renda, permitindo um comparativo entre a parcela de renda absorvida pelos dez por cento mais ricos *vis-à-vis* a renda absorvida pelos vinte por cento mais pobres. Para o continente, os 10% mais ricos absorveram em média 55% da renda, por sua vez, a parcela dos 20% mais pobres absorveu em média 3,6% da renda no período de 1984 a 2012 segundo dados do Banco Mundial. Para os países selecionados algumas particularidades se destacam, o Uruguai apresenta a melhor distribuição no que diz respeito à renda dos 10% mais ricos e dos 20% mais pobres, o Panamá apresenta a pior distribuição entre os pobres, onde 20% da população mais carente detinham apenas 1,4% da renda daquele país. Ao passo que no Brasil, país mais rico da região, os 10% mais ricos absorviam 47% da renda no início da série.

Gráfico 8

Trajetória da renda percentil para os países selecionados (1994-2013)

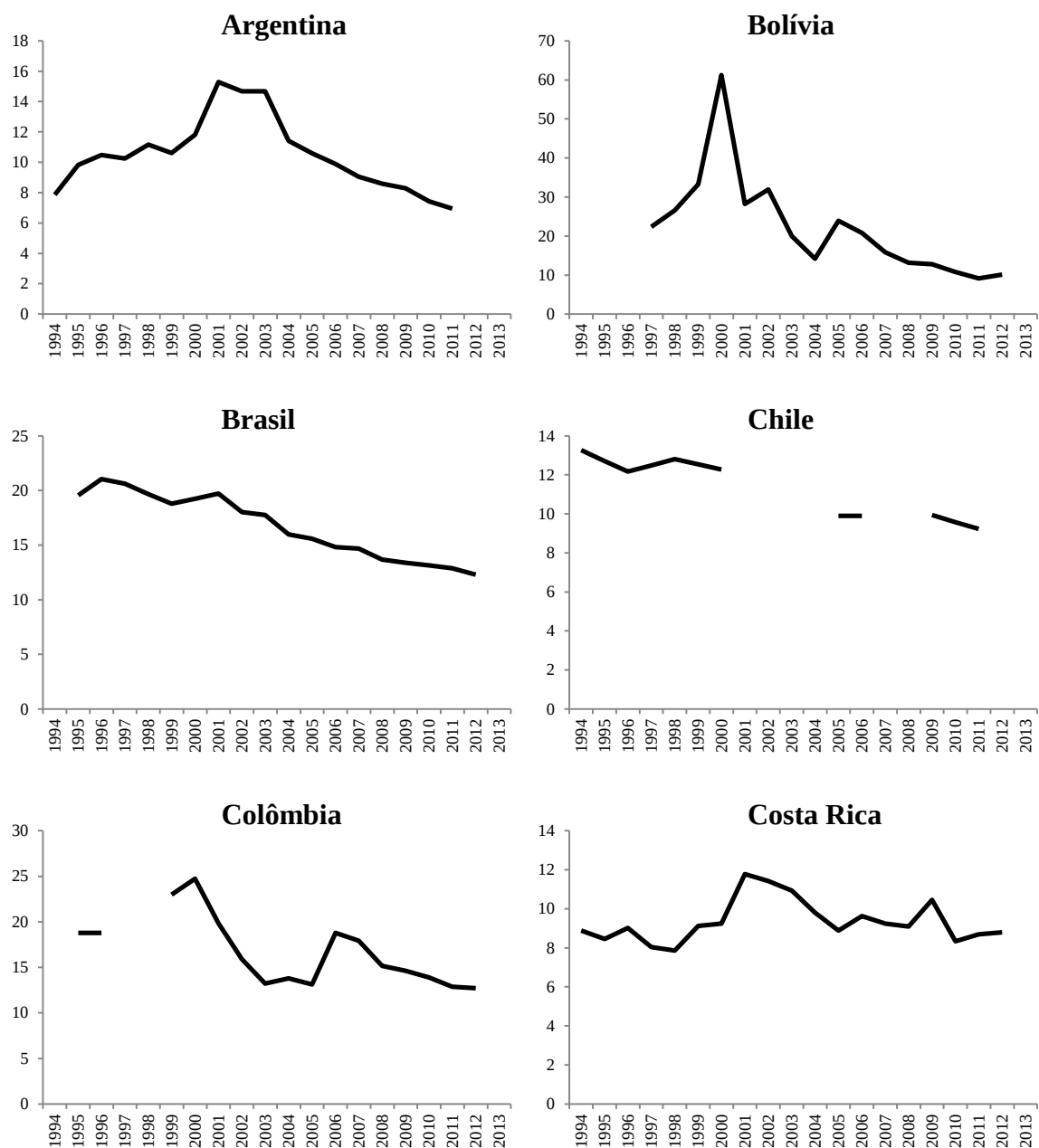


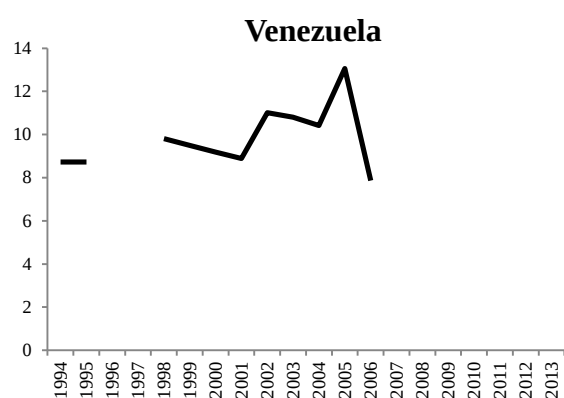
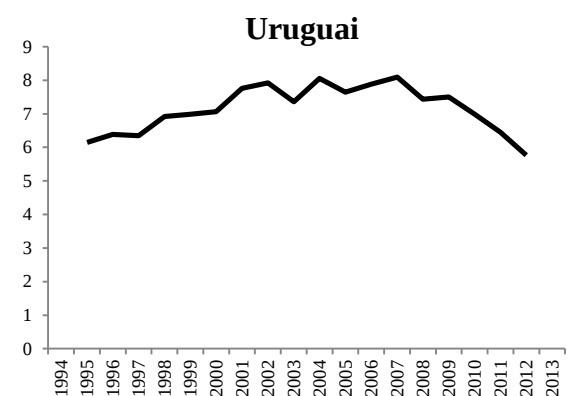
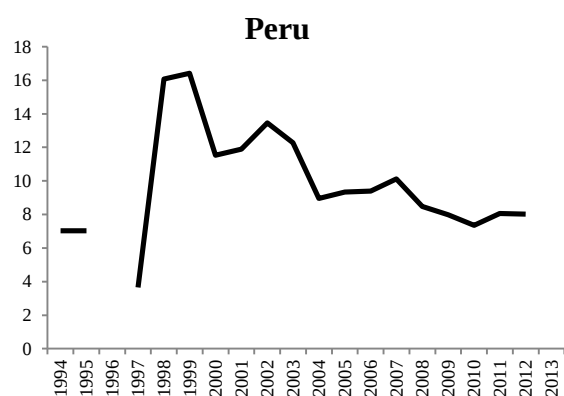
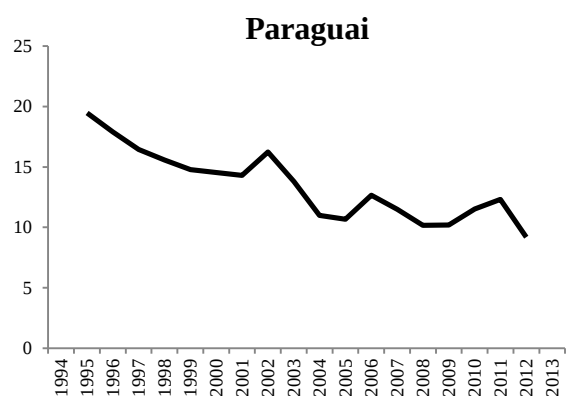
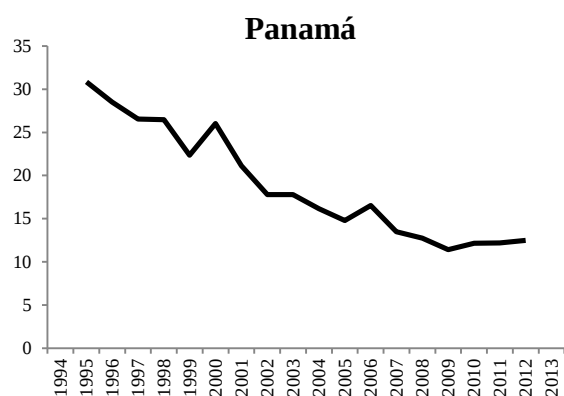
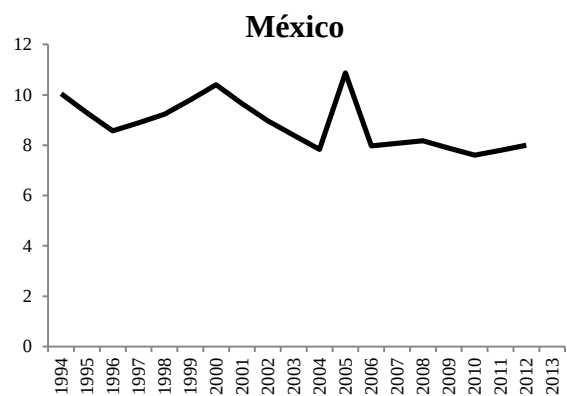
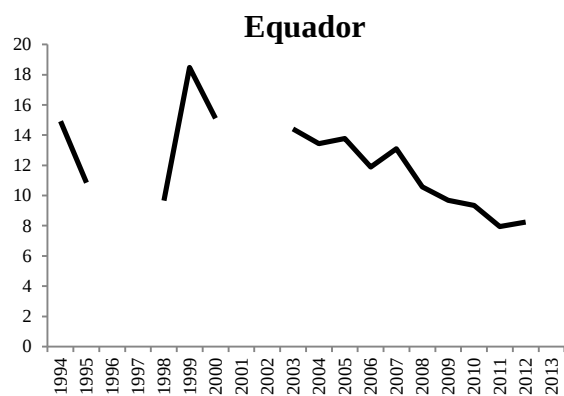


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial.

Gráfico 9

Razão da renda dos 10% mais ricos pela renda dos 20% mais pobres para os países selecionados (1994-2013)



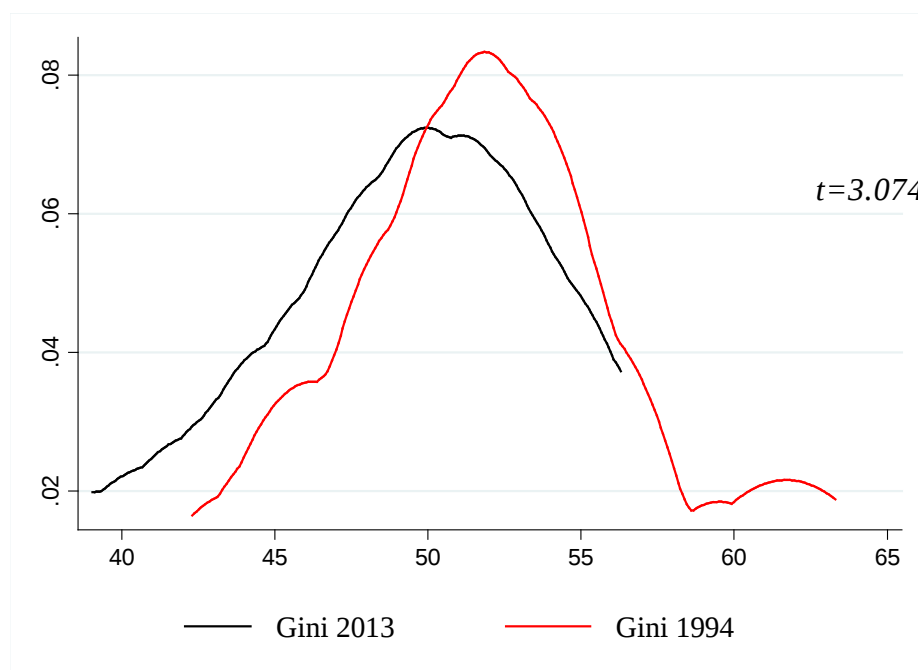


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial.

Parece existir um fosso separando a pequena parcela da população abastada, dos demais cidadãos latino-americanos, tendo em vista que a renda daquela população é em média onze vezes superior a dos vinte por cento menos abastados. Mesmo no Uruguai, o país com menor desigualdade no continente, a renda dos 10% mais ricos é seis vezes a renda dos 20% mais pobres, valor bastante superior ao verificado na Europa (três vezes) e nas demais regiões do planeta com exceção da África Subsaariana³¹.

Para verificar se houve variação do índice de Gini no continente latino-americano no período em análise foi realizado o teste *t* pareado de diferença de médias, onde obteve-se $t=3.074$ com treze graus de liberdade, rejeitando-se a hipótese nula de não-variação da variável.

Gráfico 10
Densidade Kernel do índice de Gini (1994 e 2013)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da CEPAL.

³¹ A razão da renda dos 10% mais ricos pela renda dos 20% mais pobres segundo dados do BM para o período de 1984 a 2012 é: Leste Asiático e Pacífico: 4,5 vezes, Europa e Ásia Central: 3,0 vezes, Oriente Médio e Norte da África: 4,4 vezes, América do Norte: 4,3vezes, Sul da Ásia: 3,6 vezes e África Subsaariana: 6,7 vezes.

Os gráficos anteriores, bem como o teste realizado, mostram a diferença na variação da desigualdade entre os países latino-americanos. Contudo, o esforço do presente trabalho é testar a teoria dos ciclos políticos partidários no que diz respeito à desigualdade de renda, e mais especificamente, verificar se partidos de esquerda e a longevidade democrática impactam negativamente sobre a desigualdade no período selecionado. Partindo da base teórica de que partidos de esquerda buscam implementar políticas (re)distributivas, comprometendo-se mais com a distribuição de renda do que partidos de direita.

A tabela 3 apresenta um panorama de alguns indicadores sociais selecionados ao longo dos diferentes governos que a pesquisa em tela abrange. São apresentados: o período de governo dos presidentes de cada país ao longo do corte temporal da pesquisa (1994-2013), o coeficiente Gini médio registrado em cada governo, o gasto público social total como percentual do PIB e, finalmente, a ideologia do partido governante. Esta última variável foi construída a partir da combinação das classificações elaboradas por Coppedge (1997) e Colomer (2005)³². Quando houve divergência na classificação, recorreu-se a análise sobre a ideologia programática dos partidos, bem como das políticas defendidas e implementadas por estes quando governaram. Partidos de esquerda defendem maior intervenção do Estado na economia corrigindo as falhas de mercado e promovendo políticas (re)distributivas, ao passo que partidos de direita buscam maior adesão ao livre mercado como forma de corrigir as falhas da administração estatal. Esta estratégia foi adotada, dentre outros casos, para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cuja classificação segundo Coppedge (1997) é de

³² A necessidade de combinar as classificações dos autores decorre do horizonte temporal destes.

esquerda, e segundo Colomer (2005) é de direita, em função da agenda implementada, quando governo, ter sido de maior adesão ao livre mercado, logo este partido foi classificado como de direita³³.

Tabela 3
Variáveis selecionadas

País	Mandato	Média registrada no período		Ideologia do Governo
		Coeficiente Gini	Gasto público social % PIB	
Argentina	1994 → 1999	0.529	20.7	Direita
	2000 → 2003	0.565	20.6	Centro
	2004 → 2007	0.560	20.7	Esquerda
	2008 → 2011	0.505	25.9	Esquerda
	2012 → 2013	0.479	-	Esquerda
Bolívia	1994 → 1997	0.564	8.2	Direita
	1998 → 2001	0.607	11.3	Direita
	2002 → 2003	0.601	13.3	Direita
	2004 → 2005	0.568	12.7	Direita
	2006 → 2009	0.545	12.0	Esquerda
	2010 → 2013	0.480	11.8	Esquerda
Brasil	1994	0.633	18.8	Centro
	1995 → 1998	0.634	20.2	Direita
	1999 → 2002	0.638	21.4	Direita
	2003 → 2006	0.613	22.7	Esquerda
	2007 → 2010	0.582	25.4	Esquerda
	2011 → 2013	0.563	26.1	Esquerda
Chile	1994 → 1999	0.556	13.1	Centro
	2000 → 2005	0.549	14.4	Esquerda
	2006 → 2009	0.523	13.4	Esquerda
	2010 → 2013	0.518	14.6	Direita
Colômbia	1994	0.601	8.9	Centro
	1995 → 1998	0.574	12.9	Centro
	1999 → 2002	0.570	10.9	Direita
	2003 → 2006	0.551	11.1	Direita
	2007 → 2010	0.557	13.2	Direita
	2011 → 2013	0.541	13.0	Direita
Costa Rica	1994 → 1997	0.456	16.3	Esquerda
	1998 → 2001	0.474	17.2	Direita
	2002 → 2005	0.480	18.2	Direita

³³ Estratégia semelhante foi adotada por Borsani (2003).

	2006 → 2009	0.485	19.0	Esquerda
	2010 → 2013	0.501	22.8	Esquerda
Equador	1994 → 1997	0.478	4.2	Direita
	1998 → 2002	0.527	3.8	Esquerda
	2003 → 2006	0.521	4.5	Centro
	2007 → 2009	0.515	6.5	Esquerda
	2010 → 2013	0.472	8.2	Esquerda
México	1994	0.539	8.5	Direita
	2005 → 2000	0.535	8.1	Direita
	2001 → 2006	0.518	9.2	Direita
	2007 → 2012	0.497	10.8	Direita
	2013	0.489	-	Direita
Panamá	1994	0.537	10.0	Centro
	1995 → 1999	0.526	10.0	Direita
	2000 → 2004	0.551	10.0	Centro
	2005 → 2009	0.528	8.4	Esquerda
	2010 → 2013	0.526	-	Direita
Paraguai	2004 → 1998	0.506	8.3	Direita
	2009 → 2003	0.560	8.7	Direita
	2004 → 2008	0.536	8.5	Direita
	2009 → 2013	0.535	13.7	Esquerda
Peru	1994	0.534	6.2	Direita
	1995 → 2000	0.537	7.5	Direita
	2001 → 2006	0.518	9.4	Centro
	2007 → 2011	0.471	9.3	Esquerda
	2012 → 2013	0.450	9.4	Esquerda
Uruguai	1994	0.423	19.9	Centro
	1995 → 1999	0.431	20.7	Direita
	2000 → 2004	0.456	21.2	Direita
	2005 → 2009	0.448	22.1	Esquerda
	2010 → 2013	0.398	24.2	Esquerda
Venezuela	1994 → 1998	0.494	10.5	Direita
	1999 → 2006	0.482	16.9	Esquerda
	2007 → 2012	0.409	20.1	Esquerda
	2013	0.401	-	Esquerda

Fonte: Elaboração do Autor a partir de dados do FMI, CEPAL, Coppedge (1997) e Colomer (2005).

O principal aspecto a ser destacado na tabela 3 diz respeito à variação da desigualdade ocorrida no mesmo país em diferentes períodos, destacando a evolução destas variáveis nos países que experimentaram alternância no poder. É

perceptível que em boa parte dos países a desigualdade reduziu, mesmo em países com a política dominada por partidos de direita como México e Colômbia, por outro lado, a Costa Rica manteve a tendência de crescimento da desigualdade de renda, apesar da alternância de grupos políticos ideologicamente opostos.

Capítulo 4

IDEOLOGIA, MACROECONOMIA E DESIGUALDADE: método, testes e achados empíricos

Existem evidências do modelo partidário da teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários, sobre variáveis macroeconômicas e sobre a desigualdade de renda no continente latino-americano? A guinada à esquerda, experimentada por alguns países, teria influenciado variáveis como crescimento econômico, inflação e desemprego? Ou ainda, o padrão de desigualdade observado no continente é influenciado pela ideologia? Para fornecer respostas a estas questões se faz necessária a adoção de técnicas de estimação capazes de produzir graus aceitáveis de inferência causal. Objetivando suprir esta necessidade, o presente capítulo descreve as opções metodológicas do estudo em tela, e apresenta os procedimentos estatísticos realizados para definição e ajuste dos modelos de estimação que possibilitaram o teste das hipóteses de trabalho.

Para tanto, é analisada a capacidade explicativa da teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários sobre o comportamento de variáveis selecionadas à luz da ideologia partidária. A partir da pergunta norteadora deste trabalho, a saber: *O modelo dos ciclos políticos partidários encontra lastro empírico na América Latina no período de 1994 a 2013?* Derivam-se outras questões de pesquisa, consideradas aqui como subdivisões interrogativas: *o modelo dos ciclos políticos partidários explica o comportamento das*

*variáveis tradicionais*³⁴? E, *Governos de esquerda reduzem a desigualdade*? Os resultados obtidos através dos modelos econométricos são apresentados e confrontados com as hipóteses construídas.

4.1. Construção das Hipóteses de Trabalho

A literatura dos Ciclos Políticos Orçamentários, em sua corrente partidária proposta por Hibbs (1977), afirma que partidos políticos com ideologias distintas diferem na implementação de *policies*. Por sua vez, Alesina (1987) argumenta que partidos de esquerda e de direita possuem distinções claras em suas preferências por políticas. Por seu turno, os estudos de Huber *et. al.* (2006), Huber e Stephens (2012), Morley (2001) e Bradley *et. al.* (2003) argumentam que governos de esquerda buscam um perfil mais (re)distributivo para suas políticas públicas com vistas à redução da desigualdade de renda, enquanto governos de direita preocupam-se mais com a estabilidade econômica via redução da inflação.

No quadro 3 abaixo se apresentam as hipóteses formuladas neste trabalho considerando as variáveis dependentes “tradicionais” consagradas pela literatura dos ciclos políticos partidários (*i.e. crescimento econômico, inflação e desemprego*), e mais uma variável ainda não devidamente explorada na literatura como variável dependente, a saber: *desigualdade de renda*. Por seu turno, a figura 6 sumariza as variáveis e as relações causais esperadas.

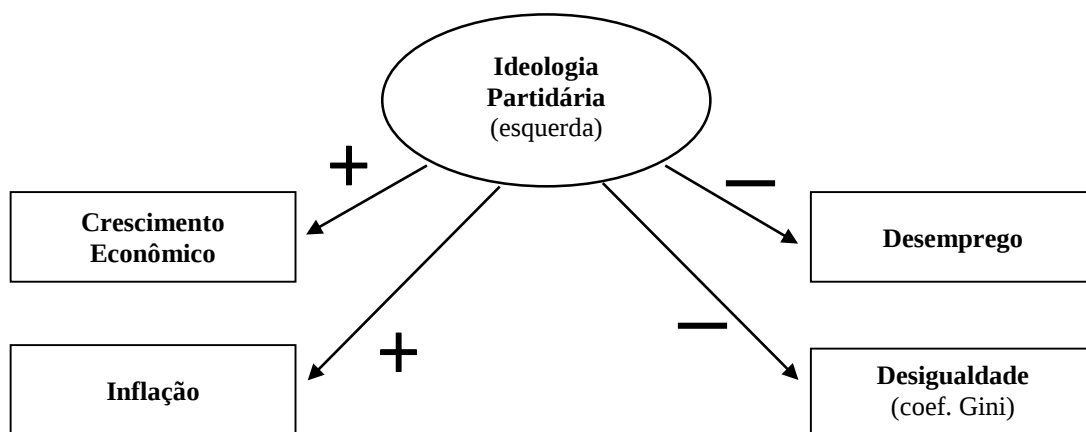
³⁴ As variáveis tradicionais são aquelas originalmente utilizadas no modelo dos ciclos políticos partidários, e que foram adotadas por diversas pesquisas apresentadas no primeiro capítulo desta tese. As variáveis são: Crescimento econômico, Inflação e desemprego.

Quadro 3
Hipóteses de Trabalho

Hipóteses		Base na literatura
H_{1a}	<i>Governos de esquerda impactam positivamente o crescimento econômico</i>	Hibbs (1977), Alesina (1987) e Borsani (2003).
H_{1b}	<i>Governos de esquerda geram taxas de inflação mais altas;</i>	Hibbs (1977), Alesina (1987) e Borsani (2003).
H_{1c}	<i>Governos de esquerda reduzem o desemprego.</i>	Hibbs (1977), Alesina (1987), Ames (1987), Garrett (1998) e Borsani (2003).
H_2	<i>Governos de esquerda reduzem a desigualdade de renda.</i>	Huber <i>et. al.</i> (2006), Huber e Stephens (2012), Morley (2001) e Bradley <i>et. al.</i> (2003)

Fonte: Elaboração do autor.

Figura 6 – Relações de causalidade esperadas.



Fonte: Elaboração do autor.

4.2. Definindo o Espaço-Tempo e a Unidade de Análise

A singularidade do padrão de concentração de renda, abordado no terceiro capítulo desta tese, bem como o funcionamento regular de instituições democráticas e a recente ascensão ao poder, de governos de esquerda em diversos países do continente, propiciam o teste das hipóteses de trabalho – elaboradas a partir das teorias abordadas – no continente latino-americano. O corte temporal contempla um período de certa estabilidade econômica e política entre os países, em que se verificou a rotatividade de grupos ideológicos distintos no poder, tendo como limitador a disponibilidade de dados confiáveis. Portanto, foram analisados treze países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O período analisado compreendeu de 1994 a 2013.

Visando elevar o número de observações e obter ganhos inferenciais, o banco de dados foi construído em formato de painel, apresentando 260 observações. A conjugação de corte temporal e diferentes unidades de análises selecionadas (*i.e.* vários indivíduos e série temporal) apontam para esta opção de gerenciamento dos dados como a alternativa adequada para a pesquisa em tela. Ademais, a utilização de dados de painel possibilita maior controle da heterogeneidade individual, redução da colinearidade entre as variáveis explicativas, e maior grau de liberdade (GUJARATI, 2006), além de possibilitar a identificação e mensuração de alguns efeitos que não seriam possíveis de mapeamento com o uso de séries temporais ou dados de corte transversal, separadamente (BALTAGI, 2005). Borsani (2003) adotou estratégia empírica semelhante em sua pesquisa que se tornou referência para a América Latina.

4.3. Estabelecendo as Variáveis

4.3.1. Variáveis Dependentes

Serão adotadas quatro variáveis dependentes, são elas: *Vd₁) Crescimento Econômico*; *Vd₂) Inflação*; *Vd₃) Desemprego* e *Vd₄) Desigualdade de Renda*. As três primeiras são variáveis já tradicionais em estudos que objetivaram testar a teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários. A quarta variável possibilita abordar a questão da desigualdade de renda não apenas como um “controle estatístico”, mas como *outcome* de uma variável política (*ideologia*).

Vd₁. Crescimento Econômico teve como *proxy* a variação percentual anual do PIB dos países selecionados, disponibilizado pela CEPAL e pelo FMI.

Vd₂. Inflação foi obtida a partir da variação anual percentual do índice de preços ao consumidor dos países selecionados, disponibilizada pela CEPAL e pelo FMI.

Vd₃. Desemprego foi mensurado a partir do percentual da mão de obra desempregada do país, disponibilizado pela CEPAL e pelo FMI.

Vd₄. Desigualdade de Renda será parametrizada a partir de um indicador consagrado na literatura: o Índice de Gini, dentro de uma escala de variação de 0 a 100, medida amplamente aceita para a mensuração da desigualdade de renda e adotada em pesquisas com objetivos semelhantes. Disponibilizada pela CEPAL e pelo BM.

4.3.2. Variáveis Independentes

No que diz respeito às variáveis independentes, foi definida como variável de interesse a *ideologia partidária*, além das variáveis de controle. Algumas variáveis

dependentes podem assumir papel de independente de acordo com as expectativas teóricas dos modelos. As variáveis definidas foram parametrizadas da maneira que se segue:

A variável *ideologia partidária* consiste na classificação da ideologia do partido governante. Para tanto, optou-se por selecionar duas classificações adotadas na literatura. A primeira foi realizada por Coppedge (1997) e contempla ainda os atuais partidos governantes, mostrando-se pertinente³⁵. A segunda classificação foi realizada por Colomer (2005) e utiliza uma metodologia diferente da empregada por Coppedge. As duas classificações foram comparadas, e nos casos em que foi verificada alguma divergência, procedeu-se a uma pesquisa mais detalhada sobre o partido governante. Tal variável assumiu um padrão binário entre os anos governados por partidos de esquerda e os demais.

As *variáveis de controle* selecionadas foram: crescimento econômico, inflação, percentual de desempregados, capital humano e abertura comercial. A variável *crescimento econômico* teve como *proxy* a variação percentual anual do PIB dos países selecionados. Espera-se que esta variável impacte positivamente a inflação e negativamente o desemprego. Acredita-se também que maior crescimento econômico tende a reduzir a desigualdade. Contudo, não há na literatura consenso sobre a relação concentração de renda e crescimento econômico³⁶, podendo haver casos em que se verifica o crescimento da economia sem distribuição de renda, *e.g.* o caso do milagre

³⁵ Borsani (2003) em seu estudo adota a classificação de Coppedge (1997) para quase todos os países analisados. Entretanto, para o Brasil, Borsani adota uma classificação própria, diferindo sua classificação da presente em Coppedge.

³⁶ Cf.: Ahluwalia (1976), Kuznets (1970), Adelman e Robinson (1988) e Anand e Kanbur (1993).

econômico brasileiro é emblemático neste aspecto. A variável foi obtida a partir da CEPAL e do FMI.

Por seu turno, a *inflação* foi obtida a partir da variação anual percentual do índice de preços ao consumidor dos países selecionados. Acredita-se que níveis muito elevados de inflação comprometam o crescimento econômico. Por outro lado, a inclusão da inflação justifica-se devido ao impacto da mesma sobre as diferentes camadas sociais, acentuando ou atenuando a desigualdade entre elas, devido ao seu caráter redistributivo. Já o *desemprego* foi mensurado a partir do percentual da mão de obra desempregada do país³⁷. Nesse limite, se espera que maior desemprego impacte positivamente a desigualdade, visto que algumas classes sociais seriam mais sensíveis (menos protegidas) a este fenômeno. Ambas as variáveis foram obtidas a partir da CEPAL e do FMI.

A variável *capital humano* refere-se ao índice de capital humano – que varia de 0 a 4 – disponível no Penn World Table³⁸, com metodologia proposta em Barro e Lee (2012), que aborda anos de escolaridade para medição do capital humano, bem como em Psacharopoulos (1994), que contempla a taxa de retorno macroeconômico do investimento em educação. Esta variável é adotada também por Acemoglu *et. al.* (2015) e Acs *et. al.* (2014). Espera-se que esta variável impacte positivamente o crescimento econômico e negativamente o desemprego e a desigualdade.

Finalmente, a variável *abertura comercial* se refere ao grau de abertura da economia, obtido pela CEPAL a partir da razão entre a soma das exportações e importações e o PIB de um determinado país. Acredita-se que uma maior abertura

³⁷ Medida adotada também por Santos (2006).

³⁸ Disponível também no Quality of Government Institute (QOG).

comercial promova o crescimento econômico, contudo, os efeitos desta variável sobre inflação e desemprego não são tão claros, uma vez que a variação cambial pode afetar a inflação em economias mais abertas. Ao passo que a maior abertura pode gerar mais emprego ou expor os trabalhadores a uma competição mais acirrada. Essas variáveis foram selecionadas em consonância com outras pesquisas com objetivos empíricos semelhantes, como mencionado anteriormente. O quadro 4 apresenta as variáveis selecionadas destacando a parametrização e a fonte dos dados brutos, ao passo que a tabela 4 sumariza as variáveis dependentes e independentes e as relações causais esperadas com base na literatura.

Quadro 4
Parametrização das variáveis selecionadas

Variáveis	Parametrização	Tipo	Fonte dos Dados
<i>Ideologia Partidária</i>	<i>Dummy</i> : 1 para os anos governados por partido de esquerda, 0 para os demais anos.	Binária	Coppedge (1997) e Colomer (2005)
<i>Crescimento Econômico</i>	Taxa de variação percentual anual do PIB.	Contínua	CEPAL / FMI
<i>Inflação</i>	Variação anual percentual do índice de preços ao consumidor.	Contínua	CEPAL / FMI
<i>Desemprego</i>	Percentual da mão de obra desempregada do país.	Contínua	CEPAL / FMI
<i>Desigualdade de renda</i>	Índice de Gini, dentro de uma escala que varia de 0 a 100.	Contínua	CEPAL / Banco Mundial
<i>Capital Humano</i>	Índice proposto por Barro e Lee (2012) e Psacharopoulos (1994), que aborda anos de escolaridade e taxa de retorno macroeconômico do investimento em educação, varia de 0 a 4.	Contínua	Penn World Table
<i>Abertura Comercial</i>	Razão entre a soma das exportações e importações e o PIB.	Contínua	CEPAL

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Cepal – Comissão Econômica para América Latina e Caribe; FMI – Fundo Monetário Internacional.

Tabela 4
Relações Causais Esperadas

Variáveis Independentes	Variáveis Dependentes			
	Crescimento Econômico	Inflação	Desemprego	Desigualdade
Ideologia Partidária (esquerda)	+	+	-	-
Crescimento Econômico	ns	+	-	-
Inflação	-	ns	ns	+
Desemprego	ns	ns	ns	+
Capital Humano	+	ns	-	-
Abertura Comercial	+	+/-	+/-	ns

Fonte: Elaborado pelo autor.

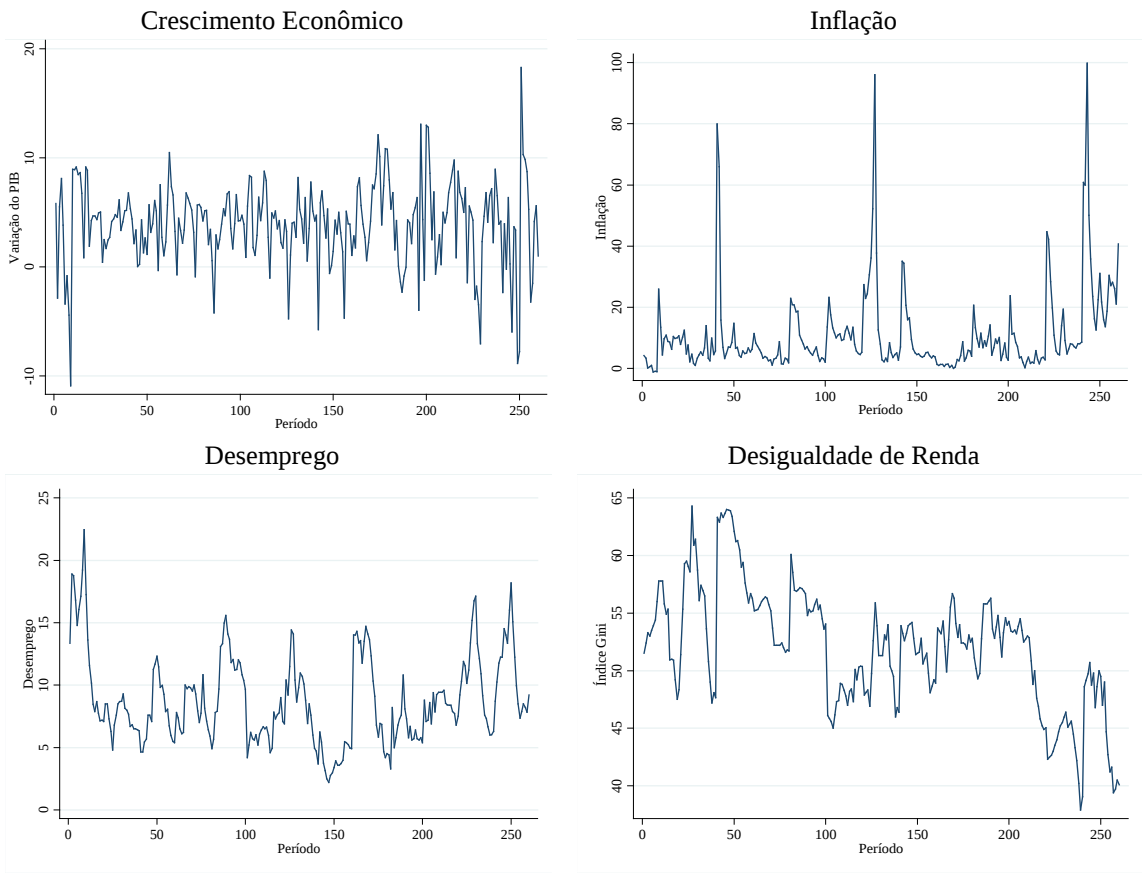
Nota: Ns= não se aplica.

4.4. Testando a Estacionaridade das Variáveis Dependentes

A adoção de dados de painel no presente estudo possibilita ganhos inferenciais na medida em que permite a expansão do horizonte de tempo das variáveis³⁹. Contudo este avanço metodológico requer atenção, tendo em vista que em se tratando de séries históricas, alguns elementos sazonais (ou tendências, como pode ser observado no Gráfico 11) podem comprometer a aleatoriedade no tempo da variável dependente (estacionaridade). A negligência a este importante pressuposto implicará na impossibilidade de identificação efetiva do efeito das variáveis independentes sobre a variável dependente, e sua real dinâmica temporal. Portanto, a análise gráfica da função de autocorrelação (Cf.: Gráfico 12) e de autocorrelação parcial (Cf.: Gráfico 13) possibilita verificar se há estacionaridade na variável dependente.

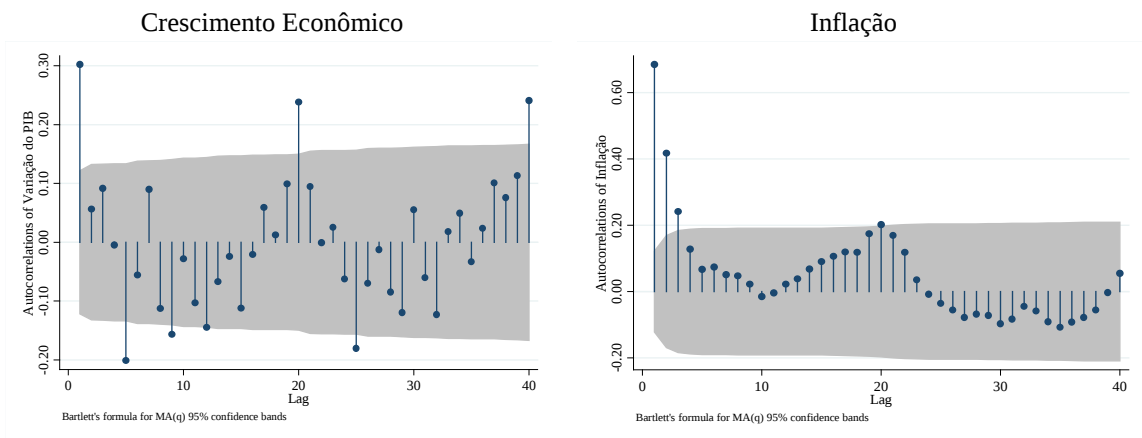
³⁹ Contudo, os dados de painel possuem limitações, o fato das variáveis serem analisadas no tempo faz com que seja necessário grande número de observações, que são mais difíceis de serem implementados (HSIAO, 2007, p.8).

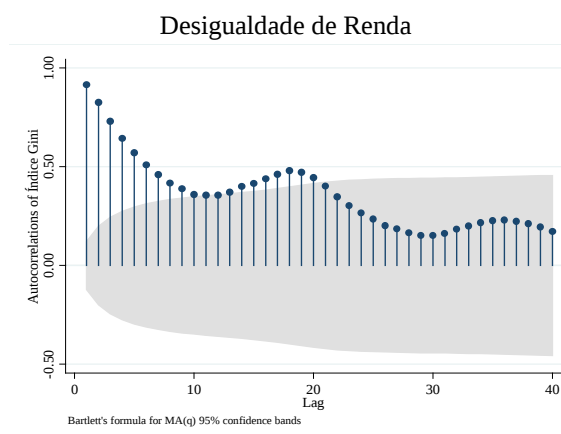
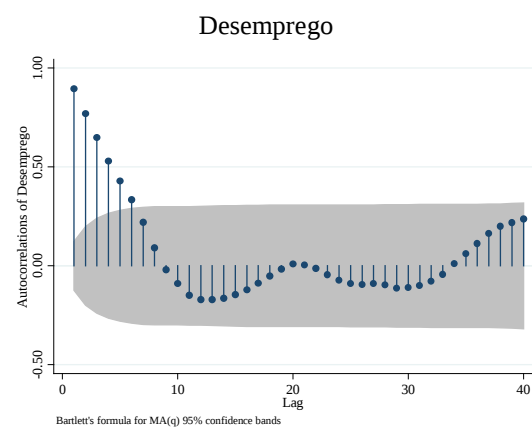
Gráfico 11
Variáveis dependentes em nível



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 12
Função de Autocorrelação das variáveis dependentes

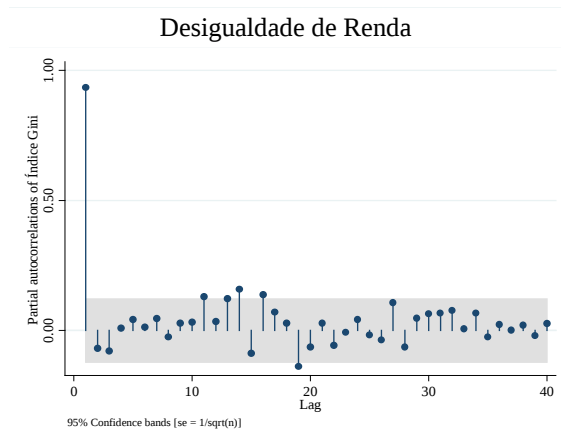
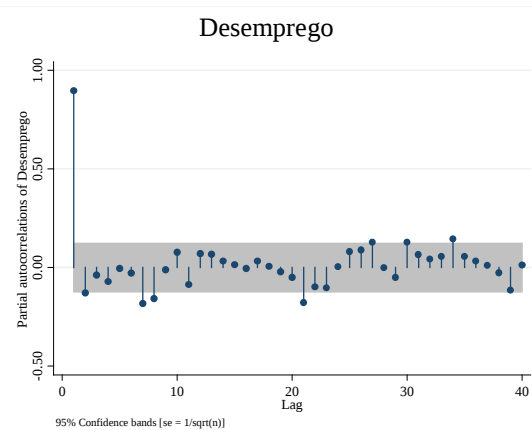
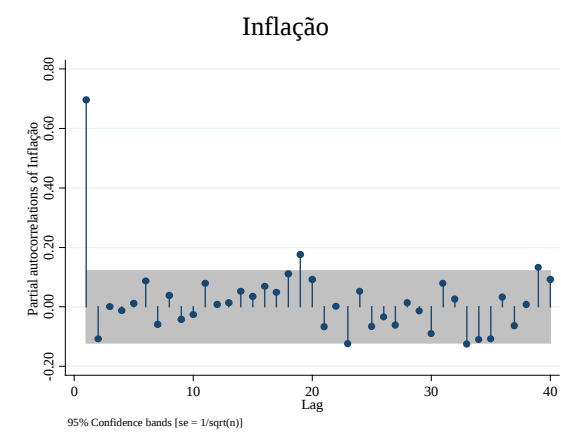
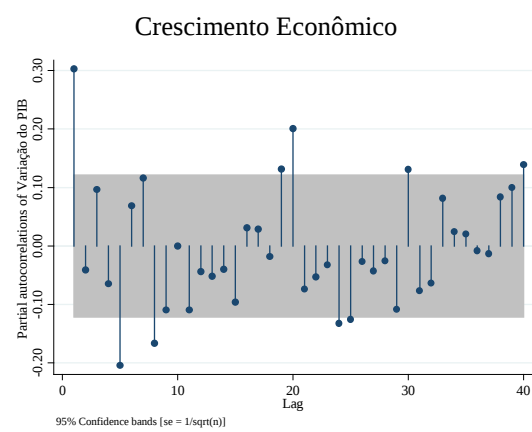




Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 13

Função de Autocorrelação Parcial das variáveis dependentes



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os Gráficos 12 e 13 evidenciam que o crescimento econômico, a inflação, o desemprego e a desigualdade de renda (consideradas como variáveis dependentes),

apresentam uma tendência ao longo das defasagens (lags), indicando a não-estacionaridade das séries. Seria inadequado, portanto, a utilização destas variáveis da maneira em que se encontram. O procedimento sugerido pela literatura para tornar a série estacionária consiste em efetuar diferenciações sucessivas da série original. Seguindo a formalização estabelecida por Morettin e Tolo (2006), considerando-se a primeira diferença de $Z(t)$ é definida como:

$$\Delta Z(t) = Z(t) - Z(t - 1) \quad (5.1)$$

Com a segunda diferença definida como:

$$\Delta^2 Z(t) = \Delta[\Delta Z(t)] = \Delta[Z(t) - Z(t - 1)] \quad (5.2)$$

$$\Delta^2 Z(t) = Z(t) - 2Z(t - 1) + Z(t - 2)$$

Portanto, para a n -ésima diferença da série $Z(t)$ a equação é definida como:

$$\Delta^n Z(t) = \Delta[\Delta^{n-1} Z(t)] \quad (5.3)$$

Foram realizados alguns testes para identificar quantas diferenciações seriam necessárias para que as séries se desenvolvam aleatoriamente em torno de uma média constante, isto é, obtenção da estacionaridade. Para definição do número de defasagens necessárias, recorreu-se aos critérios de Akaike (AIC), Hannan and Quinn (HQIC) e Schwarz's Bayesian (SBIC) ⁴⁰. Como pode ser observado na Tabela 4, os critérios de seleção de ordem de defasagem indicam para a operação da variável original em um número específico de diferenças para a obtenção da estacionaridade da série temporal.

⁴⁰ Para detalhes sobre cada um dos critérios de seleção de ordem de defasagens utilizados neste trabalho cf. Cameron e Trivedi (2009).

Tabela 5

Testes para definição do número de defasagens das variáveis dependentes
256 observações.

Lag	LL	LR	df	p	FPE	AIC	HQIC	SBIC
Crescimento econômico								
0	-707,59	-	-	-	14,84	5,53	5,54	5,54
1	-694,50	26,17*	1	0,00	13,51*	5,44*	5,45*	5,46*
2	-694,31	0,37	1	0,54	13,59	5,45	5,46	5,48
3	-693,18	2,25	1	0,13	13,58	5,44	5,47	5,50
4	-692,64	1,08	1	0,29	13,63	5,45	5,48	5,51
Inflação								
0	-1038,44	-	-	-	196,90	8,12	8,12	8,13
1	-955,88	165,10*	1	0,00	104,12	7,48	7,49*	7,51*
2	-954,41	1,95	1	0,08	103,74*	7,47*	7,49	7,52
3	-954,41	1,00	1	0,99	104,55	7,48	7,50	7,54
4	-954,39	0,04	1	0,84	105,35	7,49	7,52	7,56
Desemprego								
0	-676,89	-	-	-	11,68	5,29	5,30	5,30
1	-470,44	412,90	1	0,00	2,34	3,69	3,70	3,71*
2	-468,28	4,30*	1	0,03	2,32*	3,68*	3,69*	3,72
3	-468,03	0,50	1	0,47	2,33	3,68	3,71	3,74
4	-467,47	1,11	1	0,29	2,34	3,69	3,71	3,76
Desigualdade de Renda								
0	-787,27	-	-	-	27,67	6,15	6,16	6,17
1	-540,69	493,17*	1	0,00	4,06*	4,23*	4,25*	4,26*
2	-540,10	1,18	1	0,27	4,07	4,24	4,25	4,28
3	-539,31	1,58	1	0,20	4,08	4,24	4,26	4,30
4	-539,29	0,02	1	0,88	4,11	4,25	4,28	4,32

Fonte: Elaborado pelo autor.

O passo seguinte foi a realização de testes para verificar se as séries, a partir dos critérios de definição do número de *lags* apontado na tabela 5, apresentam raiz unitária, com o intuito de identificar a estacionaridade nas séries defasadas. Foram adotados os testes ADF – Dickey-Fuller Aumentado – e KPSS – Kwiatkowski, Phillips, Schmidt e Shin (1992) –, sendo este último aplicado como contraprova ao primeiro. Os resultados indicaram que os dados são estacionários em primeira diferença para as

variáveis crescimento econômico, desemprego e desigualdade de renda, e em segunda diferença para a inflação, ou ao menos, que não foi possível afirmar que as séries nessas diferenças sejam não-estacionárias (*cf.* Tabela 6 e 7). Devido os valores da estatística do teste KPSS serem inferiores aos valores críticos do referido teste, corroborando os resultados do teste ADF, sugerem não haver possibilidade estatística de rejeitar a hipótese nula de estacionaridade das séries com as defasagens estabelecidas. Por sua vez, os Gráficos 14, 15 e 16 apresentam as variáveis dependentes estacionárias em diferença.

Tabela 6
Teste Augmented Dickey-Fuller (ADF) de Raiz Unitária.

Variável	Defasagem (lags)	Estatística <i>t</i>	<i>p</i> -valor	Valor crítico		
				10%	5%	1%
<i>Crescimento Econômico</i>	1	-9.844	0.000	-2.570	-2.880	-3.459
<i>Inflação</i>	2	-8.858	0.000	-2.570	-2.880	-3.459
<i>Desemprego</i>	1	-4.669	0.000	-2.570	-2.880	-3.459
<i>Desigualdade de Renda</i>	1	-15.555	0.000	-2.570	-2.880	-3.459

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: $H_0: \rho = 0$ (existência de raiz unitária na série) foi rejeitada ao nível de significância em negrito. Teste processado sem constante e sem tendência na equação. Número de observações = 430.

Tabela 7
Teste Kwiatkowski, Phillips, Schmidt e Shin (KPSS) de Raiz Unitária.

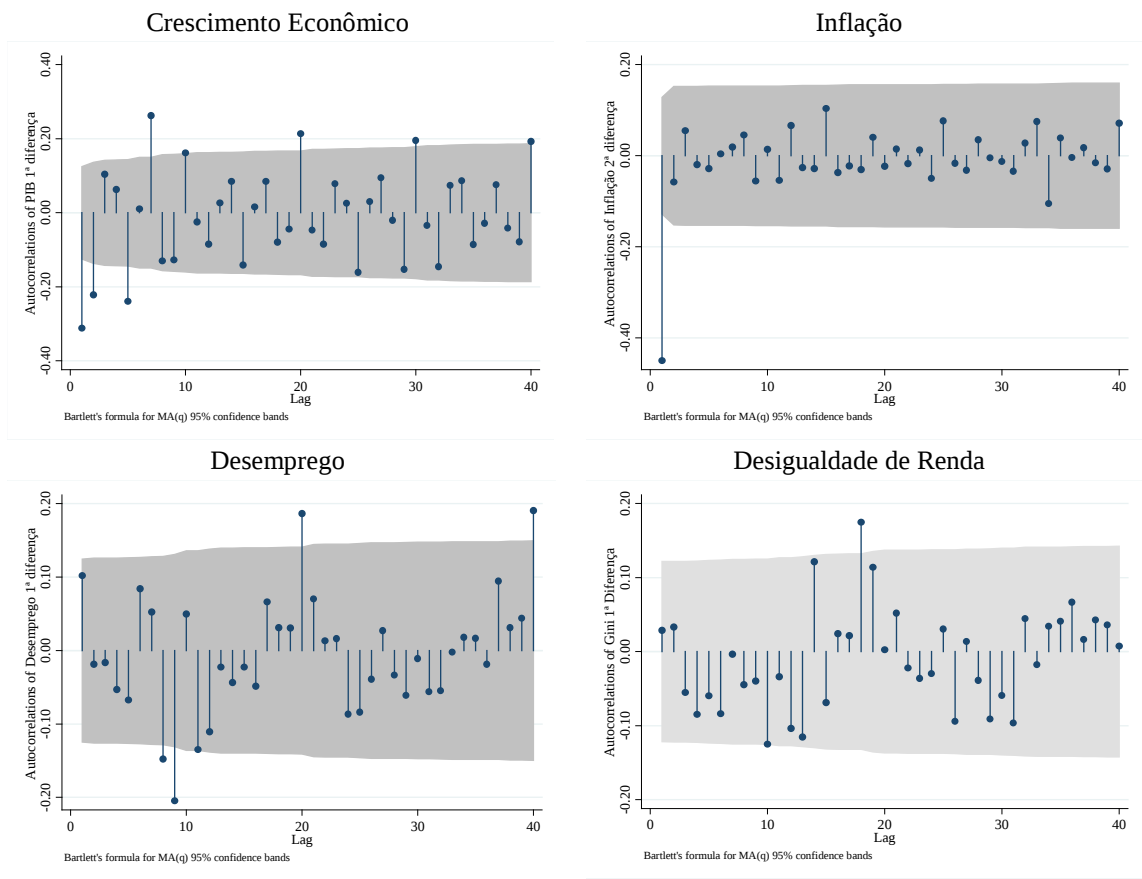
Variável	Defasagem (lags)	Estatística LM (Multiplicador Lagrange)	Valor crítico		
			1%	5%	10%
<i>Crescimento Econômico</i>	1	0.043	0.216	0.146	0.119
<i>Inflação</i>	2	0.067	0.216	0.146	0.119
<i>Desemprego</i>	1	0.017	0.216	0.146	0.119
<i>Desigualdade de Renda</i>	1	0.019	0.216	0.146	0.119

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: $H_0: \rho < 0$ (a série é estacionária) não foi rejeitada no nível de significância em negrito. Teste processado sem constante e sem tendência na equação. Número de observações = 430.

Gráfico 14

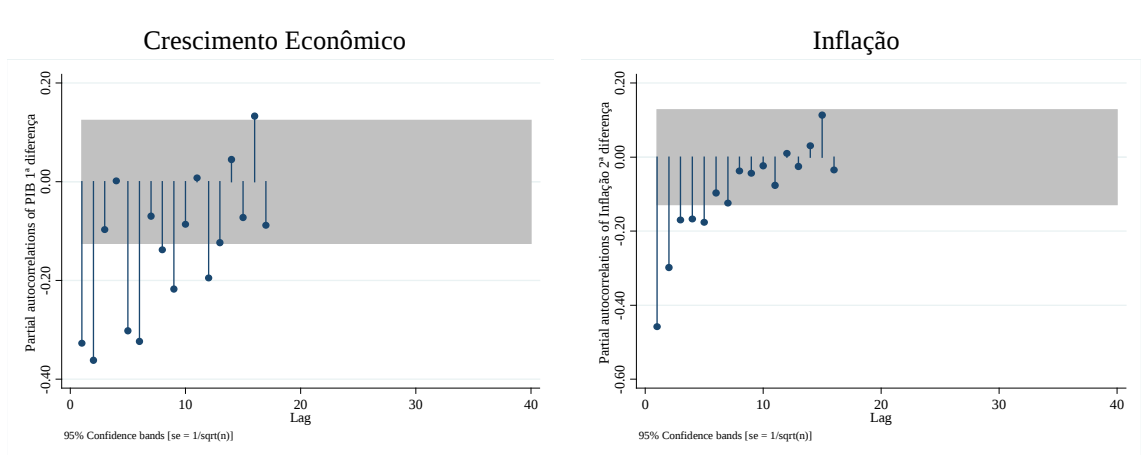
Função de Autocorrelação das variáveis dependentes em diferença

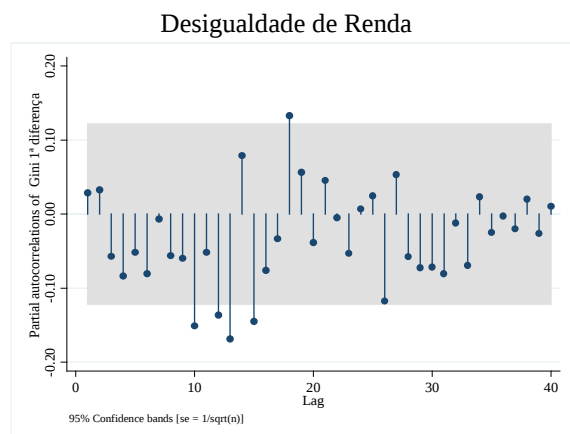
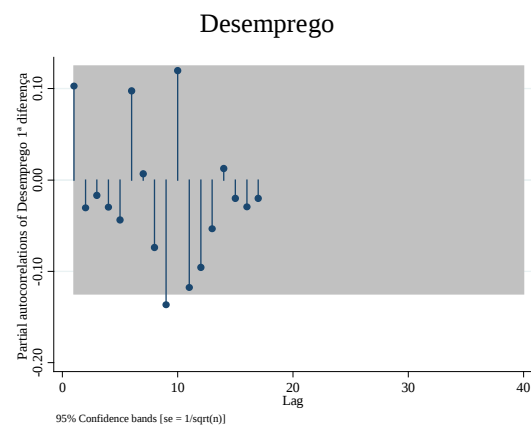


Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 15

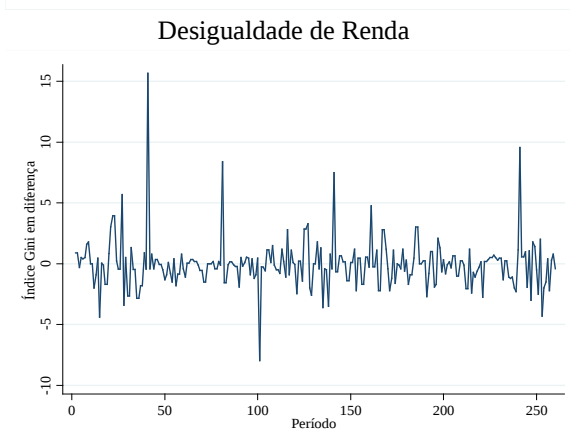
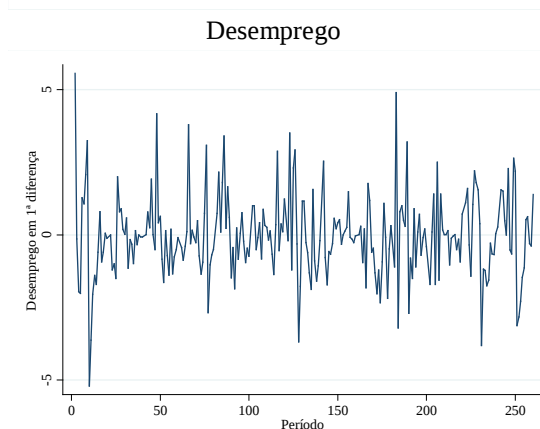
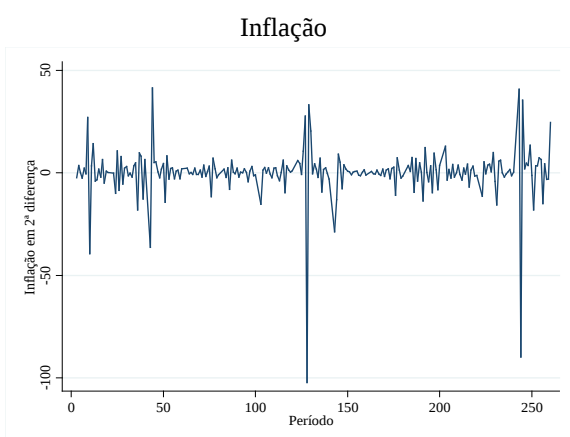
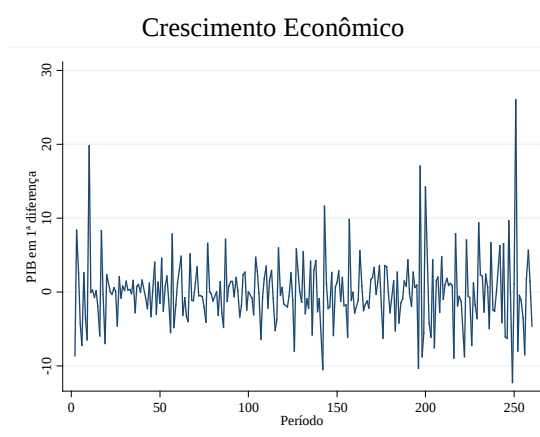
Função de Autocorrelação Parcial das variáveis dependentes em diferença





Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 16
Variáveis dependentes em diferença



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.5. Especificação do Modelo Empírico

O objetivo desta seção é a definição do modelo empírico a partir de testes econométricos que identifiquem possíveis problemas indutores de estimações tendenciosas e inconsistência dos parâmetros. A Tabela 5 apresenta uma análise descritiva das variáveis selecionadas.

Tabela 8
Estatística Descritiva das Variáveis Selecionadas.

Variáveis	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Omissão
Partido de Esquerda	260	0,40	0,49	0	1	0
Desigualdade de Renda	260	52,03	5,21	37,90	64,30	0
Variação percentual do PIB	260	3,90	3,85	-10,89	18,28	0
Variação percentual anual da Inflação	260	18,61	128,76	-1,16	2075,82	0
Percentual de desempregados	260	8,83	3,57	2,2	22,45	0
Capital humano	234	2,52	0,23	1,95	2,97	26
Abertura comercial	260	60,84	32,91	14,90	167,70	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um elemento importante que deve ser levado em consideração diz respeito ao comportamento pregresso da variável dependente. Por exemplo, o comportamento passado da desigualdade explica a variância presente da desigualdade? A estimação deste tipo de relação foi obtida através do método OLS (Mínimos Quadrados Ordinários) mediante a utilização de uma variável dependente defasada. Com intuito da

eliminação da auto correlação inerente aos dados em painel, foi utilizado o PSAR1. Para controlar prováveis problemas de heteroscedasticidade e correlação de resíduos entre países, comum em dados em painel, foi incorporada a proposta de Beck e Katz (1995) de utilização do modelo econométrico do tipo linear de dados de painel com erros padrão corrigidos (*panel corrected standard error/PCSE*). Como forma de identificar se as especificidades dos países analisados influenciam as estimações, as mesmas serão realizadas adotando-se o efeito aleatório e confrontando os resultados aos obtidos utilizando-se efeitos fixos. Tais escolhas metodológicas são prática consagrada em trabalhos com propostas empíricas semelhantes⁴¹.

Quadro 5
Testes de Hausman para Definição entre Efeito Fixo e Efeito Aleatório nos Modelos de Estimação.

Variável Dependente	χ^2	$Prob > \chi^2$	Indicação
<i>Crescimento Econômico</i>	0.04	1.000	Efeito aleatório
<i>Inflação</i>	1.02	0.906	Efeito aleatório
<i>Desemprego</i>	1.18	0.946	Efeito aleatório
<i>Desigualdade de Renda</i>	15.17	0.009***	Efeito fixo

Fonte: Elaborado pelo autor. * $p < 10\%$, ** $p < 5\%$, *** $p < 1\%$.

Nota: H_0 = Não existe diferença sistemática entre os coeficientes.

Foi realizado o teste de Hausman (1978)⁴² para definir a estratégia de estimação acerca dos efeitos individuais não-observados. O teste indicou que a melhor opção seria a de efeitos aleatórios para os três primeiros modelos – variáveis

⁴¹ Cf. Batista (2008), Borsani (2003), Amorim Neto e Borsani (2004), Simpson e Batista (2010), Ferreira Neto e Fontes (2005) e Araújo (2010).

⁴² Teste tipo Wald onde a hipótese nula é de que as diferenças nos coeficientes não são sistemáticas, isto é, os coeficientes do modelo e os efeitos aleatórios são ortogonais. A rejeição da hipótese nula aponta que a adoção de efeitos fixos é mais indicada, uma vez que esta condição é essencial no modelo com efeitos aleatórios.

dependentes: crescimento econômico, inflação e desemprego – (Cf.: Quadro 5), pois não é possível rejeitar a hipótese nula de que não há diferença sistemática entre os coeficientes. Para o modelo em que a VD foi desigualdade de renda, foi possível rejeitar a hipótese nula, adotando-se efeito fixo para estes modelos.

Portanto, o modelo causal pode ser expresso em termos gerais através da seguinte equação:

$$Y_{it} = \alpha_i + X_{it}\beta + \varepsilon_{it} \quad (5.4)$$

Onde, sendo Y_{it} a variável dependente em nível, logo:

$$(Y_{it} - Y_{i(t-1)}) = \Delta Y$$

Sendo reescrita a equação para:

$$\Delta Y_{it} = \alpha_i + \phi Dp_{it} + \lambda y_{i(t-1)} + \sum_{z=1}^5 \psi C_{it} + \varepsilon_{it} \quad (5.5)$$

Onde ΔY_{it} equivale à variável dependente de cada regressão (crescimento econômico, inflação, desemprego e desigualdade de renda); α corresponde ao intercepto; Dp_{it} representa a variável de interesse partidos de esquerda; $y_{i(t-1)}$ afigura a variável dependente defasada; C_{it} descreve as variáveis de controle adequadas a cada modelo: variação percentual anual da Inflação e do PIB, o percentual de desempregados, o índice de capital humano e o grau de abertura econômica; ε_{it} representa o termo de erro; i vai de 1 a 13 e equivale aos países que compõe o painel, e t vai de 1994 a 2013 e corresponde os anos contemplados na pesquisa. Todas as letras gregas expostas na equação representam os parâmetros a serem estimados.

4.6. Mensurando Causalidade

O objetivo desta seção é testar a capacidade explicativa da corrente partidária da teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários. De acordo com esta teoria, a ideologia partidária afetaria as variáveis macroeconômicas: *crescimento econômico*, *inflação* e *desemprego*. Mais especificamente, partidos de esquerda devem promover maiores níveis de crescimento econômico objetivando reduzir os níveis de desemprego, ainda que isto gere elevado nível de inflação. Como forma de testar estas expectativas teóricas para a América Latina em período recente, esta seção analisa nas três primeiras subdivisões, o impacto de governos de esquerda sobre as três variáveis tradicionais das pesquisas empíricas do modelo político partidário, referentes às hipóteses H_{1a} , H_{1b} e H_{1c} . Por seu turno, a última seção mensura a influência que uma variável política pode ter sobre o padrão de desigualdade, e desta forma testar a hipótese H_2 .

A tabela 9 (abaixo) apresenta os modelos de estimação, bem como as relações causais verificadas para cada uma das quatro variáveis dependentes. São destacados os coeficientes encontrados a partir das estimações, bem como seus respectivos níveis de significância, possibilitando a comparação dos resultados às hipóteses propostas. É possível identificar que a variável de interesse, *ideologia partidária (esquerda)*, impactou as variáveis *crescimento econômico* e *desigualdade de renda*, corroborando as hipóteses H_{1a} e H_2 . Por sua vez, a ideologia partidária não foi estatisticamente significativa para as variáveis dependentes *inflação* e *desemprego*, não permitindo aceitar as hipóteses H_{1b} e H_{1c} . Na sequência são discutidos em detalhe os resultados obtidos através dos modelos de regressão para cada uma das variáveis dependentes.

Tabela 9
Modelos de Estimação

Variáveis Independentes	Variáveis Dependentes			
	Variáveis “Tradicionais”			Variável Desigualdade de Renda
	Crescimento Econômico	Inflação	Desemprego	
Ideologia Partidária (esquerda)	1.076* (1.76)	1.112 (0.83)	-0.155 (-1.12)	-0.685*** (-2.79)
Variável dependente defasada	-0.789*** (-6.33)	-0.451*** (-4.39)	-0.033 (-0.50)	-0.104* (-1.73)
Crescimento Econômico	ns	-0.474** (-2.05)	-0.245*** (-11.02)	-0.060** (-2.55)
Inflação	-0.017 (-0.70)	ns	ns	0.007*** (19.86)
Desemprego	ns	ns	ns	0.039 (1.28)
Capital Humano	2.039* (1.69)	ns	0.334 (0.84)	-3.736*** (-3.26)
Abertura Comercial	0.013*** (2.59)	0.008 (0.86)	-0.001 (-0.06)	ns
Efeito Fixo	ns	ns	ns	Omitido
Constante	-3.209 (-1.06)	0.862 (0.69)	0.120 (0.12)	10.146*** (3.18)
Nº de Observações	221	221	208	232
R ²	0.412	0.257	0.441	0.368
Wald X ²	48.44	22.73	142.12	642.12
Prob > X ²	0.000	0.000	0.000	0.000

Elaborado pelo autor. *p < 10%, **p < 5%, ***p < 1% , e estatística Z entre parênteses. ns= não se aplica.

Nota: Estimador linear de dados de painel com erros padrão corrigidos (PCSE) com PSAR1.

4.6.1. Crescimento Econômico

O modelo de ciclos políticos partidários de Hibbs (1977) e Alesina (1987) espera que partidos de direita gerem menor crescimento econômico, objetivando maior controle inflacionário. Alternativamente, partidos de esquerda buscam aquecer a economia, objetivando maior crescimento e redução do desemprego ainda que isto traga consigo uma pressão inflacionária.

O primeiro modelo exposto na tabela 9 apresentam as estimações para o teste da hipótese H_{1a} – *Governos de esquerda promovem crescimento econômico*. A variável de interesse *partido de esquerda* mostrou-se significativa comportando-se de acordo com as expectativas teóricas. Em anos governados por partidos de esquerda o crescimento econômico recebe um incremento de 1.07 unidades em relação aos anos governados por partidos que não são de esquerda. Ademais, a variável dependente defasada, o capital humano e a abertura comercial também se mostraram significantes estatisticamente, apontando que: o comportamento passado do crescimento afeta negativamente o crescimento presente, resultado de um efeito-base⁴³; maior capital humano contribui em 2.03 unidades para o crescimento econômico⁴⁴; e, maior abertura comercial eleva o crescimento econômico em 0.013 unidades. Por sua vez, a taxa de inflação não se mostrou estatisticamente significativa, indicando não haver, para os dados analisados, efeito da taxa de inflação sobre o crescimento econômico.

As políticas de expansão de crédito e transferência direta de renda, devido a alta propensão marginal a consumir das famílias nos países da América Latina, fizeram com que houvesse um aumento do consumo, com impacto no crescimento econômico,

⁴³ Para maior detalhamento, ver: Mankiw (2009).

⁴⁴ Resultado semelhante foi obtido por Acemoglu et. al. (2015) e Acs et. al. (2014).

em outras palavras, o funcionamento do multiplicador keynesiano⁴⁵. A capacidade explicativa do modelo foi de 41% (R^2 0.412). Os resultados das análises sugerem, para os países latino-americanos no período analisado, que a hipótese de que governos de esquerda promovem crescimento econômico pode ser aceita. Corroborando os achados empíricos de Hibbs (1977), Alesina (1987) e Alesina e Rosenthal (1995).

4.6.2. Inflação

A hipótese H_{1b} – *Governos de esquerda geram maior nível de inflação* – também foi construída segundo as expectativas teóricas do modelo dos ciclos políticos partidários. Nesse limite, os governos de esquerda seriam mais “tolerantes” à elevação da taxa de inflação com vistas ao crescimento econômico e elevação da oferta de empregos.

Entretanto o segundo modelo exposto na tabela 9 sugere que não há relação entre partidos de esquerda e *taxa de inflação*. Tal resultado pode ser atribuído ao fato de que políticas de combate e controle à inflação viraram objetivo comum por parte dos governos do continente. As experiências inflacionárias da região, dividendos eleitorais oriundos de políticas de controle inflacionário, assim como compromissos com organismos internacionais, ajudam a explicar os resultados obtidos. A taxa passada de inflação explica negativamente a inflação presente, mais uma vez resultado do efeito-base. A variação percentual do PIB impacta negativamente a inflação, contrariando as expectativas iniciais, de que maior aquecimento da economia conduziria a elevação dos preços. Uma possível explicação para este fenômeno pode ser atribuída às políticas de

⁴⁵ Para maiores detalhes ver: Dillard (1989).

crescimento econômico adotadas no continente, mais cautelosas quanto à inflação. A abertura comercial não se mostrou significativa, uma economia mais aberta estaria mais sensível a oscilações provenientes do mercado internacional, como preço de *commodities* que podem influenciar o preço de produtos consumidos no mercado interno.

Com uma capacidade explicativa de 25.7%, tais resultados refutam a hipótese de que governos de esquerda geram maior inflação, destoando das expectativas teóricas, resultado semelhante foi observado por Borsani (2003).

4.6.3. Desemprego

Por seu turno, o modelo partidário prevê que governos de esquerda reduzam o *desemprego*. Como forma de testar tal expectativa teórica e a hipótese H_{1c} , foi elaborado o modelo estatístico exposto na terceira coluna da tabela 9. Segundo as estimações, o coeficiente da ideologia partidária (partido de esquerda) não foi estatisticamente diferente de zero para os países/período analisados. A única variável significativa estatisticamente foi variação percentual do PIB, que se comportou de acordo com as expectativas teóricas, quanto maior o crescimento econômico, menor a taxa de desemprego.

As variáveis de capital humano, abertura comercial e trajetória passada do desemprego, não apresentaram significância estatística, portanto não é possível afirmar que seus coeficientes são diferentes de zero. Uma possível resposta a este padrão pode

ser atribuída a mecanismos *estabilizadores automáticos da economia*⁴⁶, a exemplo do seguro desemprego, que se institucionalizou, passando a ser política de Estado e não apenas de governo. Tais resultados não corroboram as expectativas teóricas do modelo partidário, bem como refutam a hipótese H_{1c} .

4.6.4. A explicação política da desigualdade de renda

O objetivo desta seção é mensurar a influência que uma variável política pode ter sobre o padrão de desigualdade observado nos treze países latino-americanos no período em análise. Para tanto, foram executados dois modelos de regressão, o primeiro modelo adota como variável dependente a desigualdade de renda em primeira diferença, seguindo a recomendação do teste ADF, e que foi corroborado pelo teste KPSS. Tais medidas foram tomadas com o intuito de identificar com maior precisão as relações entre a variável política selecionada (ideologia partidária) e o fenômeno da desigualdade de renda, e desta forma testar a hipótese H_2 segundo a qual *Governos de esquerda reduzem a desigualdade de renda*. Os resultados das estimações podem ser observados na tabela 12, abaixo.

Quanto à influência dos partidos de esquerda sobre a configuração da desigualdade de renda, considerando os países selecionados e o período de tempo abarcado pela pesquisa, as estimações sugerem que partidos de esquerda reduziram a desigualdade de renda. Como pôde ser observado no modelo, os coeficientes são significantes a menos de 1%, e sugerem, *ceteris paribus*, uma redução de 0,68 unidades do índice de Gini dentro de uma escala de 0 a 100, nos anos governados por partidos de

⁴⁶ Instrumentos automáticos com função anticíclica. Para maior detalhamento, ver: Mankiw (2009).

esquerda. Por exemplo, um país que tenha uma desigualdade de 60,0 no índice de Gini, ao ser governado por um partido de esquerda, sofrerá uma redução da desigualdade de 0,68 para cada ano governado, ao final de quatro anos o índice de Gini deste país será de aproximadamente 57,3. O papel da ideologia do partido de esquerda torna-se mais proeminente quando o impacto de seu coeficiente sobre a desigualdade é comparado ao coeficiente da variação percentual do PIB, tal impacto é de pelo menos onze vezes maior, ou seja, a ideologia importa mais do que o crescimento econômico no que se refere à redução da desigualdade de renda.

O achado empírico corrobora a hipótese H_2 – *Governos de esquerda reduzem a desigualdade de renda* – obtendo suporte empírico a partir dos dados apresentados. Tal achado demonstra que é possível utilizar o arcabouço teórico-metodológico da teoria dos ciclos orçamentários, e mais especificamente do modelo partidário, para explicar o comportamento da desigualdade de renda nos países selecionados. Este resultado é concomitante com as pesquisas de Huber *et. al.* (2006), Huber e Stephens (2012), Morley (2001) e Bradley *et. al.* (2003), que argumentam que governos de esquerda buscam a redução da desigualdade.

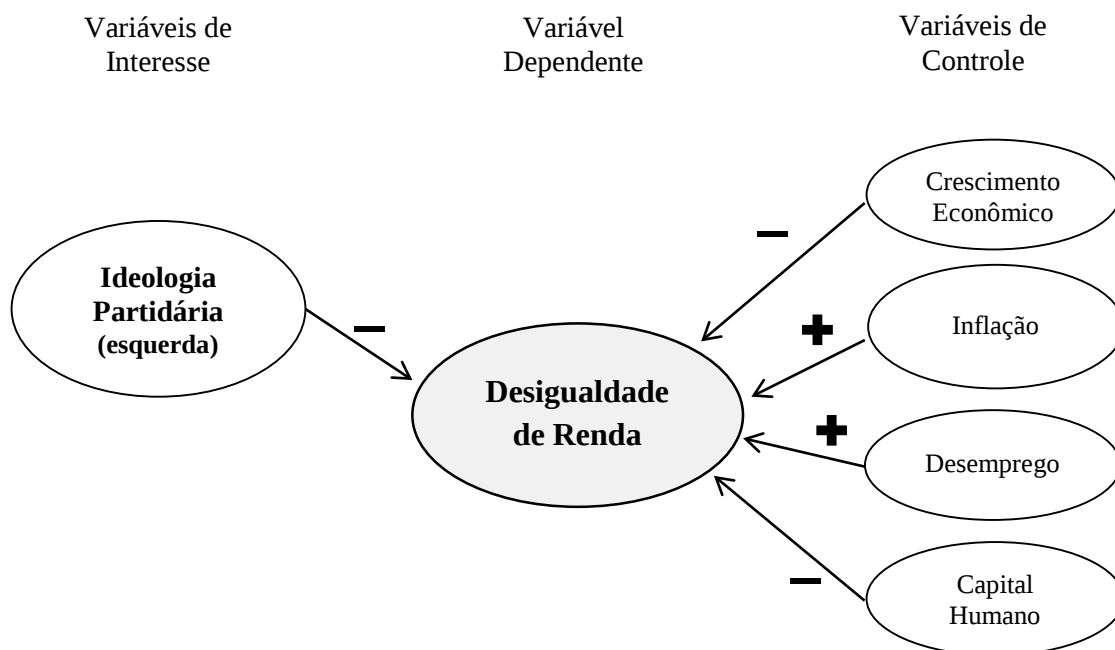
O coeficiente referente ao comportamento pregresso da variável dependente mostrou-se significativo estatisticamente, indicando que quanto maior a desigualdade passada, maior a redução da variável dependente. A taxa de crescimento econômico se mostrou significativa no modelo em primeira diferença (modelo *a*) apontando para uma relação frequente na literatura, de que quanto maior a taxa de crescimento do PIB, maior redução da desigualdade de renda. Contudo, diversos trabalhos pontam que não há na literatura consenso sobre a relação concentração de renda e crescimento econômico (AHLUWALIA, 1976; KUZNETS, 1970; ADELMAN e ROBINSON, 1988; e, ANAND e KANBUR, 1993). Com relação à inflação, o coeficiente comportou-se como

o esperado, e mostrou-se significativo a menos de 1%, sugerindo que o aumento da inflação impacta positivamente sobre a desigualdade de renda, resultado semelhante ao obtido por Huber e Stephens (2012). É importante ressaltar o caráter redistributivo da política de inflação, com a redução da inflação, a parcela mais beneficiada são os pobres, que têm seu poder de consumo aumentado, a exemplo do que ocorreu durante a implantação do Plano Real no Brasil em 1994, que pode ser considerada uma política redistributiva arrojada.

Sobre o percentual de desempregados, o coeficiente não foi estatisticamente diferente de zero, não permitindo indicar qualquer efeito desta variável sobre a desigualdade de renda. Destaca-se que *estabilizadores automáticos da economia*, a exemplo do seguro desemprego, constituem mecanismos institucionalizados de função anticíclica, e que podem reduzir a capacidade de influência do desemprego sobre a variação da desigualdade no curto prazo. Finalmente, o capital humano foi estatisticamente significativo. A variável se comportou conforme o esperado, quanto maior o capital humano, menor a desigualdade de renda, ou seja, dentre outros fatores, níveis de escolaridade contribuem para a redução da desigualdade.

A capacidade preditiva do modelo econométrico com a variável dependente em primeira diferença é de 36%. Os vários testes realizados indicam que a magnitude das relações causais aqui verificadas são de fato confiáveis, apontando para a influência de uma variável política (ideologia partidária) sobre o fenômeno da desigualdade de renda.

Figura 7 – Relações de causalidade encontradas para Variável Dependente Desigualdade de Renda.



Fonte: Elaboração do autor.

Foge ao escopo da presente pesquisa descrever os mecanismos pelos quais os governos latino-americanos de esquerda reduziram a desigualdade. Contudo, programas de transferência de renda (que não se constituem políticas universalistas), sob governos de esquerda, tomaram nova dimensão, ganhando força, expandindo sua clientela, e se proliferando pelos vários países da região⁴⁷.

Uma possível variável para captar o impacto das políticas públicas de transferência de renda seria o volume de recurso destinado aos diversos programas. Entretanto, o objetivo da presente pesquisa não foi o de avaliar tais programas, mas sim o de identificar se processos político-eleitorais influenciam o padrão de desigualdade de renda no continente. Mais precisamente, se governos de esquerda reduzem a

⁴⁷ Para uma análise sobre o processo de difusão das políticas públicas de transferência de renda, ver: Sugiyama (2011).

desigualdade de renda. Portanto, o orçamento público seria um dos elementos pelos quais os partidos governantes influenciariam este fenômeno social. Destarte, os resultados das estimações sugerem que a desigualdade de renda da América Latina deve ser explicada também como resultado da ideologia política.

Considerações Finais

A presente tese analisou a influência da ideologia partidária sobre quatro variáveis, a saber: *crescimento econômico, inflação, desemprego*, e com destaque para a *desigualdade de renda*. Tal opção visou testar a corrente partidária da teoria dos Ciclos Políticos Orçamentários e responder a questão: *O modelo dos ciclos políticos partidários encontra lastro empírico na América Latina no período de 1994 a 2013?* Como forma de contribuir para a discussão do tema na Ciência Política brasileira, as hipóteses foram construídas com o intuito de testar a capacidade explicativa da teoria mobilizada para o comportamento das variáveis tradicionais nos modelos partidários, *i.e. crescimento econômico, inflação e desemprego*. Por outro lado, uma segunda questão da pesquisa em tela busca responder se: *O aporte teórico-metodológico do modelo dos ciclos políticos partidários fornece explicação para o comportamento da desigualdade de renda?* Esta última abordagem fez com que a visão corrente de que a desigualdade afeta a variável política fosse transposta, e buscou-se fornecer, através da variável política (ideologia), uma explicação para a *desigualdade de renda*. Testando a teoria, contudo buscando dar um passo seguinte nos estudos aplicados, trazendo a desigualdade para a variável dependente.

Ao longo deste trabalho foram apresentadas as principais teorias dos Ciclos Políticos Orçamentários, destacando a corrente partidária. Através do pressuposto

construído a partir da literatura (HIBBS, 1977 e ALESINA, 1987) de que partidos com ideologias políticas distintas implementam políticas públicas diferentes, e que partidos de esquerda buscam crescimento econômico e geração de emprego, ainda que isto gere maior inflação. Além destas relações causais clássicas entre ideologia partidária e as “tradicionais” variáveis macroeconômicas (*i.e.* *crescimento econômico*, *inflação* e *desemprego*) presentes nas hipóteses H_{1a} , H_{1b} e H_{1c} , elaborou-se a relação causal entre ideologia partidária e desigualdade de renda (hipótese H_2) em consonância aos trabalhos de Huber *et. al.* (2006), Huber e Stephens (2012), Morley (2001) e Bradley *et. al.* (2003).

A seleção de treze países latino-americanos se deu a partir da singularidade do padrão de concentração de renda, bem como o funcionamento regular de instituições democráticas e a recente ascensão ao poder de governos de esquerda em diversos países do continente. Tais características permitiram identificar a América Latina como endereço ideal para o teste das hipóteses de trabalho, elaboradas a partir das teorias mobilizadas. Por sua vez, a escolha do corte temporal visou contemplar a alternância de grupos políticos ideologicamente distintos à frente dos governos nacionais.

A partir da conexão entre o modelo teórico e os testes empíricos, foram encontrados resultados diferenciados para as hipóteses em tela. Os achados empíricos (considerando os países selecionados e o período de tempo abarcado pela pesquisa) permitiram inferir que o modelo de ciclos políticos partidários, no que diz respeito ao comportamento das variáveis “tradicionais” explica apenas a variação do PIB, tendo em vista que verificou-se a relação esperada entre *partidos de esquerda* e *crescimento econômico*, corroborando a hipótese H_{1a} . Contudo, o modelo não explicou o comportamento das variáveis *inflação* e *desemprego*, permitindo rejeitar as hipóteses H_{1b} e H_{1c} . Quanto à segunda hipótese que visou testar a capacidade explicativa do

modelo partidário sobre o comportamento da desigualdade de renda, a hipótese construída foi corroborada através das estimações realizadas, indicando que partidos de esquerda reduzem a desigualdade de renda.

Tais achados apresentam a desigualdade de renda enquanto um fenômeno também resultante de decisões políticas. Acredita-se que esta abordagem contribui na Ciência Política brasileira para a possibilidade de encarar o problema da desigualdade de renda enquanto questão de pesquisa. Ademais, embora a História da América Latina seja marcada por decisões políticas que em alguma medida reforçaram e ampliaram as desigualdades sociais, estas mesmas decisões políticas podem alterar a trajetória futura da desigualdade no continente.

A variação temporal da desigualdade de renda vivenciado pelas sociedades latino-americanas, não deve ser tratado apenas como subproduto da atividade econômica, ou como uma variável negligenciada. Escolhas sociais possuem capacidade para alterar ou manter este padrão, sendo resultado da geometria variável do conflito de interesses na definição da oferta de políticas públicas ao longo do tempo. Compreender esta inversão da relação entre desigualdade e política resulta na abertura da possibilidade de transformação deste fenômeno social.

O trabalho em tela trouxe evidências, ainda que iniciais, de que governos de esquerda reduziram a desigualdade no continente em período recente. Contudo, fugiram ao escopo da pesquisa identificar os mecanismos adotados pelos governos de esquerda para a redução deste fenômeno, ou ainda, a mensuração do impacto da ideologia sobre a pobreza. Buscar respostas a estas questões possibilita uma promissora agenda de pesquisa.

Referências

- ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. (2012), *Por Que As Nações Fracassam*. Elsevier – Campus.
- ACEMOGLU, Daron; NAIDU Suresh; RESTREPO, Pascual and ROBINSON, James A. (2013), Democracy, Redistribution and Inequality. *Paper provided by National Bureau of Economic Research*, Inc in its series NBER Working Papers with number 19746.
- ACEMOGLU, Daron; NAIDU, Suresh; RESTREPO, Pascual and ROBINSON, James A. (2015), Democracy Does Cause Growth. *Paper provided by National Bureau of Economic Research*, Inc in its series NBER Working Papers with number 20004.
- ADELMAN, Irma & ROBINSON, Sherman. (1988), Income distribution and development. In: HOLLIS, Chenery & SRINIVASAN, T.N. (Org.). *Handbook of development economics*. Ambiental mundial. Amsterdã, North Holland.
- AHLUWALIA, Montek S. (1976), Inequality, poverty and development, *Journal of Development Economics*, 3, pp. 307-342.
- ALESINA, Alberto e CUKIERMAN, Alex. (1990), The politics of ambiguity. *Quarterly Journal of Economic*, vol. 105, issue 4, pp. 829-850
- ALESINA, Alberto e ROSENTAL, Howard. (1995), *Partisan Politics, Divided Government, and the Economy*. Cambridge University Press.
- ALESINA, Alberto e SACKS, Jeffrey. (1988), Parties and the Business Cycles in the United States, 1948-1984. *Journal of Money, Credit, and Banking*, vol. 20, nº 1, pp. 63-82.

- ALESINA, Alberto, HAUSMANN, Ricardo; HOMMES, Rudolf; STEIN, Ernesto. (1999), Budget institutions and fiscal performance in Latin América. *Journal of Development Economics*, vol. 59, pp. 253-273.
- ALESINA, Alberto. (1987), Macroeconomic Policy in a Two-Party System as a Repeated Game. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 102, nº 3, Agosto, pp. 651-678.
- ALESINA, Alberto. (1988), Credibility and Policy Convergence in a Two-Party System with rational Voters. *The American Economic Review*, vol. 78, nº 4, pp. 796-805.
- ALESINA, Alberto. (1989), Politics and Business Cycles in Industrial Democracies. *Economic Policy*, vol. 4, nº 8, pp. 55-98.
- AMES, Barry. (1977), The Politics of Public Spending in Latin America. *American Journal of Political Science*, Vol. 21, Nº. 1, pp. 149-176.
- AMES, Barry. (1987), *Political Survival: Politicians and Public Policy in Latin America*. Berkeley: University of California Press.
- AMORIM NETO, Octavio e BORSANI, Hugo. (2004), Presidents and Cabinets: The Political Determinants of Fiscal Behavior in Latin America. *Studies in Comparative International Development*, vol. 39, nº 1, pp. 3-27.
- ANAND, Sudhir & KANBUR, Ravi. (1993), The Kuznets Process and the Inequality - Development Relationship. *Journal of Development Economics*, 40, pp. 25-52.
- ARAÚJO, Jevuks Matheus de. (2010), *Relações entre Economia e Política: uma análise dos ciclos político-econômicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Economia. UFPB.
- ARELLANO, Manuel; BOND, Stephen. (1991), Some tests of specification for panel data: monte carlo evidence and application to employment equations. *The Review of Economic Studies*, vol. 58, pp. 277-297.
- ARISTÓTELES. (1997), *Política*. Brasília: UNB.

- ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro; MENDES, Marcos. (2008a), Aprovação de empréstimos a governos subnacionais no Brasil: há espaço para comportamento político oportunista? *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 4, pp. 983 a 1014.
- ARVATE, Paulo Roberto; LUCINDA, Cláudio Ribeiro; AVELINO, George. (2008b). Existe Influência da Ideologia sobre o Resultado Fiscal dos Governos Estaduais Brasileiro? *Revista Estudos Econômicos, São Paulo*, vol. 38, nº 4, pp. 789-814.
- ATKINSON, A. B. and BOURGUIGNON, F. (1982), The comparison of multi-dimensioned distributions of economic status, *Review of Economic Studies*, 49, pp. 183-201.
- AVELINO, George & BARBERIA, Lorena G. (2010), Political Budget Cycles and Democratization in Latin America, 1973-2008. *Texto para discussão* disponível em: <http://cepesp.fgv.br/en/node/331>.
- AVELINO, George; BROWN, David S; HUNTER, Wendy. (2005), The Effects of Capital Mobility, Trade Openness, and Democracy on Social Spending in Latin America, 1980–1999, *American Journal of Political Science*, vol. 49, nº 3, pp. 625-641.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. (2011). Duas faces do poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba-PR. vol. 19. n. 40.
- BALTAGI, Badi H. (2005), *Econometric Analysis of Panel Data*. John Wiley & Sons Ltd 3º ed. England.
- BATISTA, Cristiane. (2008), Partidos Políticos, Ideologia e Política Social na América Latina: 1980-1999. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 3, pp. 647-686.
- BECK, Nathaniel & KATZ, Jonathan. (1995), What to Do (and Not to Do) with Time-Series-Cross-Section Data in Comparative Politics. *American Political Science Review*, vol. 89, nº 3, pp. 634-647.
- BENHABIB, Jess & PRZEWORSKI, Adam. (2006), The political economy of redistribution under democracy. *Economic Theory*, Vol. 29, Issue 2, pp. 271-290.

- BID. (1998), *Facing up to Inequality in Latin America. Economic and Social Progress in Latin America: 1998-1999 Report*. Baltimore, MD/ Washington, D.C.: Johns Hopkins University Press, for the Inter-American Development Bank.
- BLAIS, André; BLAKE, Donald e DION, Stéphanie. (1993), Do Parties Make a Difference? Parties and the Size of Government in Liberal Democracies. *American Journal of Political Science*, vol. 37, nº 1, pp. 40-62.
- BOBBIO, Norberto. (1991), *Thomas Hobbes*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- BOIX, Carles. (1997), Political Parties and Supply Side of the Economy. *American Journal of Political Science*.
- BORSANI, Hugo. (2001), Eleições e Desempenho Macroeconômico na América Latina (1979-1998). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.44, nº3, pp. 481-512.
- BORSANI, Hugo. (2003), *Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- BOSCH, N. & SUAREZ, J. (1995), Seven Hypothesis about Public Choice and Local Spending. *Public Finance*, 50(1): pp. 36-50.
- BRADLEY, David; Huber, Evelyne; Moller, Stephanie; Nielsen, François; Stephens, John D. (2003), Distribution and Redistribution in Postindustrial Democracies. *World Politics*, 55, pp. 193-228. doi:10.1353/wp.2003.0009.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa. (2012), Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. *Rev. Sociol. Polit.* Vol. 20, n. 44, pp. 83-95.
- BROWN, D. S., & HUNTER, W. (2004), Democracy and human capital formation: Education spending in Latin America, 1980 to 1997. *Comparative Political Studies*, 37, pp. 842-864.
- BROWN, David S. and HUNTER, Wendy. (1999), Democracy and Social Spending in Latin America, 1980-92, *American Political Science Review* 93, 4 (December): pp. 779-90.

- BUENO DE MESQUITA, Bruce; SMITH, Alasdair; SILVERSON, R. M. and MORROW, James. D. (2003), *The Logic of Political Survival*, Cambridge, Mass: MIT Press.
- BURNHAM, James. (1943), *The Machiavellians: Defenders of Freedom*. New York: The John Day Company.
- CAMERON, A. Colin e TRIVEDI, Pratik K. (2009), *Microeconometrics using Stata*. Stata Press: College Station, Texas.
- CANDEL-SÁNCHEZ, Francisco. (2007), Incentives for budget disciplines in the presence of elections. *European Journal of Political Economy*, vol.23, pp. 863-884.
- CAREY, Sean & LEBO, Matthew J. (2006), Election cycles and the economic voter. *Political Research Quarterly*, vol.59, pp. 543-556.
- CASSINELLI, Charles William. (1953), The Law of Oligarchy. *The American Political Science Review*. Vol. 47, 3, pp. 773-784.
- CEPALSTAT. *Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Disponível em: <http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=contenidos>. Acesso em junho de 2015.
- CHAKRAVARTY, S.R. (2003), A generalized human development index, *Review of Development Economics*, 7, pp. 99-114.
- CHAPPEL, Henry W. Jr. e KEECH, William R. (1986), Policy motivation and party differences in a dynamic spatial model of party competition. *American Political Science Review*, vol. 80,nº 3, pp. 881-899.
- CHOI, S. OK; BAE, S.; KWON, S; FEIOCK, R. (2010), County Limits: policy types and expenditure priorities. *The American review of Public Administration*, vol. 40, nº 1, pp. 29-45.
- COLOMER, Josep (2005), The left–right dimension in Latin America, *Working Paper*, nº. 813, Barcelona: UPF Economics and Business.
- COOK, Philip. (1971), Robert Michels Political Parties in Perspective. *The Journal of Politics*. Vol. 33, 3, pp. 773-797.

- COPPEDGE, Michael. (1997), A classification of Latin American political parties. Kellog Institute, University of Notre Dame. *Working Paper*, nº 244.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. (2012), Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. *Rev. Sociol. Polit.* Vol. 20, n. 44, pp. 47-62.
- COWELL, F. A. (1998), Measurement of Inequality, in A.B. Atkinson and Bourguignon (eds.) *Handbook of Income Distribution*, North – Holland.
- CUKIERMAN, Alex e MELTZER, Alan (1986), A positive theory of discretionary policy, the cost of democratic government, and the benefits of a constitution. *Economic Inquire*, vol. 24, issue 3, pp. 367-388.
- DAHL, Robert. (1958), A Critique of the Ruling Elite Model. *The American Political Science Review*. Vol. 52, 2, pp. 463-469.
- DAHL, Robert. (1996), Equality versus Inequality. *PS: Political Science and Politics*, vol. 29, nº 4.
- DILLARD, Dudley. (1989), A Teoria Econômica de John Maynard Keynes. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- DION, Michelle. (2009), Globalization, Democracy, and Mexican Welfare, 1988-2006. *Comparative Politics*, vol. 42, nº 1, pp. 63-82.
- DOWNS, Anthony. (1999), *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- EVERA, Stephen Van. (1997), *Guide to Methods for Students of Political Science*. Ithaca. Cornell University Press.
- FERREIRA NETO, José; FONTES, R. (2005), Uma Análise dos Ciclos Político-Econômicos em Minas Gerais. In: Rosa Maria Olivera Fontes; Mauricio Paulo Ferreira Fontes. (Org.). *Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais*. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, pp. 363-388.
- FIANI, Ronaldo. (2006), *Teoria dos jogos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

- FIORIO, Carlo V.; MOHUN, Simon; VENEZIANI, Roberto. (2013), *Social Democracy and Distributive Conflict in the UK, 1950-2010. UMASS Amherst Economics Working Papers 2013-06*, University of Massachusetts Amherst, Department of Economics.
- FISHLOW, Albert. (1972), *Origem e Consequências da Substituição de Importações. Estudos Econômicos*, vol. 2, nº6.
- FITTIPALDI, Ítalo. (2013), *Venha a nós o vosso voto: evidências empíricas do ciclo de pork barrel em arenas de políticas públicas nos estados brasileiros*. Tese de Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFPE.
- FRANZESE Jr., R. (2000), *Electoral and Partisan Manipulation of Public Debt in Developed Democracies, 1956-90*. In: Strauch, R. & Von Hagen, J. (2000). *Institutions, Politics and Fiscal Policy*, vol. 2, pp. 61-83.
- FREY, B. S. e SCHNEIDER, F. (1978), *An Empirical Study of Politico-Economic Interaction in the United States. Review of Economics and Statistics* 60: pp. 174-183.
- FROHLICH, Norman e OPPENHEIMER, Joe A. (1978), *Economia política moderna*. Brasília: Editora da UNB.
- FURTADO, Celso. (1995), *Formação Econômica do Brasil*. 25 ed. São Paulo: Editora Nacional.
- GAMA NETO, Ricardo Borges. (2008), *Eleições Economia e Ciclo Político: uma revisão da literatura clássica. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, nº66, 2º semestre de 2008, pp. 91-112.
- GARRETT, Geoffrey. (1998), *Partisan Politics in the Global Economy*. Cambridge University Press.
- GUJARATI, Damodar N. (2006), *Econometria Básica*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- HAGEN, Jurgen Von, e HARDEN, Ian J. (1995), *Budget processes and commitment to fiscal discipline. European Economic Review*, v. 39, pp. 771-779.

- HAGGARD, S., & KAUFMAN, R. R. (2008), *Development, democracy, and welfare states: Latin America, East Asia, and Eastern Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- HALLERBERG, Mark e MARIER, Patrik. (2004), Executive Authority, the Personal Vote, and Budget Discipline in Latin American and Caribbean Countries. *American Journal of Political Science* 48: pp. 571-587.
- HARRINGTON, Joseph E. (1993), Economic policy, economic performance, and elections. *American Economic Review*, vol. 83, nº 1, pp. 27-42.
- HAUSMAN, J. A. (1978), Specification tests in econometrics. *Econometrica* 46: 1251–1271.
- HIBBS, Douglas A. Jr. (1982), On the Demand Economic Outcomes: macroeconomic performance and Mass Political Support in the United States, Great Britain, and Germany. *The Journal of Politics*, vol. 44, nº 2, pp. 426-462.
- HIBBS, Douglas A. Jr. (1987), *The Political Economy of Industries Democracies*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- HIBBS, Douglas A. Jr. (1992), Partisan Theory After Fifteen Years. *European of Political Economy*, vol. 8, pp. 361-373.
- HIBBS, Douglas. (1977), Political Parties and Macroeconomic Policy. *American Political Science Review*, v.71, n. 4, pp.1467-1487.
- HICKS, A. e SWANK, D.H. (1984), Government Redistribution in Rich Capitalist Democracies, *Policy Studies Journal*, 13, pp. 265-86.
- HICKS, Alexander. (1999), *Social Democracy and Welfare Capitalism: A Century of Income Security Politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- HIROI, Taeko. (2008), Exchange Rate Regime, Central Bank Independence, and Political Business Cycles in Brazil. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, nº 1, pp. 1-22.
- HOBBS, Thomas. (1983), *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

- HSIAO, C. (2007), *Analysis of panel data*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUBER, Evelyne e STEPHENS, John D. (2012), *Democracy and the Left. Social Policy and Inequality in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HUBER, Evelyne, MUSTILLO, Tom e STEPHENS, John D. (2004), Determinants of Social Spending in Latin America and the Caribbean. Trabalho apresentado no Encontro da Society for the Advancement of Socio-Economics, Washington, D.C., 8-11 de julho, e no congresso internacional da Latin American Studies Association - LASA, Las Vegas, 6-10 de outubro.
- HUBER, Evelyne; MOSTRILLO, Thomas; STEPHEN, Johns. (2008), Politics and social spending in Latin America, *The Journal of Politics*, April, 70, pp. 420-436.
- HUBER, Evelyne; NIELSEN, François; PRIBBLE, Jenny e STEPHENS, John D. (2006), Politics and Inequality in Latin America and the Caribbean. *American Sociological Review* 71: pp. 943-963.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1993), The New World Disorder. In: DIAMOND, Larry and PLATTNER, Marc F. (Org.), *The Global Resurgence of Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION and WORLD TRADE ORGANIZATION. (2009), Globalization and informal jobs in developing countries. Switzerland.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. (2001), *Government finance statistics manual* / Statistics Department.- [2nd ed.]
- IVERSEN, Torben. (1996), Power, Flexibility and the Breakdown of Centralized Wage Bargaining. *Comparative Politics* 28: pp. 399-436.
- JONES, Mark; SANGUINETTI, Pablo e TOMMASI, Mariano. (1999), Politics, Institutions, and Fiscal Performance in a Federal System: an analysis of the Argentine provinces. *Journal of Development Economics*, Vol. 61: pp. 305-333.
- KAUFMAN, Robert and SEGURA-UBIERGO, Alex. (2001), Globalization, domestic Politics, and social spending In Latin America: A time-series cross-section analysis, 1973–97, *World Politics*, vol. 53, pp. 553–87.

- KERSTENETZKY, Celia Lessa. (2002), Por que se importar com a desigualdade?. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, pp. 649- 675.
- KING, G. (1995), Replication, Replication. *PS: Political Science and Politics*, 28, pp. 443-499.
- KING, G. (2003), The Future of Replication. *International Studies Perspectives*, 4, pp. 443-499.
- KITSCHOLT, Herbert. (1994), *The Transformation of European Social Democracy*. New York: Cambridge University Press.
- KNEEBONE, Ronald D. and Mc KENZIE, Kenneth J. (2001), Electoral and Partisan Cycles in Fiscal Policy: An Examination of Canadian Provinces. *International Tax and Public Finance*, 8, pp. 753-774.
- KUZNETS, S. (1953), *Shares of Upper Income Groups in Income and Savings*. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research,
- KUZNETS, Simon. (1970), *Crecimiento económico y estructura económica*. Barcelona, Gustavo Gili.
- KWIATKOWSKI, D.; PHILLIPS, P. C. B; SCHMIDT, P.; e SHIN, Y. (1992). “Testing the Null Hypothesis of Stationarity against the Alternative of a Unit Root”. *Journal of Econometrics*, vol. 54, pp.: 159–178.
- LAKE, D., & BAUM, M. (2001), The invisible hand of democracy: Political control and the provision of public services. *Comparative Political Studies*, 34, pp. 587-621.
- LEACH, Darcy. (2005), The Iron Law of what again? Conceptualizing Oligarchy across Organizational Forms. *Sociological Theory*. Vol. 23, 3, pp. 312-337.
- LIJPHART, Arend. (2003), *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- LINDBECK, Assar (1976), Stabilization policies in open economies with endogenous politicians. *American Economic Review*, vol. 66, nº 2, *Papers and Proceeding and of the Eighty-eighth Annual Meeting of the American Economic Association*, pp. 1-19.

- LINZ, Juan. (1998), *Michels y su contribución a la sociología política*. México D. F. : Fondo de Cultura Económica.
- LIPSET, Seymour Martin; TROW, Martin e COLEMAN, James. (1956). *Union Democracy: The Inside Politics of the International Typographical Union*. New York: The Free Press.
- LOCKE, John. (1983), Segundo Tratado sobre o Governo. In. *LOCKE*. São Paulo: Abril cultural, Coleção Os Pensadores, pp. 31-131.
- LOWI, Theodore. (1971), *The Politics of Disorder*. Nova York: Norton.
- LUCAS, João Ignacio. (2003), A estabilidade dos dirigentes partidários do PMDB e PT do Rio Grande do Sul - 1979 a 1995. [ed.] Helcimara Telles e João Ignacio Lucas. *Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo*. Caxias do Sul: Educs, pp. 79-92.
- MAASOUMI, E. (1989), Composite indices of income and other development indicators: a general approach, *Research on Economic Inequality*, 1, pp. 269-286.
- MACRAE, C. Duncan (1977). A political model of the business cycle. *Journal of Political Economy*, vol. 85, nº 2, pp. 239-263.
- MAINWARING, Scott e SCULLY, Timothy (Orgs.). (1995), *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
- MANKIW, N Gregory. (2009). Princípios de Macroeconomia. São Paulo: Cengage Learning.
- MAQUIAVEL, Nicolau. (2000). *Escritos Políticos*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- MAQUIAVEL, Nicolau. (2004). *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARENCO, André e NOLL, Maria Izabel. (2012), Décadas de Michels: marcos contextuais e prazo de validade para a "lei de ferro". *Rev. Sociol. Polit.* Vol. 20, n. 44, pp. 63-72.
- MARTINS, Rodrigo Caldeira de Almeida. (2002), *As teorias de ciclos políticos e o caso português*. Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF). Nº 5. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

- MAY, John. (1965), Democracy, Organization, Michels. *The American Political Science Review*. Vol. 59, 2, pp. 417-429.
- MEJÍA ACOSTA, André e COPPEDGE, Michael. (2001), Political Determinants of Fiscal Discipline in Latin America, 1979-1998. Trabalho apresentado no *XXIIIº Congresso Internacional da Latin American Studies Association*, Washington, D.C., 5-8 de setembro.
- MELLO, Luiz de; TIONGSON, Erwin R. (2003), Income Inequality and Redistributive Government Spending. *IMF Working Paper* 03/14.
- MELO, Marcus e PEREIRA, Carlos. (2011), *The Political Economy of Budgeting in Latin America: Procedures, Oversight, and Participation*. Final report.
- MELO, Marcus. (2009), Presidential Power, Fiscal Responsibility Laws, and the Allocation of Spending: The Case of Brazil. In: HALLERBERG, Mark; SCARTASCINI, Carlos; STEIN, Ernesto (editors). *Who decides the budget? a political economy analysis of the budget process in Latin America*. Inter-American Development Bank, pp. 57-90.
- MELO, Marcus; ALSTON, Lee; MUELLER, Bernardo; PEREIRA, Carlos. (2005), Who decides on public expenditures? A political economy analysis of the budget process: the case of Brazil. Academic paper for discussion of the *Economic and Social Study Series - IDB*.
- MELTZER, Allan e RICHARD, Scott. (1981), A Rational Theory of the Size of Government. *Journal of Political Economy*, vol. 89, nº 5, pp. 914-927.
- MICHELS, Robert. (2001), *Por uma sociologia dos partidos políticos*. Lisboa: Antígona.
- MICHELS, Robert. (s/d), *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala.
- MORETTIN, Pedro A. e TOLOI, Clélia M. C. (2006). *Análise de séries temporais*. São Paulo: Edgard Blücher. 2ª edição revista e ampliada.
- MORLEY, Samuel. (2001), *The Income Distribution Problem in Latin America and the Caribbean*. Santiago: United Nations Press.

- MOSLER, K. (1996), Multidimensional welfarism, in W. Eichhorn (ed.) *Models and Measurement of Welfare and Inequality*, Springer-Verlag, New York.
- MUELLER, D. (1996), *Constitutional Democracy*. New York: Oxford University Press.
- NIETO-PARRA, Sebastián e SANTISO, Javier. (2009), “Revisiting political budget cycles in Latin America”. *OECD Development Centre*, Working Paper No. 281.
- NORDHAUS, William D. (1975), “The political business cycle”. *Review of Economy Studies*. n. 42, pp. 169-190.
- O’DONNELL, G. (1999), “Polyarchies and the (Un)Rule of Law in Latin America”, in G.O’Donnell, J. Méndez e P. S. Pinheiro (eds.), *The (Un)Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*. Notre Dame, IN, University of Notre Dame Press.
- PAPADÓPULOS, Jorge. (1992), *Seguridad social y política en el Uruguay*. Montevideo: CIESU.
- PELTZMAN, Sam. (1990). “How Efficient Is The Voting Market?”. In: *Journal of Law and Economics*. vol. 33, pp. 27-63.
- PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. (1990), *Macroeconomic policy, credibility, and politics*. Chur, Switzerland: Harwood Academic Publishers.
- PIKETTY, Thomas. (2014), *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- PINHO, Carlos Eduardo Santos. (2011), *A Governança de Esquerda na América Latina e a Retomada do Desenvolvimento Diante da Aquiescência às Instituições da Democracia Liberal e Parlamentar: O Caso Singular do Brasil*. IPEA, *Code 201, Anais do Primeiro Circuito de Debates Acadêmicos*.
- PIVEN, Frances Fox (ed.). (1991), *Labor Parties in Postindustrial Societies*. New York: Oxford University Press
- PLATÃO. (1965), *A República*. DIFEL, São Paulo, 1965, pp. 97-104.
- POTERBA, James M. (1996), “Budget Institutions and Fiscal Policy in the U.S. States”. *American Economic Review*, vol. 82, nº 2, pp. 395-400.

- POWELL, G. Bingham. (2004a), "The chain of responsiveness". *Journal of Democracy*, Vol. 15, nº 4, pp. 91-105.
- POWELL, G. Bingham. (2004b), Political Representation in Comparative Politics, *Annual Review of Political Science*.
- POWELL, G. Bingham. (2013), Representation in Context: Election Laws and Ideological Congruence Between Citizens and Governments. *Representation in Context*. Vol. 11, nº. 1.
- PREUSSLER, A. P. S. & PORTUGAL, M. S. (2003), "Um Estudo Empírico dos Ciclos Político-Econômicos no Brasil". *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, pp. 179-205.
- Quality of Government Institute (QOG), Disponível em: <http://qog.pol.gu.se/data>. Acesso em outubro de 2015.
- RACZYNSKI, Dagmar. (1994), Social Policies in Chile: Origins, Transformations, and Perspectives. Democracy and Social Policy Series. Working Paper nº4. Kellogg Institute. University of Notre Dame.
- REMMER, Karen L. (1993), "The Political Economy of Elections in Latin America, 1980-1991". *American Political Science Review*, vol.87, n. 2, pp. 393-407.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. (2010), *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos/São Paulo: EdUFSCar/FAPESP.
- ROGOFF, Kenneth & SIBERT, Anne. (1988), "Elections and Macroeconomic Policy Cycles", *Review of Economic Studies*. Vol. 55, No. 1, pp. 1-16.
- ROGOFF, Kenneth. (1990), "Equilibrium Political Budget Cycles". *American Economic Review*, v.80, n.1, pp. 21-36.
- ROTH, Guenther. (1963), *The Social Democrats in Imperial Germany: a Study in Working-Class Isolation and National Integration*. Totowa, N. J.: Bedminster Press.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1987a), *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. São Paulo: Nova Cultural.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1987b), *Do Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural.

- SANTOS, Cristiane C. Batista. (2006), “*Ideologia, Partidos Políticos e Gasto Social na América Latina (1980-1999)*”. Tese (doutorado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- SANTOS, W. G. (1985), O século de Michels: competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina. *Dados*. Vol. 28, n. 3, p. 283-310.
- SARTI, Ingrid. (1981), *Porto Vermelho*. São Paulo: Paz e Terra.
- SARTI, Ingrid. (1996), A utopia de Michels e a democracia partidária em perspectiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 11, 30, pp. 129-138.
- SARTORI, Giovanni. (1994), *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. São Paulo: Ática.
- SCHONFELD, William. (1980), La stabilité des dirigeants des partis politiques: le personnel des directions nationales du Parti socialiste et du mouvement gaulliste. *Revue Française de Science Politique*. Vol. 30, 3, pp. 477-505.
- SEGURA-UBIERGO, Alex. (2007), *The Political Economy of the Welfare State in Latin America: Globalization, Democracy, and Development*. New York: Cambridge University Press.
- SEN, A. K. (1987), *Standard of Living*, Cambridge University Press: Cambridge.
- SEN, Amartya e KIKSBERG, Bernardo. (2010), *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEN, Amartya. (2001). *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.
- SILBER, Simão Davi. (2010). A economia mundial após a crise financeira de 2007 e 2008. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 85, pp. 82-93.
- SIMPSON, Ximena; BATISTA, Cristiane. (2010), “Determinantes políticos do déficit fiscal nos estados brasileiros (1987-1997)”. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, pp. 131-149, fev.
- SLOTTJE, D. J. (1991). Measuring quality of life across countries, *Review of Economics and Statistics*, 73, pp. 684-893.

- SOUZA, Saulo Santos. (2008), “*A fria austeridade das regras fiscais resiste ao calor das urnas? Oportunismo fiscal e contabilidade criativa nos estados brasileiros*”. Tese de Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFPE.
- STASAVAGE, David. (2005), Democracy and education spending in Africa, *American Journal of Political Science*, 49, 2. pp. 343-358.
- STRAUSS, Leo. (2009), *Direito natural e história*. Lisboa: Edições 70.
- STROM, Kaare. (1990). "A Behavioral Theory of Competitive Political Parties". *American Journal of Political Science*, vol. 34, nº 2, pp. 565-598.
- SUGIYAMA, Natasha Borges. (2011), The diffusion of Conditional Cash Transfer programs in the Americas, *Global Social Policy*, 11, 2-3. pp. 250-278.
- SWANSON, Guy E. (1971), “Frameworks for comparative research: structural anthropology and the theory of action”, in I. Vallier (ed.), *Comparative methods in sociology: essays on trends and applications*, Berkeley, University of California Press, pp. 141-202.
- TAVARES, J. (2004), “Does Right or Left Matter? Cabinets, Credibility and Fiscal Adjustments”. V *Complutense International Seminar on European Economy*. Madrid.
- TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José. (1972), *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (1969), *Democracia na América*. Ed. Condensada. São Paulo: Companhia Nacional.
- TORNAROLLI, Leopoldo. (2014), “The evolution of the middle class in Latin America”. *Working Paper* nº. 128, International Policy Centre for Inclusive Growth.
- TUFTE, Edward. (1975), Determinants of the Outcome of Midterm Congressional Elections. *American Political Science Review*, vol. 69, nº 3, pp. 812-826.
- TUFTE, Edward. (1978), *Political control of the economy*. Princeton: Princeton University Press.

- UNDP. (1991 - 2002), *Human Development Report*, Oxford University Press: Oxford.
- United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), *UNCTADSTAT*. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=106>. Acesso em junho de 2015.
- VARIAN, Hal. (1994), *Microeconomia – Princípios Básicos – Uma Abordagem Moderna*. Ed. Campus.
- WILKINSON, Richard e PICKETT, Kate. (2015), *O Nível – Por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- World Economic Outlook Database. *Fundo Monetário Internacional* (FMI). Disponível em: http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/weo_data/index.aspx. Acesso em junho de 2015.
- WRIGHT, Gavin. (1974), “The political economy of new deal spending: an econometric analysis”. In: FREY, Bruno S. (eds.), 1997. *Political Business Cycles*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 223-231.